

| | | |
|---|---|---|
| CÂMARA DOS DEPUTADOS Cefor - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento | TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ISC - Instituto Serzedello Corrêa | SENADO FEDERAL Unilegis - Universidade do Legislativo Brasileiro |
|---|---|---|

Cláudia de Oliveira Padilha

**Uma Leitura Crítica das Prioridades Definidas no PPA 2004-2007
a partir do Estudo Comparativo das Metas Fixadas nas LDOs e LOAs**

Brasília
2008

Cláudia de Oliveira Padilha

**Uma Leitura Crítica das Prioridades Definidas no PPA 2004-2007
a partir do Estudo Comparativo das Metas Fixadas nas LDOs e LOAs**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Orçamento Público, realizado em parceria pelo Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União, o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados e a Universidade do Legislativo Brasileiro, do Senado Federal.

Orientadora: Selma Maria Hayakawa Cunha Serpa

Brasília
2008

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura:

Data: 31/3/2009

Padilha, Cláudia de Oliveira.

Uma leitura crítica das prioridades definidas no PPA 2004-2007 a partir do estudo comparativo das metas fixadas nas LDOs e LOAs [manuscrito] / Claudia de Oliveira Padilha. -- 2008.

135 f.

Orientador: Selma Maria Hayakawa Cunha Serpa.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados e Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), do Senado Federal, Curso de Especialização em Orçamento Público, 2008.

1. Brasil. Plano Plurianual (PPA), 2004-2007. 2. Brasil [Lei de Diretrizes Orçamentárias (2004-2007)]. 3. Orçamento público, Brasil, 2004-2007. 4. Planejamento econômico, Brasil. I. Título.

CDU 336.121(81)

**Uma Leitura Crítica das Prioridades Definidas no PPA 2004-2007
a partir do Estudo Comparativo das Metas Fixadas nas LDOs e LOAs**

Monografia – Curso de Especialização em Orçamento Público –
Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados, Senado
Federal – 2º Semestre de 2008.

Aluna: Cláudia de Oliveira Padilha

Banca Examinadora:

Selma Maria Hayakawa Cunha Serpa (Orientadora)

Paulo Carlos Du Pin Calmon, Dr. (Examinador)

Brasília, 28 de novembro de 2008.

AGRADECIMENTO

Agradeço, especialmente, à Selma Maria Hayakawa Cunha Serpa, minha orientadora, pela paciência e dedicação com que acompanhou todas as etapas de desenvolvimento do trabalho, além das importantes contribuições sugeridas.

Ao Professor Dr. Paulo Carlos Du Pin Calmon, pelo incentivo e atenção dispensada.

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo avaliar a eficácia do modelo de planejamento e orçamento no Brasil, especificamente quanto à integração entre o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, as Leis de Diretrizes e as Leis Orçamentárias do período. Para isso, foram observadas as variações nos comportamentos das previsões das metas físicas, principalmente, e, em complemento, dos recursos financeiros, bem como dos custos unitários de cada produto, estabelecidos para as ações diretamente vinculadas às metas prioritárias definidas na Mensagem Presidencial do PPA. A análise dos dados demonstrou a baixa correlação entre o planejamento inicial estabelecido no Plano e a sua manutenção, tanto nos orçamentos anuais, quanto nas prioridades definidas nas leis de diretrizes, evidenciando não apenas a ineficácia na definição das metas físicas, como também a pouca efetividade do planejamento governamental. Esses resultados revelaram a necessidade de aperfeiçoamento do processo inicial de elaboração do PPA, para que este possa se manter factível, sendo prescindível a realização de excessivas alterações durante a vigência do Plano. Espera-se contribuir para as discussões sobre a eficácia do planejamento de médio prazo e sua influência no orçamento, por meio da demonstração do comportamento recente de uma pequena parcela de programas. Considerando, todavia, referir-se a programas e ações diretamente vinculados às metas prioritárias estabelecidas pelo governo, para os quais se supõe um tratamento diferenciado, as inferências ganham um alcance significativo.

Palavras-chave: Planejamento governamental, Orçamento público, Metas físicas e financeiras.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Etapas Lógicas de Construção do Plano Plurianual 2004-2007 | 29 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1 – Detalhamento das etapas lógicas de construção do Plano Plurianual 2004-2007..... | 29 |
| QUADRO 2 – Seleção de metas prioritárias..... | 31 |
| QUADRO 3 – Relação das leis orçamentárias do período 2004-2007..... | 35 |
| QUADRO 4 – Intervalos de classificação das ações..... | 37 |
| QUADRO 5 – Relação das ações do setor “Educação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 45 |
| QUADRO 6 – Relação das ações do setor “Saúde” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 49 |
| QUADRO 7 – Relação das ações do setor “Saneamento” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 52 |
| QUADRO 8 – Relação das ações do setor “Habitação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 56 |
| QUADRO 9 – Relação das ações do setor “Reforma Agrária” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 59 |
| QUADRO 10 – Relação das ações do setor “Agricultura e Pecuária” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 66 |
| QUADRO 11 – Relação das ações do setor “Meio Ambiente” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 69 |
| QUADRO 12 – Relação das ações do setor “Transportes” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 73 |
| QUADRO 13 – Relação das ações do setor “Recursos Hídricos” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 77 |
| QUADRO 14 – Relação das ações do setor “Ciência & Tecnologia” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 81 |
| QUADRO 15 – Relação das ações do setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 84 |
| QUADRO 16 – Relação das ações do setor “Micro e Pequenas Empresas” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 87 |
| QUADRO 17 – Relação das ações do setor “Emprego, PIB e Exportação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 90 |
| QUADRO 18 – Relação das ações do setor “Energia Elétrica” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 93 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf e PPAi, período 2004-2007..... | 40 |
| GRÁFICO 2 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007..... | 41 |
| GRÁFICO 3 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre LOAt e LDOt, período 2004-2007..... | 42 |
| GRÁFICO 4 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Educação”, período 2004-2007..... | 44 |
| GRÁFICO 5 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Educação”, período 2004-2007..... | 45 |
| GRÁFICO 6 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Educação”, período 2004-2007..... | 46 |
| GRÁFICO 7 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saúde”, período 2004-2007..... | 48 |
| GRÁFICO 8 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Saúde”, período 2004-2007..... | 48 |
| GRÁFICO 9 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saúde”, período 2004-2007..... | 49 |
| GRÁFICO 10 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saneamento”, período 2004-2007..... | 51 |
| GRÁFICO 11 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Saneamento”, período 2004-2007..... | 52 |
| GRÁFICO 12 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saneamento”, período 2004-2007..... | 53 |
| GRÁFICO 13 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Habitação”, período 2004-2007..... | 54 |
| GRÁFICO 14 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Habitação”, período 2004-2007..... | 55 |
| GRÁFICO 15 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Habitação”, período 2004-2007..... | 56 |
| GRÁFICO 16 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007..... | 58 |
| GRÁFICO 17 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007..... | 59 |
| GRÁFICO 18 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007..... | 60 |
| GRÁFICO 19 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007..... | 62 |
| GRÁFICO 20 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007..... | 63 |

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 21 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007..... | 63 |
| GRÁFICO 22 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007..... | 65 |
| GRÁFICO 23 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007..... | 65 |
| GRÁFICO 24 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007..... | 67 |
| GRÁFICO 25 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007..... | 68 |
| GRÁFICO 26 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007..... | 69 |
| GRÁFICO 27 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007..... | 70 |
| GRÁFICO 28 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Transportes”, período 2004-2007..... | 72 |
| GRÁFICO 29 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Transportes”, período 2004-2007..... | 73 |
| GRÁFICO 30 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Transportes”, período 2004-2007..... | 74 |
| GRÁFICO 31 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007..... | 76 |
| GRÁFICO 32 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007..... | 77 |
| GRÁFICO 33 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007..... | 78 |
| GRÁFICO 34 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007..... | 80 |
| GRÁFICO 35 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007..... | 80 |
| GRÁFICO 36 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007..... | 81 |
| GRÁFICO 37 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007..... | 83 |
| GRÁFICO 38 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007..... | 84 |
| GRÁFICO 39 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007..... | 85 |
| GRÁFICO 40 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007..... | 86 |
| GRÁFICO 41 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007..... | 87 |

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 42 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007... | 88 |
| GRÁFICO 43 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007..... | 89 |
| GRÁFICO 44 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007..... | 90 |
| GRÁFICO 45 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007... | 91 |
| GRÁFICO 46 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Energia Elétrica”, período 2004-2007..... | 92 |
| GRÁFICO 47 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Energia Elétrica”, período 2004-2007..... | 93 |
| GRÁFICO 48 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Energia Elétrica”, período 2004-2007..... | 94 |
| GRÁFICO 49 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007..... | 95 |
| GRÁFICO 50 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007..... | 96 |
| GRÁFICO 51 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007..... | 96 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 – Situações para exclusão de ações da análise e suas respectivas quantidades..... | 39 |
| TABELA 2 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências..... | 41 |
| TABELA 3 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Educação”..... | 46 |
| TABELA 4 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Saúde”..... | 50 |
| TABELA 5 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Saneamento”..... | 53 |
| TABELA 6 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Habitação”..... | 57 |
| TABELA 7 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Reforma Agrária”..... | 60 |
| TABELA 8 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”..... | 64 |
| TABELA 9 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Agricultura e Pecuária”..... | 67 |
| TABELA 10 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Meio Ambiente”..... | 70 |
| TABELA 11 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Transportes”..... | 75 |
| TABELA 12 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Recursos Hídricos”..... | 79 |
| TABELA 13 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Ciência & Tecnologia”..... | 82 |
| TABELA 14 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”..... | 85 |
| TABELA 15 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Emprego, PIB e Exportação”..... | 91 |
| TABELA 16 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Energia Elétrica”..... | 94 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 A TEORIA ORÇAMENTÁRIA | 15 |
| 3 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO | 18 |
| 4 O ORÇAMENTO NO BRASIL | 21 |
| 4.1 Um Breve Histórico do Orçamento nas Constituições Brasileiras | 21 |
| 4.2 A Constituição de 1988 e o Orçamento | 22 |
| 4.3 Descrição do Modelo Orçamentário | 24 |
| 4.4 Críticas ao Sistema Orçamentário Brasileiro | 26 |
| 5 O PLANO PLURIANUAL 2004-2007 | 28 |
| 6 METODOLOGIA | 34 |
| 7 ANÁLISE DOS DADOS | 39 |
| 7.1 Análise dos Dados – Global | 39 |
| 7.2 Análise dos Dados – Setorial | 42 |
| 7.2.1 Educação | 42 |
| 7.2.2 Saúde..... | 47 |
| 7.2.3 Saneamento | 50 |
| 7.2.4 Habitação | 53 |
| 7.2.5 Reforma Agrária | 57 |
| 7.2.6 Assistência Social – Transferência de Renda..... | 61 |
| 7.2.7 Agricultura e Pecuária..... | 64 |
| 7.2.8 Meio Ambiente | 67 |
| 7.2.9 Transportes..... | 71 |
| 7.2.10 Recursos Hídricos | 75 |
| 7.2.11 Ciência & Tecnologia | 79 |
| 7.2.12 Tecnologia da Informação e Inclusão Digital | 82 |
| 7.2.13 Micro e Pequenas Empresas | 86 |
| 7.2.14 Emprego, PIB e Exportação | 88 |
| 7.2.15 Energia Elétrica..... | 91 |
| 7.2.16 Petróleo e Gás | 95 |
| 8 CONCLUSÃO..... | 97 |
| REFERÊNCIAS | 101 |
| APÊNDICE A | 105 |
| APÊNDICE B..... | 107 |
| APÊNDICE C..... | 130 |

1 INTRODUÇÃO

O planejamento governamental, como instrumento de coordenação, define o que, como, quando, quem e para quem fazer; a que custo e com qual objetivo. Por essas razões é necessário tanto para o monitoramento, como para a avaliação do desempenho e dos resultados esperados.

Ocorre que não basta a simples ação de planejar, alguns requisitos devem estar presentes para assegurar a boa governança com vistas a alcançar os objetivos desejados. Para Peters (2003), é indispensável que haja: a) articulação de um conjunto comum de prioridades, acordado pela sociedade, por meio dos legítimos representantes; b) coerência entre as metas, a ser perseguida pelos níveis superiores de governo, os quais devem produzir uma visão ampla das prioridades e ponderar os interesses; c) capacidade de articular os meios para atingir as metas estabelecidas; e d) realização de *feedback* e presença dos elementos da *accountability*, com vistas ao aperfeiçoamento do processo e à possibilidade de responsabilização dos agentes.

O alcance dos mencionados requisitos propiciará a eficácia do processo de planejamento das escolhas públicas, por meio da definição das metas físicas constantes dos orçamentos, as quais representam a quantificação dos bens e serviços que se pretende executar para dar cumprimento as prioridades acordadas pelos representantes eleitos.

A partir das inovações introduzidas na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o atual modelo integrado de planejamento e orçamento, materializado no Plano Plurianual – (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), buscou-se assegurar os instrumentos necessários à *accountability* dos gastos públicos. Essa integração ocorre com os planos de médio prazo orientando a elaboração do orçamento anual, por meio das prioridades estabelecidas nas leis de diretrizes.

Assim, o objeto da presente pesquisa fundamenta-se no modelo de planejamento e orçamento no Brasil, especificamente nas relações entre o PPA 2004-2007, as LDOs e as LOAs do período, buscando-se examinar a eficácia do processo de integração desses instrumentos a partir da comparação das metas físicas e financeiras das ações diretamente vinculadas às metas prioritárias definidas na Mensagem Presidencial do PPA.

Para o desenvolvimento do trabalho, selecionou-se 52 programas, compostos de 1430 ações, as quais subsidiaram a elaboração de estudo comparativo entre as metas fixadas nos três instrumentos.

A escolha do tema se justifica pelo interesse em observar como se realiza, na prática, a integração entre os três instrumentos, que é o que garantirá a eficácia do planejamento e, posteriormente, da execução das prioridades governamentais. Optou-se por destacar o comportamento das metas físicas, para possibilitar a visualização de “o que” o governo pretende realizar e não, apenas, “quanto” se quer gastar.

Com o objetivo de avaliar a eficácia do modelo de planejamento e orçamento, utilizou-se como critério a análise do comportamento das previsões das metas físicas, principalmente, e, em complemento, dos recursos financeiros definidos nas leis, bem como dos custos unitários de cada produto.

A intenção é responder a seguinte questão: em que medida há compatibilidade e aderência entre as metas físicas estabelecidas nas LOAs, LDOs e no PPA relativas às prioridades definidas pelo governo para o período 2004-2007? Considera-se que o modelo de planejamento será eficaz na medida em que as metas físicas fixadas nas leis orçamentárias guardarem conformidade com as previstas, anteriormente, no plano plurianual e nas leis de diretrizes, que deveriam ser orientadores dos gastos públicos.

Como hipótese da pesquisa, contudo, espera-se encontrar baixo grau de compatibilidade e aderência entre as respectivas metas.

A metodologia utilizada no desenvolvimento do estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase nas normas específicas de orçamento do período 2004-2007, como também levantamento de dados secundários constantes da base do sistema SIGA Brasil, relativos às metas físicas e financeiras constantes dos orçamentos (PPA, LOA e LDO 2004-2007).

O trabalho é composto de cinco capítulos. O capítulo inicial apresenta as tentativas e as dificuldades de se desenvolver uma teoria do orçamento. Os esforços se voltam na direção da teoria econômica, contudo, o maior obstáculo refere-se às influências sofridas pelo orçamento de fatores não econômicos e carentes de racionalidade, tais como: política, atuação de grupos de interesses e disputa por poder.

Em seguida, no capítulo Planejamento e Orçamento, discorre-se sobre a relação entre esses conceitos e, simultaneamente, sobre a existência de conflitos entre eles. Isso porque planejar pressupõe ser racional, previsível, contínuo e exequível, características, muitas vezes, inexistentes no processo político das escolhas públicas.

O capítulo quatro versa sobre o orçamento no Brasil, onde se busca recuperar o seu histórico nas Constituições Brasileiras, o modelo atual, suas características e referencial conceitual, além das críticas ao modelo.

O PPA 2004-2007 é o capítulo imediato, no qual se descreve, com base na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA, as peculiaridades e inovações do denominado “Plano Brasil de Todos”. Nele são expostos: estratégia de desenvolvimento, megaobjetivos, dimensões e desafios, que formam a estrutura do Plano. Além disso, é destacada a seleção de metas prioritárias definidas pelo governo para o período, as quais fundamentaram a escolha dos programas a serem analisados.

Passa-se, então, ao capítulo referente à Metodologia, em que são apresentadas as etapas percorridas para a elaboração da amostra da pesquisa, culminando com a base de dados composta de 52 programas e 727 ações. Destas, estão relacionados os respectivos produtos, tipo da ação, metas físicas e recursos financeiros previstos nos planos plurianuais inicial e final (atualizado pelas revisões anuais), nas leis de diretrizes e nas leis orçamentárias de cada um dos exercícios compreendidos no período entre 2004 e 2007. Ademais, foram inseridos os custos unitários dos produtos, calculados a partir dos valores das metas físicas e financeiras de cada ação.

Finalizando, com o capítulo Análise dos Dados, são demonstrados os resultados da pesquisa, em duas fases. A primeira contém um exame das características do universo pesquisado. A segunda compreende uma análise detalhada, na qual os resultados são apresentados por programas, de acordo com os setores de atuação do governo, estabelecidos para as metas prioritárias.

Espera-se com as conclusões deste trabalho contribuir para o aperfeiçoamento do modelo de planejamento orçamentário instituído pela Constituição Federal de 1988, por meio da demonstração do comportamento recente de uma pequena parcela das metas físicas definidas para o alcance dos objetivos dos programas governamentais. Considerando, todavia, a relação direta com as metas prioritárias definidas pelo governo, acredita-se que, embora não se trate de uma amostra estatística, possa indicar uma tendência no comportamento dos demais programas.

2 A TEORIA ORÇAMENTÁRIA

Até o momento, todas as tentativas de se descrever uma teoria orçamentária, que seja consolidada e reconhecida por todos os estudiosos do orçamento, foram frustradas. Os principais estudos, datados das décadas de 40 a 60, demonstram as dificuldades enfrentadas pelo tema “orçamento”, quando se trata da definição de uma teoria.

Key Júnior (2006), na obra “A ausência de uma teoria orçamentária”¹ de 1940, demonstrara sua preocupação com a atenção dispensada pelos estudiosos do orçamento à organização, aos procedimentos e à forma do processo de elaboração orçamentária, em detrimento do que seria o problema essencial (no lado do gasto): “em que se deve basear a decisão de se alocarem x dólares para a atividade a em vez de ser para a atividade b ?”.

Segundo esse autor, o pensamento teórico econômico deve ser levado em consideração na tomada de decisão relativa ao gasto público, tendo em vista que, do mesmo modo que a economia, o orçamento representa uma escolha sobre a alocação de meios escassos para se atingir o máximo retorno em termos de utilidade social. No entanto, a melhor utilização de recursos públicos torna-se uma questão de preferência de valores entre fins que não possuem um denominador comum, transformando a questão num problema de filosofia política, não de ciência ou de lógica (KEY JÚNIOR, 2006).

Complementando a idéia lançada por Key Júnior, e com o propósito de estimular considerações adicionais sobre os aspectos econômicos do orçamento, Lewis (2006) publicou em 1952 “Em direção a uma teoria orçamentária”², contendo a análise de três proposições derivadas da teoria econômica, apropriadas para a construção de uma teoria econômica do orçamento: valor relativo, análise incremental e eficácia relativa.

A primeira proposição define que as escolhas orçamentárias devem ser tomadas com base no **valor relativo**, desprezando-se os valores absolutos. O objetivo básico da análise orçamentária é a comparação do valor relativo a ser obtido com o uso alternativo dos recursos. Para justificar a utilização dos recursos da forma mais proveitosa, o retorno de um gasto para qualquer atividade tem de ser mais desejado e mais necessário do que qualquer outro uso das dotações.

A **análise incremental**, apesar de não fornecer as respostas precisas para as escolhas orçamentárias, destaca os pontos principais. A proposição consiste em dividir os recursos

¹ Tradução de “The lack of a budgetary theory”, publicada por Giacomoni e Pagnussat (2006).

² Tradução de “Toward a theory of budgeting”, publicada por Giacomoni e Pagnussat (2006).

disponíveis em incrementos e considerar qual das alternativas de utilização de cada incremento traria o maior retorno. Assim, para a tomada de decisão de quanto deve ser gasto em cada atividade, deve-se observar a teoria da utilidade marginal: “o máximo de retorno só pode ser obtido se os gastos forem distribuídos entre os diferentes propósitos, de tal forma que o último centavo gasto para cada finalidade produza o mesmo retorno real” (LEWIS, 2006).

De acordo com o princípio da **eficácia relativa**, o valor relativo de coisas diferentes somente pode ser comparado caso tenham um denominador comum. É, portanto, um método fundamental de análise orçamentária. A avaliação de propósitos comuns é outra maneira de dizer que meios alternativos podem ser avaliados em relação ao fim para que foram desenhados e devem alcançar.

Segundo Lewis (2006), esses seriam os elementos básicos de uma teoria econômica orçamentária. O objetivo econômico do orçamento é atingir o melhor uso dos recursos, e os benefícios derivados de qualquer gasto têm de valer por seus custos, considerando as alternativas renunciadas. Como primeiro passo na aplicação desse teste, esse autor sugere utilizar a análise incremental nas margens como meio de concentrar a atenção nas áreas em que a comparação de valores é necessária e significativa.

Na prática, a aplicação das proposições para a análise orçamentária não é fácil, pois, normalmente, não se têm números precisos disponíveis, haja vista que é grande a dificuldade de se obter números exatos relativos a previsões de necessidades (as quais sofrem alterações ao longo do tempo) e a condições futuras (as decisões orçamentárias devem ser baseadas nas necessidades do presente, mas também nas previsões das necessidades do futuro) (LEWIS, 2006).

Além disso, o processo orçamentário é complexo, pois envolve a disputa por recursos, a existência de interesses conflitantes, a participação de diversos atores na definição da escolha da alocação dos recursos, bem como a ocorrência de desdobramentos relacionados à política econômica, fiscal, monetária.

Para alguns economistas, como Ludwig Von Mises, não existe método de cálculo econômico que possa ser aplicado ao governo, pois não é possível calcular a utilidade relativa de atividades governamentais, já que essas atividades não possuem preço no mercado (MISES, 1944, p. 47 apud LEWIS, 2006). Lewis, no entanto, discorda em parte dessa afirmação. Para ele, apenas o critério é diferenciado: enquanto nos negócios privados, o preço de mercado é o critério adotado para o cálculo econômico, no setor público, a alocação dos recursos indica, em termos quantitativos, o quanto os representantes do povo estão dispostos a pagar por bens e serviços prestados pelo governo.

Considerando essas dificuldades, Key Júnior (2006) afirmara que a doutrina da utilidade marginal tem um toque de irrealidade quando aplicada aos gastos públicos. E Lewis (2006) complementa que, na vida real, as decisões orçamentárias são influenciadas, em maior ou menor grau, por fatores não econômicos e irracionais, como orgulho, preconceito, provincianismo e política.

Nesse mesmo sentido, Wildavsky (1961, p. 190) critica as abordagens normativas tradicionais, que buscavam uma teoria compreensiva do orçamento, e propõe que a orçamentação deve ser vista a partir de um novo foco – a política. Para ele, o "estudo da orçamentação" é apenas outra expressão para o "estudo da política".

Em relação ao artigo de Key Júnior, sobre a ausência de uma teoria orçamentária, Wildavsky (1961, p. 183) defende que os progressos não foram obtidos em decorrência de a tarefa, da forma como foi proposta ("em que base deve ser decidido alocar x dólares na atividade A em vez de alocá-los na atividade B"), ser impossível de ser cumprida, indicando falha na abordagem, por não considerar a existência do poder político.

Segundo Wildavsky (1961, p. 184), se uma teoria normativa da orçamentação é mais do que um exercício acadêmico, ela deveria efetivamente orientar a tomada de decisões governamentais. E uma teoria que contenha critérios para determinar o que deveria estar no orçamento, não é nada menos do que uma teoria afirmando o que governo deveria fazer. Para ele, isso é utopia, pois a realização e a aceitação de uma teoria normativa orçamentária significariam o fim do conflito sobre o papel do governo na sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma teoria orçamentária fundada na teoria econômica favoreceria o processo de planejamento do orçamento. As escolhas orçamentárias seriam facilitadas, haja vista serem definidas com a realização de cálculos matemáticos. Ocorre que as dificuldades de se planejar estão exatamente nas incertezas e imprecisões presentes no processo orçamentário.

Assim, observa-se que a formulação de uma Teoria do Orçamento ainda está em construção. Poucos são os estudos que tratam do assunto; todos, entretanto, demonstram os obstáculos encontrados para se obter um modelo teórico de planejamento para o sistema orçamentário. As escolhas orçamentárias possuem características distintas e quase antagônicas, difíceis de serem conciliadas: a racionalidade, presente na teoria econômica; e a impulsividade, encontrada na política.

3 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Quando se fala em orçamento, a discussão sobre razão e política ultrapassa os limites da teoria orçamentária. Há entre os conceitos de planejamento e orçamento, embora estejam essencialmente relacionados, influências divergentes provocadas por essas características.

Segundo Matias-Pereira (2006, p. 230), o processo de planejamento compreende as funções de:

- a) planejamento – processo dinâmico de racionalização coordenada das opções, com vistas a permitir a tomada de decisão mais adequada e racional;
- b) execução – consiste em fazer com que as tarefas sejam realizadas de acordo com o plano;
- c) controle – é a comparação entre o previsto e o realizado, verificando-se os desvios e tomando-se as providências corretivas;
- d) avaliação – forma de controle dos resultados.

As mencionadas funções são semelhantes às fases do processo orçamentário: elaboração da proposta, discussão e aprovação, execução orçamentária e financeira e controle.

No entanto, em contraposição às idéias apresentadas no capítulo anterior no que se refere ao aspecto político do processo de escolha na alocação dos recursos, para Osborne e Gaebler (1994 apud MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 227), o planejamento estratégico “se caracteriza como antítese da política, pois o mesmo presume racionalidade, o que raramente existe no governo. A política exige resultados rápidos, ao lugar de raciocinar e agir pensando no longo prazo, pois são esses resultados que garantem a permanência nos cargos.” Do ponto de vista lógico, os princípios do planejamento são: racionalidade, previsibilidade, continuidade e exequibilidade (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 234).

Na realidade, o planejamento pode ser reconhecido como instrumento, quando é entendido como atividade orientada para a obtenção de um resultado racional, considerando a existência de uma situação de escassez de recursos; ou como um processo de decisão, no caso de a atividade de planejar passar a ser aceita como a prática de decidir antecipadamente. Utilizando-se esses conceitos, o orçamento apresenta-se como um instrumento do planejamento, enquanto o plano, programa ou projeto representam o documento resultante do processo de planejamento (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 228, 230).

Allen Schick (1966 apud CORE, 2006, p. 237-238) menciona que qualquer sistema orçamentário compreende as funções de planejamento, gerência e controle. A diferença está no balanceamento entre essas três orientações.

No orçamento tradicional, o predomínio é da função de controle. A maior preocupação é com o cumprimento de tetos e com o estabelecimento de limites para as unidades orçamentárias. As despesas são classificadas por objeto de gastos.

No orçamento de desempenho, ocorre predominância da orientação gerencial. As informações passam a ser estruturadas segundo funções, projetos e atividades, possibilitando a avaliação de desempenho, e as categorias orçamentárias são classificadas em termos funcionais.

Já no orçamento-programa, prevalece a função de planejamento. A característica dominante é a racionalização do processo de fixação de políticas, mediante o manuseio de dados sobre custos e benefícios das formas alternativas de se atingir os objetivos propostos e a mensuração dos produtos para propiciar eficácia no atingimento desses objetivos.

Verifica-se, assim, que o planejamento é um processo contínuo que fundamenta, antecede e acompanha a elaboração orçamentária, com o objetivo de dar transparência e consistência à própria ação, fixando metas e prazos para orientação e prevendo os meios necessários para alcançá-las (MATIAS-PEREIRA, 2006, p. 234).

No planejamento governamental, o processo inicia-se com a análise da realidade e a definição de um modelo que se quer alcançar, expresso, em termos quantitativos, pelas metas. Para a alocação dos recursos necessários à implementação do plano, utiliza-se o orçamento como instrumento.

A Constituição Federal – CF de 1988 conferiu um caráter de destaque à função de planejamento no sistema orçamentário brasileiro, estabelecendo a necessidade de integração e compatibilização entre os instrumentos de planejamento – plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Além disso, o planejamento governamental, afora ser um instrumento de ação pública, passou a ser uma imposição constitucional, uma função de governo de cunho permanente, de acordo com Matias-Pereira (2006, p. 233), tendo em vista que a CF/88, em vários dispositivos, estabelece a obrigatoriedade de formulação de planos, para o alcance dos objetivos previamente definidos, com o fim de se atingir o progresso econômico e social.

Wildavsky (1974, p. 13 apud GIACOMONI, 2005, p. 198), todavia, critica o método que integra orçamento ao planejamento, segundo ele “o principal fator determinante do tamanho e do conteúdo do orçamento deste ano é o orçamento do ano passado”, sendo a

elaboração orçamentária considerada essencialmente incremental. O incrementalismo impossibilitaria a integração entre planejamento (criador de programas, por natureza) e processo orçamentário (priorizador dos programas existentes).

A crítica de Wildavsky procede, pois o orçamento está se tornando cada vez menos flexível e mais restritivo. A rigidez orçamentária, representada pelos compromissos assumidos no passado, restringe as opções disponíveis ao governo. Entretanto, ela não pode ser considerada justificativa para a inércia em relação ao planejamento. Talvez, o incrementalismo seja uma consequência da excessiva criação de despesas continuadas e da crescente vinculação de receitas, para as quais a crítica devesse ser direcionada, em vez de dirigi-las ao método planejamento-orçamento.

4 O ORÇAMENTO NO BRASIL

4.1 Um Breve Histórico do Orçamento nas Constituições Brasileiras

A primeira Constituição brasileira, em 1824, já trazia dispositivo relacionado à matéria orçamentária, o qual demonstrava a característica de instrumento de controle que o orçamento representava. O art. 172 estabelecia que o ministro de estado da Fazenda, havendo recebido dos outros ministros os orçamentos relativos às despesas das suas repartições, apresentaria à Câmara dos Deputados, anualmente, o balanço geral da receita e despesa do tesouro nacional do ano antecedente e o orçamento geral de todas as despesas públicas do ano futuro, e da importância de todas as contribuições e rendas públicas. A elaboração da proposta orçamentária era competência do Executivo; a sua aprovação, da Assembléia Geral (Câmara dos Deputados e Senado) e a fiscalização da execução, da Câmara dos Deputados, configurando, segundo Viana (1950 apud GIACOMONI, 2005, p. 55), um orçamento do “tipo misto”.

A Constituição de 1891 alterou essas competências, atribuindo ao Congresso Nacional a função privativa de elaboração do orçamento, bem como a tomada de contas do Executivo, transformando o orçamento no “tipo legislativo”, de acordo com a mencionada classificação.

A disciplina orçamentária somente foi ampliada a partir das Constituições de 1934 e 1937, as quais conferiram destaque ao orçamento e à elaboração orçamentária. A matéria seguiu ganhando relevância nas Constituições seguintes. Em 1946, o orçamento voltou a ser do “tipo misto” e alguns princípios orçamentários foram consagrados: unidade, universalidade, exclusividade e especialização. Em 1967, novas regras e princípios foram incorporados aos processos de elaboração e fiscalização orçamentárias, destacando-se a retirada de prerrogativas do Legislativo quanto à iniciativa de leis ou emendas que criassem ou aumentassem despesas, inclusive emendas ao projeto de lei do orçamento (GIACOMONI, 2005, p.54-55).

A Constituição Federal – CF de 1988 continuou o processo de aperfeiçoamento da matéria orçamentária, trazendo novos conceitos e preceitos. Entre as principais novidades, Giacomoni (2005, p. 56, 200) destaca a devolução ao Poder Legislativo da prerrogativa de propor emendas ao projeto de lei do orçamento; a definição detalhada da composição da lei

orçamentária anual, com vistas à efetiva observância do princípio da universalidade; e a criação do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

A importância do planejamento na CF/88 pode ser percebida pela leitura do relatório que acompanhou o anteprojeto da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, durante a Assembléia Nacional Constituinte, o qual registrou:

O que se pretende, agora, é acoplar o orçamento ao planejamento de longo, médio e curto prazos, permitindo, em princípio, que a distribuição dos recursos obedeça a parâmetros realistas e inteiramente compatibilizados com as necessidades nacionais, a partir das prioridades regionais aferidas em todos os níveis de governo. (BRASIL, 1987).

4.2 A Constituição de 1988 e o Orçamento

A CF de 1988 (BRASIL, 2008a) inovou ao estabelecer o atual sistema integrado de planejamento e orçamento, materializado em três instrumentos: plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA).

O PPA foi instituído para ser o elemento central desse sistema, orientando a LOA, por meio da LDO (PARES; VALLE, 2006, p. 231).

O plano plurianual, conforme prescreve o art. 165, § 1º, da CF de 1988 (BRASIL, 2008a) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Segundo o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (BRASIL, 2008a) no art. 35, § 1º, seu projeto, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (31/08) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (22/12).

A Constituição possui diversos dispositivos que colocam o PPA em posição de supremacia em relação aos demais instrumentos, corroborando a importância atribuída ao planejamento pelo Constituinte:

a) planos e programas nacionais, regionais e setoriais serão elaborados em consonância com o PPA (art. 165, § 4º);

b) os orçamentos fiscal e de investimento, compatibilizados com o PPA, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional (art. 165, § 7º);

c) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LDO (art.166, § 3º, I);

d) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o PPA (art. 166, § 4º);

e) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA (art. 167, § 1º).

A LDO, criada para possibilitar a articulação entre PPA e LOA, deverá, entre outras funções estabelecidas pela CF de 1988 (BRASIL, 2008a, art. 165, § 2º), destacar as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientar a elaboração da lei orçamentária anual. De acordo com o art. 35, § 2º, II, do ADCT, seu projeto será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15/04) e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17/07).

Para Pares e Valle (2006, p. 232), o legislador pretendeu dividir a discussão orçamentária em dois momentos: o primeiro, durante a aprovação da LDO, teria natureza estratégica, centrado na definição de diretrizes e prioridades para o exercício subsequente; e o segundo, na elaboração da LOA, de natureza operacional, focado na alocação dos recursos.

Por fim, com vistas a completar o sistema de planejamento e orçamento, a Constituição (BRASIL, 2008a) estabelece, no art. 165, § 5º, que a LOA compreenderá: o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. O encaminhamento do seu projeto deverá ocorrer até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro (31/08) e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa (22/12), consoante dispõe o art. 35, § 2º, do ADCT (BRASIL, 2008a).

Os projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA são encaminhados ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, para apreciação nas duas Casas, na forma do regimento comum (BRASIL, 2008a, art.166, *caput* e § 6º).

Ainda com vistas a obter a integração do sistema de planejamento, a Constituição se preocupou com as funções de controle e avaliação, estabelecendo, em seu art. 74, que os

Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União (CORE, 2006, p. 221).

Percebe-se, assim, que a Constituição Federal pretendeu garantir a inter-relação entre as mencionadas leis, no entanto, a efetividade do sistema de planejamento previsto depende do grau de articulação entre os três instrumentos – PPA, LDO e LOA, bem como do cumprimento das prioridades e metas estabelecidas.

4.3 Descrição do Modelo Orçamentário

Apesar das novidades introduzidas pela CF de 1988 quanto ao sistema de planejamento orçamentário, o modelo adotado no Brasil – orçamento-programa – já estava em vigor antes da nova ordem constitucional.

Não há consenso entre os escritores em relação à data de implementação do orçamento-programa. Alguns argumentam que a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 foi a introdutora deste modelo na administração pública brasileira. Entretanto, Core (2006, p. 240-241) alega que a lei concedeu uma orientação mais gerencial e menos de controle ao processo orçamentário brasileiro, o que configuraria o orçamento de desempenho, com forte preocupação com a eficiência e eficácia na realização das atividades constantes do programa de trabalho. Ainda, segundo esse autor, o modelo de estrutura preconizado pela lei praticamente não foi implementado, uma vez que logo em seguida sobreveio a nova Constituição que não recepcionou essa parte.

De qualquer forma, a idéia de planejamento, predominante no modelo de orçamento-programa, está presente no processo orçamentário brasileiro desde a década de 60, com a edição do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que definiu essa função como um dos princípios fundamentais de orientação às atividades da administração federal.

As mencionadas normas foram recepcionadas pela nova ordem constitucional e são consideradas, ainda hoje, não obstante tenham sido realizadas várias alterações ao longo desses anos, a principal diretriz para elaboração do orçamento anual (Lei nº 4.320/64) e o principal documento da reforma administrativa (Decreto-Lei nº 200/67). Ressalta-se que ainda não foi elaborada a lei complementar, determinada pela Constituição (BRASIL, 2008a, art. 165, § 9º), a qual deverá dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a

elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

Recentemente, a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), contribuiu para enfatizar a necessidade de integração entre PPA, LDO e LOA. Seus artigos ratificaram a compatibilização entre os três instrumentos e ampliaram as funções da LDO, ganhando o planejamento novos limites da disciplina fiscal. Matias-Pereira (2006, p. 245), todavia, ressalta que:

O planejamento não é o único elemento no qual a LRF apóia suas determinações. Seu alcance é mais amplo, à medida que enfatiza o controle de recursos para as ações governamentais, o equilíbrio entre receita e despesa, a transparência da gestão fiscal e a responsabilidade dos dirigentes pelo não-cumprimento de seus preceitos.

Na realidade, observa-se que a adoção do modelo de orçamento-programa não significou, instantaneamente, a efetiva articulação entre planejamento e orçamento. Durante vários anos, planos e orçamentos continuavam sem se comunicar e o governo, com a edição de normas destinadas a instituir novos procedimentos, buscava propiciar condições para essa integração.

A classificação funcional-programática, instituída a partir de 1974, representou um grande avanço na técnica de apresentação orçamentária, pois permitiu a vinculação das dotações orçamentárias a objetivos de governo que, por sua vez, eram viabilizados pelos programas de governo.

Todavia, a partir do orçamento do ano 2000, diversas modificações foram estabelecidas na classificação vigente, procurando-se privilegiar o aspecto gerencial do orçamento, com adoção de práticas simplificadoras e descentralizadoras. Passou-se, então, a adotar uma classificação funcional e uma estrutura programática. O eixo principal dessas modificações foi a interligação entre o planejamento (PPA) e o orçamento (LOA), por intermédio da criação de programas que articulam todas as ações de governo, com um gerente responsável por metas e resultados concretos para a sociedade. Dessa forma, o programa passou a ser o único módulo integrador entre plano e orçamento, e os projetos e atividades, os instrumentos de realização dos programas. Em termos de estruturação, o plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses documentos uma integração desde a origem.

Segundo o Manual Técnico de Orçamento Federal (BRASIL, 2009) bem como nas demais versões deste Manual, a programação orçamentária da despesa é estruturada

qualitativa e quantitativamente. A programação qualitativa compreende, dentre outros itens, as principais informações do programa: objetivo, problema a resolver, público alvo e indicadores. Já a programação quantitativa subdivide-se em física e financeira, sendo que a primeira é representada pela meta física (“Quanto se pretende desenvolver?”) e a segunda, pela dotação (“Quanto custa?”).

Tecnicamente, metas físicas são as quantidades de produtos ofertados por ação, num determinado período, agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

O Sistema de Planejamento e Orçamento Federal é constituído pelo órgão central – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – seus órgãos específicos e setoriais. As funções de planejamento e orçamento estão divididas entre duas Secretarias: a) Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), que é a responsável por estabelecer diretrizes e normas para elaboração e implementação do plano plurianual e dos programas que o compõem; b) Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a quem compete coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União, compreendendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, em articulação com a SPI.

4.4 Críticas ao Sistema Orçamentário Brasileiro

Em que pese todos os esforços de aprimoramento do sistema de planejamento e orçamento despendidos nas últimas décadas no Brasil, ainda há uma extensa relação de críticas a seu respeito.

Quanto ao planejamento público, Sanches (2004, p. 39) afirma que a prática é caracterizada pela simples ação formal. Para ele, os planos plurianuais são “documentos prolixos, irrealistas e inúteis para a conjugação de esforços dos vários níveis de governo e da ação desses com a da iniciativa privada”.

As críticas em relação à extensão do PPA são freqüentes. Considerando que praticamente todas as despesas são planejadas por meio das ações que integram os programas do PPA, à exceção das despesas com serviço da dívida – amortização e encargos, para Matias-Pereira (2006, p. 265), torna-se inviável qualquer tentativa de realização de planejamento estratégico.

Allen Schick, em palestra proferida aos servidores do Ministério do Planejamento em junho/2008, criando um panorama sobre a estrutura do plano plurianual como ferramenta de planejamento e sua relação com o orçamento, no Brasil, recomendou que para o PPA ser um instrumento estratégico forte, ele deve focar as prioridades de governo em vez de englobar todos os programas governamentais.

Entre a principal causa das dificuldades relacionadas à formulação do PPA, está a ausência da lei complementar mencionada no art. 165, § 9º, da Constituição Federal, sem a qual não existe referencial confiável quanto à estrutura, conteúdo, nem adequada conceituação do que se deva entender como “programas de duração continuada” e como “despesas decorrentes das despesas de capital”, referidos no texto constitucional (SANCHES, 2004, p. 194).

Ademais, tão importante quanto a elaboração do planejamento é a sua materialização, o atingimento dos seus objetivos. O PPA é lei formal, dependente do orçamento anual para que possa ter eficácia quanto à realização das despesas. Segundo Pares e Valle (2006, p. 233), “Embora o sistema de planejamento e orçamento seja precursor do que há de mais avançado em programação de gasto, seus propósitos ficam distorcidos diante do descolamento entre o orçamento planejado e o executado”.

5 O PLANO PLURIANUAL 2004-2007

A Mensagem Presidencial que encaminhou o projeto de lei do PPA 2004-2007 (BRASIL, 2003b), denominado “Plano Brasil de Todos”, apresentou-o como um novo modelo de planejamento, organizado de acordo com a visão estratégica de desenvolvimento de longo prazo, com base no planejamento participativo, no fortalecimento do conceito de revisão periódica do Plano e na valorização da gestão.

Como estratégia de longo prazo, previu-se: inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam o crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia.

Essa estratégia de desenvolvimento norteou a formulação e seleção dos programas que integraram o PPA, bem como a avaliação de sua implementação e consistência.

O planejamento participativo foi efetivado com o envolvimento da sociedade civil organizada, por meio da realização de Fóruns da Participação Social, nos 26 Estados e no Distrito Federal, e das demais esferas de governo, com a criação do Fórum Estadual Tripartite de Desenvolvimento Local.

A revisão periódica do PPA, por meio da apresentação ao Congresso Nacional de projetos de lei de revisões anuais, visa realinhar as ações de Governo, adequando-as à evolução das conjunturas interna e externa, e garantir a atualidade e a eficácia do Plano. Além disso, foi implementada uma sistemática de “programação deslizante”, que consiste na inclusão de um exercício de programação a cada revisão do Plano, a fim de não prejudicar a continuidade e a integração entre sucessivos quadriênios, necessárias em muitos programas e ações.

A valorização da gestão foi implementada tendo o programa como elemento organizativo central e como unidade de integração entre planejamento e orçamento. Assim, estabeleceu-se uma linguagem comum para as atividades de: elaboração, revisão e avaliação do PPA; de definição de prioridades e metas na LDOs; de elaboração dos Orçamentos Anuais; e de programação orçamentária e financeira. A consolidação do planejamento por programas baseou-se no desenvolvimento de competência gerencial de condução das ações nos órgãos setoriais.

As políticas, programas e ações que serviram de base à estratégia de longo prazo foram distribuídas em cinco dimensões, as quais se articularam em torno de três megaobjetivos, que se abriram em 30 desafios, enfrentados por meio de 374 programas, que abarcaram aproximadamente 4.300 ações. A seqüência de etapas lógicas de construção do Plano está demonstrada na figura 1.



FIGURA 1 – Etapas lógicas de construção do Plano Plurianual 2004-2007
Fonte: Brasil (2003b)

Essa estrutura do PPA 2004-2007 está detalhada, com a descrição de cada etapa, no Quadro 1.

| Orientação Estratégica | | |
|--|----------------------|---|
| inclusão social e desconcentração de renda com vigoroso crescimento do produto e do emprego; crescimento ambientalmente sustentável, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos, e por elevação da produtividade; redução da vulnerabilidade externa por meio da expansão das atividades competitivas que viabilizam esse crescimento sustentado; e fortalecimento da cidadania e da democracia. | | |
| Megaobjetivos (3) | Dimensões (5) | Desafios (30) |
| I - Inclusão social e redução das desigualdades sociais | Social | 1) Combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo a inserção social e a cidadania |
| | | 2) Ampliar a transferência de renda para as famílias em situação de pobreza e aprimorar os seus mecanismos |
| | | 3) Promover o acesso universal, com qualidade e equidade à seguridade social (saúde, previdência e assistência) |
| | | 4) Ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação |
| | | 5) Promover o aumento da oferta e a redução dos preços de bens e serviços de consumo popular |
| | | 6) Implementar o processo de reforma urbana, melhorar as condições de habitabilidade, acessibilidade e de mobilidade urbana, com ênfase na qualidade de vida e no meio-ambiente |
| | | 7) Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos |
| | | 8) Promover a redução das desigualdades raciais |
| | | 9) Promover a redução das desigualdades de gênero |
| | | 10) Ampliar o acesso à informação e ao conhecimento por meio das novas tecnologias, promovendo a inclusão digital |

| Megaobjetivos (3) | Dimensões (5) | Desafios (30) |
|---|---------------------------------|--|
| II - Crescimento com geração de emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais | Econômica, Regional e Ambiental | 11) Alcançar o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento e distribuição da renda, geração de trabalho e emprego |
| | | 12) Ampliar as fontes de financiamento internas e democratizar o acesso ao crédito para o investimento, a produção e o consumo |
| | | 13) Ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade |
| | | 14) Implantar um efetivo processo de reforma agrária, recuperar os assentamentos existentes, fortalecer e consolidar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento sustentável do meio rural |
| | | 15) Coordenar e promover o investimento produtivo e a elevação da produtividade, com ênfase na redução da vulnerabilidade externa |
| | | 16) Ampliar, desconcentrar regionalmente e fortalecer as bases científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento, democratizando o seu acesso |
| | | 17) Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável |
| | | 18) Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macrorregional, sub-regional e local), estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local |
| | | 19) Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental. |
| | | 20) Ampliar a participação do país no mercado internacional, preservando os interesses nacionais |
| | | 21) Incentivar e fortalecer as micros, pequenas e médias empresas, com o desenvolvimento da capacidade empreendedora |
| III - Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia | Democrática | 22) Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas |
| | | 23) Garantir a integridade dos povos indígenas, respeitando sua identidade cultural e organização econômica |
| | | 24) Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais e regionais |
| | | 25) Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas |
| | | 26) Preservar a integridade e a soberania nacionais |
| | | 27) Promover os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional |
| | | 28) Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão |
| | | 29) Combater a corrupção |
| | | 30) Democratizar os meios de comunicação social, valorizando os meios alternativos e a pluralidade de expressão |

QUADRO 1 – Detalhamento das etapas lógicas de construção do Plano Plurianual 2004-2007 (conclusão)
Fonte: Brasil (2003b)

A Mensagem Presidencial do PPA apresentou, ainda, uma seleção de metas prioritárias, demonstradas no Quadro 2, relativas aos seguintes temas: Emprego, PIB e Exportação; Educação; Saúde; Saneamento; Habitação; Assistência Social – Transferência de Renda; Reforma Agrária; Ciência e Tecnologia; Tecnologia da Informação e Inclusão Digital; Agricultura e Pecuária; Micro e Pequenas Empresas; Meio Ambiente; Energia Elétrica; Petróleo e Gás; Transportes e Recursos Hídricos. Segundo consta do Relatório de Avaliação do PPA, ano base 2007, algumas metas foram alteradas ao longo do período.

| Itens | Metas até 2007 (originais) | Metas até 2007 (alteradas) |
|---|---|-------------------------------|
| 1. Emprego, PIB e Exportação | | |
| Criação de postos de trabalho | 7,8 milhões * | |
| Expansão da taxa de crescimento do PIB (de 3,5 em 2004) | 5% | |
| Redução da taxa anual de inflação (IPCA) entre 2003 e 2007 (de 9,1%) | 4% | |
| Crescimento do comércio exterior – Exportação e importação de bens e serviços (de US\$ 140 bilhões, em 2003) | US\$ 210 bilhões | |
| Saldo da Balança Comercial – em cada ano | entre US\$ 17,0 bilhões e US\$ 21,0 bilhões | |
| <i>* Caso haja a implantação da redução de jornada de trabalho, este número poderá ser superior a 10 milhões.</i> | | |
| 2. Educação | | |
| Analfabetismo Absoluto (Número de alfabetizados). Em 2007 a quantidade se refere ao acumulado de 2004 a 2007. | 16,3 milhões | 7,7 milhões |
| Ensino Fundamental (Crianças de 7 a 14 anos matriculadas) | 100% (percentual será atingido em 2006) | 98% |
| Ensino Médio (Quantidade de alunos matriculados) | 10 milhões | 9 milhões |
| Capacitação de professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (professores capacitados) | 1,8 milhões | 2,5 milhões/560 mil |
| Implantação da Escola Básica Ideal para o Ensino Fundamental e Médio (Escolas implantadas) | 64,7 mil | 27,2 mil |
| Ensino Fundamental para Jovens e Adultos (Novas matrículas) | 12,6 milhões | 13,2 milhões |
| Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental (Exemplares distribuídos) | 440,6 milhões | |
| Distribuição de Uniformes para Alunos Carentes do Ensino Fundamental (Alunos beneficiados) | 2,4 milhões | |
| 3. Saúde | | |
| Ampliar o acesso da população aos serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (Percentual da população atendido) | 100%, a partir de 2004 | |
| <i>Em 2004, meta alterada para:</i> | | |
| Organizar o acesso da população aos serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde (Percentual de municípios cobertos) | | 100% |
| Implantar equipes de saúde da família, Agentes Comunitários de Saúde e Equipes de Saúde Bucal (Equipes implantadas) | 30.232 | |
| <i>Em 2004, meta desdobrada em:</i> | | |
| Implantar equipes de saúde da família (Equipes implantadas) | | 30.000 |
| Implantar equipes de Saúde Bucal (Equipes implantadas) | | 20.000 |
| Ampliar o número de agentes comunitários de saúde (Número de Agentes Comunitários de Saúde) | | 252.000 |
| Garantir acesso da população a medicamentos essenciais (Percentual da população atendido) | 100%, a partir de 2004 | |
| <i>Em 2004, alterada para:</i> | | |
| Organizar a assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde (Percentual de municípios cobertos) | | 100% |
| <i>Meta incluída em 2004:</i> | | |
| Operacionalização do Cartão Nacional de Saúde (cartões emitidos) | | 120 milhões |
| Reduzir o índice de mortalidade infantil | 24 por mil | 22 por mil |
| 4. Saneamento | | |
| Serviços urbanos de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de coleta e disposição final de resíduos sólidos (Famílias beneficiadas) | 9,0 milhões | |
| Taxa de cobertura de serviços urbanos de coleta e tratamento de esgoto (ampliar de 50,9%) | 57,90% | |
| Taxa de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos (ampliar de 29%) | 43% | |
| 5. Habitação | | |
| Financiar ou apoiar a produção de unidades habitacionais. | 1,2 milhão | 2,4 milhões |
| Regularização fundiária para população de baixa renda (Títulos de propriedade emitidos) | 780 mil | |
| 6. Assistência Social – Transferência de Renda | | |
| Programa de Transferência de Renda com Condiionalidades (Famílias atendidas) | 12,7 Milhões | 11,1 |
| | (Orçamento, em R\$) | 10.670 Milhões |
| 7. Reforma Agrária | | |
| Fortalecimento da Agricultura Familiar (Beneficiar número crescente de famílias com capacitação, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura municipal e crédito ao agricultor familiar) | 3,7 milhões | |
| Reforma Agrária - Novos assentamentos e consolidação de assentamentos precários (Famílias atendidas) | 265,4 mil | |
| Crédito Fundiário – Possibilitar o acesso à terra e apoio produtivo (Famílias beneficiadas) | 114,2 mil | |
| Titulação de propriedades (Propriedade titulada) | 400 mil | |

QUADRO 2 – Seleção de metas prioritárias (continua)

| Itens | Metas até 2007 (originais) | Metas até 2007 (alteradas) |
|---|-------------------------------|-------------------------------|
| Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária (Trabalhador rural alfabetizado) | 202,0 mil | |
| 8. Ciência & Tecnologia | | |
| Aumento do número de doutores formados por ano (de 6.300) | 10.000 | |
| Aumento da produção científica. De 48.000 (Em artigos publicados por ano) | 74.000 | |
| Aumento do número de depósitos de patentes (por residentes no País) | 80% | |
| 9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital | | |
| Aumento das exportações de software (de US\$ 100 milhões) | US\$ 1 bilhão | |
| Inclusão digital (Telecentros comunitários instalados) | 6.000 | |
| Elevação do número de usuários de Internet (De 22,4 milhões) | 37 milhões | |
| 10. Agricultura e Pecuária | | |
| Safra de grãos (em toneladas/ano) | 150 milhões | |
| Aumento da exportação de carne (de 1 milhão de ton/ano) | 3 milhões de ton/ano | |
| Eradicação, até o ano de 2006, da Febre aftosa no território nacional | 100% | |
| 11. Micro e Pequenas Empresas | | |
| Aumento da participação das MPES no volume total de exportações (De 10%) | 20% | |
| Apoio e incentivo a arranjos produtivos locais. De 66 (Arranjos apoiados/incentivados) | 124 | |
| Aumento da oferta de crédito para micro e pequenas empresas (Em percentual dos depósitos bancários à vista) | 2% | |
| (Em valores acumulados no período de 2004 a 2007) | R\$ 41,4 bilhões | |
| 12. Meio Ambiente | | |
| Aumento da área florestal manejada (De 350 mil ha/ano) | 700 mil ha/ano | |
| Redução dos focos de incêndio (De 230 mil ha/ano) | 200 mil ha/ano | |
| Formação de educadores ambientais (Educador Formado) | 6.200 | 6.450 |
| 13. Energia Elétrica | | |
| Expansão da geração de energia elétrica em Usinas Hidrelétricas, Termelétricas e Eólicas (potência instalada de 2003 = 84.654 MW) – Acréscimo em MW | 14.085 MW | |
| Expansão das linhas de transmissão (extensão das linhas existentes em 2003 = 79.416 km) – Acréscimo em km | 12.425 km | |
| Universalização dos serviços de energia elétrica (em unidades consumidoras atendidas) | 1,7 milhão | |
| 14. Petróleo e Gás | | |
| Ampliação da produção de petróleo | 2,2 milhões | |
| Aumento da capacidade de refino de petróleo (de 1,62 milhão de barris/dia) | 1,85 milhão de barris/dia | |
| Ampliação da malha de gasodutos (Em km) | 2.479 km | |
| Disponibilização de gás (em milhões de m³/dia) | 34,5 | |
| 15. Transportes | | |
| Recuperação/manutenção de rodovias (Conservação anual) | 43.000 km | |
| Recuperação/manutenção de rodovias (Restauração) | 23 mil km | |
| Construção/adequação de rodovias | 5,5 mil km | |
| Construção de ferrovias | 2,4 mil km | |
| Implantação de hidrovias (melhoria de navegabilidade) | 10 mil km | |
| Ampliação da capacidade portuária (em toneladas) | 200 milhões | |
| 16. Recursos Hídricos | | |
| Revitalização e integração de bacias, com vazão de 75 m³/s. (Habitantes beneficiados no período do plano) | 1,6 milhão | |
| Fornecimento de água potável para habitantes de 200 localidades do semi-árido (habitantes beneficiados) | 3,7 milhões | |
| Proágua – Infra-Estrutura. Acumulação de água e sua distribuição através de 2 mil km de adutoras (M³ de água acumulada) | 5 bilhões | |
| Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. Aumento da área irrigada como promoção do desenvolvimento regional (Área incorporada) | 83% | 87,8% |

QUADRO 2 – Seleção de metas prioritárias (conclusão)

Fonte: Brasil (2003b)

Em consonância com a iniciativa de realização de revisão periódica do plano, a Lei instituidora do PPA 2004-2007, Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 (BRASIL, 2004b) em seu art. 5º, previu a possibilidade de o Poder Executivo propor alteração ou exclusão de programas constantes do PPA, bem como inclusão de novos programas, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico.

Assim, foram editadas a Lei nº 11.044, de 24 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004d), Lei nº 11.318, de 5 de julho de 2006 (BRASIL, 2006b) e Lei nº 11.450, de 7 de fevereiro de 2007 – Leis de Revisões Anuais do PPA (BRASIL, 2007a) –, as quais, consoante justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, foram regidas pelo princípio do planejamento moderno de aperfeiçoamento contínuo da programação, para adequá-la às transformações sociais e assegurar maior transparência e controle da sociedade sobre a ação governamental.

A Lei nº 10.933/2004 (BRASIL, 2004b) no art. 9º, estabeleceu, ainda, a necessidade de o Poder Executivo enviar ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório detalhado de avaliação do PPA, contendo, entre outros itens: a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do PPA; demonstrativo, para cada ação, dos valores previstos na Lei e suas modificações, da execução física e orçamentária, das estimativas das metas físicas e dos valores financeiros; e avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas.

Foram, então, realizadas avaliações do PPA em cada exercício do período 2004-2007, de acordo com as diretrizes estabelecidos no Sistema de Avaliação do PPA, instituído pelo Decreto nº 5.233, de 6 de outubro de 2004. O processo de avaliação foi implementado por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) e divulgado na internet, em atendimento ao previsto no art. 10, parágrafo único, da Lei nº 10.933/2004 (BRASIL, 2004b), incluído pela Lei nº 11.318/2006 (BRASIL, 2006b).

Esse é o cenário em que se desenvolveu o trabalho: um planejamento inicial de médio prazo (PPA), amplamente alterado pelas leis de revisões.

6 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a eficácia do sistema de planejamento orçamentário brasileiro, pretendeu-se avaliar a integração entre o PPA 2004-2007, as LDOs e as LOA do período, por meio do estudo comparativo entre as metas fixadas nesses instrumentos.

A forma vislumbrada para se verificar a necessária interação entre PPA/LDO/LOA, tendo em vista os comandos da Constituição Federal/88 nesse sentido, foi pelo cotejamento entre as metas físicas constantes das respectivas leis. Assim, o planejamento será considerado efetivo à medida que as metas constantes das LDOs e das LOAs se aproximem das metas estabelecidas inicialmente no PPA.

Considerando a extensa relação de ações constantes do Plano (Lei nº 10.933/2004, BRASIL, 2004b), são mais de quatro mil, e a necessidade de definir os limites da pesquisa, optou-se por selecionar no Anexo II – Programas de Governo – os programas diretamente relacionados às metas prioritárias definidas na Mensagem Presidencial (BRASIL, 2003b) que encaminhou o PPA 2004-2007 (Apêndice A).

Assim, selecionou-se 52 programas, compostos de 1430 ações (Apêndice B), que equivalem a aproximadamente 14% e 33% do total de programas e ações incluídos no PPA 2004-2007.

A escolha dos programas foi fundamentada nos seus objetivos e indicadores, bem como na descrição, finalidade e nos produtos das ações. No entanto, isso não significa que as metas prioritárias sejam atingidas apenas por meio da execução dos programas selecionados. É evidente que, na consecução de cada meta pretendida, diversos outros programas e suas respectivas ações estarão envolvidos e relacionados.

Além disso, nem todas as ações integrantes dos mencionados programas foram analisadas. Excluiu-se da pesquisa as ações que, apesar de contribuírem para o alcance dos objetivos dos programas, não possuíam produtos vinculados, tais como: “Gestão e Administração do Programa” (0272) e “Publicidade de Utilidade Pública” (4641). Foram retiradas da análise, ainda, as ações que, embora possuíssem produtos, influenciavam apenas indiretamente na execução dos programas: “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes” (2004), “Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados” (2012), entre outras.

É certo que a seleção dos programas e ações analisados possui um grau de arbitrariedade. Contudo, eventual divergência de juízo quanto à manutenção ou exclusão de

ações não interferirá nos resultados, tendo em vista que se restringem ao campo de ações observadas. A intenção é apenas demonstrar qual o tratamento dispensado a ações diretamente vinculadas às metas definidas como prioritárias. A pesquisa não pretende expandir os resultados a todo o orçamento, pois não se trata de uma amostra estatística, embora seus resultados possam indicar uma tendência de comportamento das demais ações.

Aos programas selecionados, após seu desdobramento em ações (mantidas apenas as consideradas imediatas para o alcance das prioridades, bem como as pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), foram vinculadas as respectivas metas físicas previstas no PPA, nas LDOs e nas LOAs do período, extraídas das seguintes leis:

| Exercício | PPA | LDO | LOA |
|-----------|------------------------------|---------------------|--------------------|
| 2004 | Lei nº 10.933/2004 (inicial) | Lei nº 10.707/2003* | Lei nº 10.837/2004 |
| 2005 | | Lei nº 10.934/2004 | Lei nº 11.100/2005 |
| 2006 | | Lei nº 11.178/2005 | Lei nº 11.306/2006 |
| 2007 | Lei nº 11.450/2007 (final) | Lei nº 11.439/2006 | Lei nº 11.451/2007 |

QUADRO 3 – Relação das leis orçamentárias do período 2004-2007

Fonte: a autora (2008)

*A LDO 2004 previu, no art. 2º, que as metas e prioridades seriam estabelecidas no projeto de lei do PPA 2004-2007, o qual, por sua vez, estabeleceu, no parágrafo único do art. 13, que o Poder Executivo publicaria após a aprovação do Plano, as metas e prioridades para o exercício de 2004, as quais foram relacionadas no Decreto nº 5.248, de 20 de outubro de 2004.

Tendo em vista as numerosas alterações promovidas no PPA, em decorrência das leis de revisões anuais, optou-se por adotar as metas fixadas no PPA inicial (Lei nº 10.933/2004, BRASIL, 2004b) como parâmetro para análise. Isso se justifica na medida em que as revisões realizadas passaram a apresentar as metas constantes das Leis Orçamentárias antecedentes, não refletindo o processo prévio de planejamento, mas apenas repetindo metas definidas anteriormente. É o que a Nota Técnica nº 67 - SPI/MP, de 08 de setembro de 2005, a qual apresentou explicações sobre o projeto de Lei de Revisão do PPA 2005, destacou:

No detalhamento plurianual, as metas físico/financeiras são constituídas pelos valores estabelecidos na Lei Orçamentária Anual de 2004 e seus respectivos créditos adicionais; na Lei Orçamentária de 2005; no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2006 e na estimativa de execução física e financeira das ações em 2007 (BRASIL, 2008f).

Diante dessas considerações, foram excluídas da análise:

- a) as ações previstas apenas no PPA final (Lei nº 11.450/2007, BRASIL, 2007a), as quais correspondem às ações incluídas aos programas analisados por meio das revisões do PPA;
- b) as ações que, embora previstas financeiramente no PPA inicial, não possuíam metas físicas vinculadas;
- c) as ações que, apesar de possuírem metas físicas no PPA inicial, sofreram alteração significativa de produto e/ou unidade.

Ressalta-se que, em relação às ações que tiveram seus produtos e/ou unidades alterados, optou-se por adotar critério flexível para a escolha das ações a serem excluídas, a fim de não restringir ainda mais a análise. Assim, de um total de 126 ações alteradas, que corresponde a 8,80% do total, 46 foram mantidas. Para auxiliar o processo decisório de exclusão ou manutenção, buscou-se, nas avaliações anuais do PPA e nas justificativas apresentadas com as revisões anuais do plano, explicações para as mudanças, contudo, em geral, estas não contribuíram, pois não esclareciam precisamente o propósito das modificações. Como exemplo, cite-se o Programa “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico” (0461), que teve alteração nos produtos de 12 ações, com a justificativa de que “o produto especificado não define exatamente o caráter ou objetivo da própria ação” (Avaliação do PPA, ano base 2004), e recomendação posterior para “revisar os produtos de várias ações do programa, que não expressam a realidade de suas execuções” (Avaliação do PPA, ano base 2005).

Dessa forma, retirou-se da análise as ações cujas mudanças foram consideradas relevantes, as quais interfeririam nos resultados, tais como a alteração de “aluno beneficiado” para “escola atendida”, de “pessoa beneficiada” para “área indenizada (ha)” ou, ainda, de “projeto executado (% de execução física)” para “projeto executado (unidade)”. Já as alterações que, aparentemente, não representaram mudança no sentido dos produtos, mas apenas modificação de nomenclatura; nem possibilidade de distorção dos resultados, levando-se em consideração a observação das metas previstas nos quatro exercícios, foram relevadas, sendo as ações mantidas na análise (Apêndice C).

Assim, construiu-se a planilha base da pesquisa³, composta das ações e respectivas metas físicas diretamente vinculadas às metas prioritárias do Governo. Além disso, foram incluídos os valores dos recursos financeiros, previstos nos orçamentos e no plano plurianual inicial, bem como os custos unitários de cada meta:

$$\text{custo unitário} = \frac{\text{recurso financeiro}}{\text{meta física}} \quad (1)$$

Para a análise, as metas, os recursos (dotações orçamentárias) e os custos fixados em cada LOA e LDO foram somadas, correspondendo aos valores encontrados, respectivamente, em “LOA Total” e “LDO Total”. Os dados do PPA inicial já estavam consolidados para o período 2004-2007 e os do PPA final corresponderam à soma dos valores das metas descritas para cada exercício.

³ Disponibilizada para consulta por meio do endereço eletrônico: claudiaop@tcu.gov.br.

A planilha ainda contém o registro dos produtos e unidades (com as alterações promovidas), bem como a identificação do tipo de ação: atividade, projeto (com os prazos de início e término previstos) ou operação especial.

A análise se desenvolveu por meio da comparação da variação percentual das metas físicas entre PPA final/PPA inicial, LOA total/PPA inicial e LOA total/LDO total. O exame da relação entre LOA total e PPA inicial foi ampliado, incluindo, ainda, a comparação entre os recursos financeiros alocados (dotação orçamentária) e os custos unitários.

$$\Delta\% \text{ meta física} = [(meta \text{ física}_{\text{final}} / meta \text{ física}_{\text{inicial}}) - 1] * 100 \quad (2)$$

$$\Delta\% \text{ recurso financeiro} = [(recurso \text{ financeiro}_{\text{final}} / recurso \text{ financeiro}_{\text{inicial}}) - 1] * 100 \quad (3)$$

$$\Delta\% \text{ custo unitário} = [(custo \text{ unitário}_{\text{final}} / custo \text{ unitário}_{\text{inicial}}) - 1] * 100 \quad (4)$$

Entende-se como resultado final, em cada relacionamento proposto, a meta física/recurso financeiro/custo unitário constante da lei mais nova. Por outro lado, entende-se como inicial, em cada relacionamento proposto, a meta física/recurso financeiro/custo unitário constante da lei mais antiga.

O resultado dessas variações igual a zero indica que as previsões iniciais foram mantidas nas leis posteriores. Uma variação negativa revela redução do planejamento inicial, limitada a -100%, significando que nada do que havia sido previsto foi incluído nos instrumentos ulteriores. Já a variação positiva, que não possui limite, demonstra acréscimo nos valores definidos inicialmente.

As variações percentuais de cada relação foram consolidadas e classificadas conforme os seguintes intervalos:

| INTERVALOS | |
|------------|-------------------------------------|
| 1 | Ações não previstas no PPAf (-100%) |
| 2 | Ações não previstas na LOA (-100%) |
| 3 | -100 ——— -75 |
| 4 | -75 ——— -50 |
| 5 | -50 ——— -25 |
| 6 | -25 ——— 0 |
| 7 | 0 ——— 25 |
| 8 | 25 ——— 50 |
| 9 | 50 ——— 75 |
| 10 | 75 ——— 100 |
| 11 | >100 |

QUADRO 4 – Intervalos de classificação das ações
Fonte: a autora (2008)

Em “ações não previstas” foram incluídas as ações que não constavam dos programas aos quais estavam vinculadas no PPA inicial. Eventualmente, podem ter sido inseridas em outros programas, mas, neste caso, não foram apreciadas na análise.

Tendo em vista os diversos fatores que influenciam decisões tomadas, alterando os intuitos propostos, um critério que estabelecesse a eficácia do planejamento apenas quando as metas permanecessem exatamente as mesmas das iniciais não seria razoável. Assim, adotou-se como satisfatórias as variações concentradas nos intervalos próximos de zero, entre -25% e 25%.

Quanto à relação entre LDO e PPA inicial, o critério de análise levou em conta o número de ações constantes, simultaneamente, destes dois instrumentos e a respectiva frequência. Considerando a característica da lei de diretrizes orçamentárias de servir de ligação entre o plano plurianual e a lei orçamentária, selecionando, dentre as ações presentes no planejamento de médio prazo, as metas e prioridades para o exercício seguinte, entendeu-se que a comparação das metas dessas leis seria inadequada. A LDO não tem obrigatoriedade de mencionar o total previsto no PPA para determinada ação, mas apenas as metas físicas consideradas prioritárias para o próximo ano. Desse modo, a análise foi simplificada ao percentual de inclusão das ações constantes do PPA inicial nas LDOs.

Propõe-se, assim, que o planejamento relativo ao conjunto de programas e ações relacionados a cada meta prioritária sejam considerados eficazes quando as variações de suas metas estejam mais próximas do previsto inicialmente.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Inicialmente cabe destacar o volume de modificações procedidas no PPA inicial (Lei nº 10.933/2004). As justificativas da proposta de Revisão do Plano apresentadas em 2004 expunham a necessidade de exclusão de 17 programas, a inclusão de 18 e a alteração em 347. A soma dos programas excluídos (17) com os alterados (347) revela que 97,33% dos programas inicialmente previstos sofreram algum tipo de intervenção ainda no primeiro exercício de vigência do PPA.

Dos 52 programas incluídos na pesquisa, apenas 3 (5,77%) não foram alterados: “Desenvolvimento da Bovideocultura” (0359), “Desenvolvimento da Suideocultura” (0367) e “Desenvolvimento da Avicultura” (0371).

Dessa forma, do total de 1.430 ações selecionadas para análise, somente foi possível aprofundar o exame em 726, o correspondente a 50,77% do total inicialmente pretendido, haja vista que, não seria possível o cotejamento das metas das demais 704 ações, conforme comentado no capítulo 6, tendo em vista se encaixarem em uma das seguintes situações apontadas na Tabela 1.

TABELA 1 – Situações para exclusão de ações da análise e suas respectivas quantidades

| AÇÕES EXCLUÍDAS | QUANTIDADE | % (do nº total de ações) |
|---|-------------------|---------------------------------|
| Ações previstas apenas no PPA final | 606 | 42,38 |
| Ações previstas no PPA inicial (financeiro), mas sem metas físicas | 56 | 3,92 |
| Ações que possuíam metas no PPA inicial, mas sofreram alteração de produto e/ou unidade | 42 | 2,94 |
| TOTAL | 704 | 49,23% |

Fonte: dados da pesquisa

Essa observação já denota a fragilidade do processo de elaboração do plano plurianual, o qual representa o instrumento de planejamento de médio prazo do governo.

7.1 Análise dos Dados – Global

O excesso de alterações promovidas nos instrumentos orçamentários é evidenciado quando da comparação entre as metas fixadas no PPA inicial e no PPA final. Para o universo dos programas estudados, verificou-se que as variações não são uniformes, 40% das ações não foram sequer mantidas nos respectivos programas no PPA final, por outro lado, apenas 15%

das ações tiveram variações entre os intervalos -25% e 25% e, em 12% das ações, a variação das metas superou mais de 100% do planejado inicialmente. O resumo das variações ocorridas entre as metas previstas na última revisão do PPA e as fixadas inicialmente pode ser observado no gráfico 1.

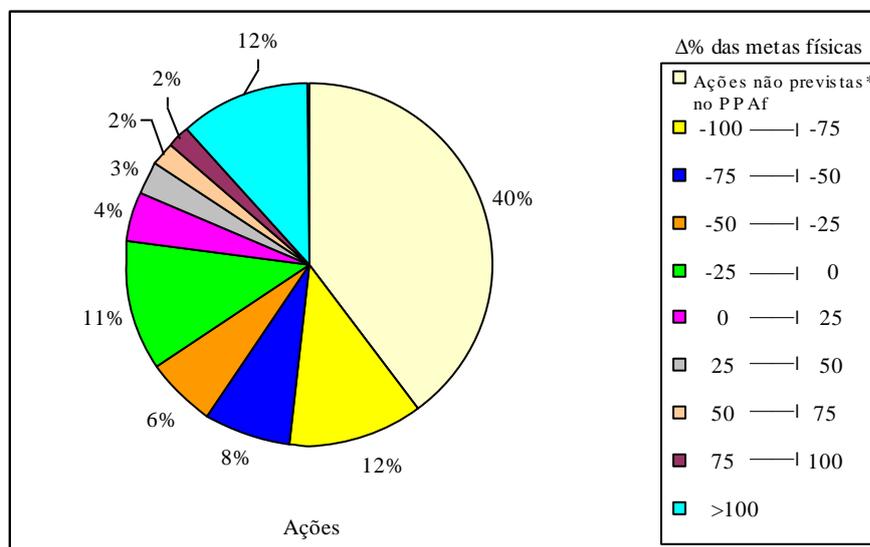


GRÁFICO 1 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Observando-se a soma das metas previstas nas LOAs do período 2004-2007 em relação às previstas no PPA inicial, percebe-se pouca alteração em relação a análise anterior. Isso porque, conforme mencionado no capítulo 6, as revisões do PPA atualizaram as metas segundo as previsões dos orçamentos de cada exercício e dos créditos adicionais, fazendo com que as metas das LOAs ficassem diferentes das fixadas no PPA final em apenas 20% das ações.

No entanto, as maiores divergências, conforme apresentado no Gráfico 2, permanecem no grupo de ações previstas no PPA inicial, mas que não tiveram metas relacionadas nas LOAs durante toda a vigência do PPA 2004-2007: 33% do total analisado. Destaque para o acréscimo no grupo de ações, que ficou com 17%, com baixo grau de aderência das metas, apresentando variação entre -100% e -75%. As ações cujas variações percentuais oscilaram entre -25% e 25% representaram 17%.

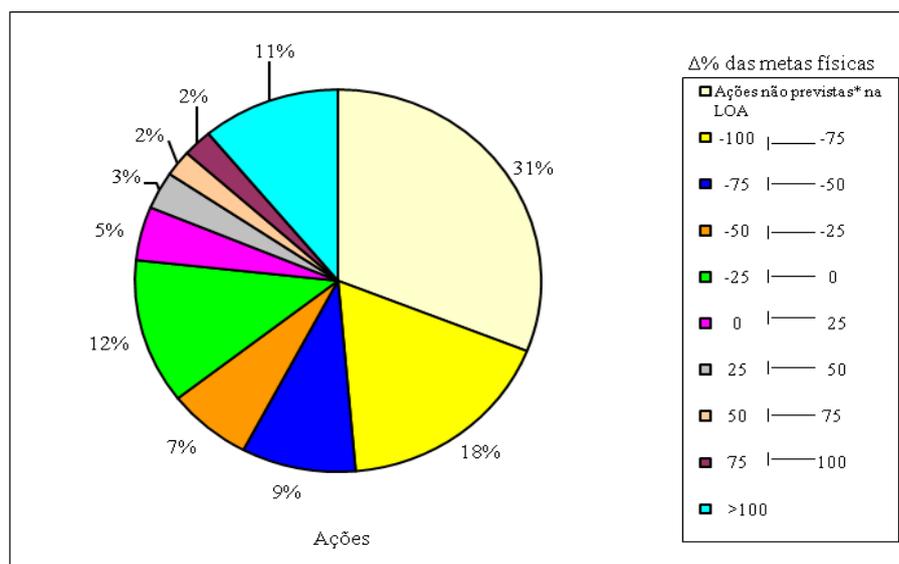


GRÁFICO 2 - Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A comparação entre LDO e PPA foi realizada levando-se em conta o número de ações constantes simultaneamente nestes dois instrumentos. Tem-se, assim, que 337 ações, o correspondente a 46,29% das previstas no PPA inicial, foram também incluídas nas LDOs do período. Contudo, a maior parte dessas ações, 68,93%, constaram da LDO em apenas um exercício, e somente 6 ações, 1,75%, foram consideradas prioritárias em todos os exercícios, podendo-se inferir um alto grau de descontinuidade na escolha das prioridades. A frequência com que as ações tiveram metas previstas nas LDOs está demonstrada na Tabela 2.

TABELA 2 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências

| Ações incluídas nas LDOs | Quantidade | % |
|--------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 232 | 68,84 |
| em 2 exercícios | 82 | 24,33 |
| em 3 exercícios | 17 | 5,05 |
| em todos os exercícios | 6 | 1,78 |
| Total | 337 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

O último relacionamento proposto visou observar a variação ocorrida entre a soma das metas fixadas nas LOAs e das estabelecidas nas LDOs. Destaca-se a ocorrência de 18% das ações, que, apesar de constarem como prioritárias nas LDOs, não foram sequer incluídas nas LOAs, contrariando os preceitos constitucionais. O maior grupo, com 42 %, foi o das ações cujas metas das LDOs foram superiores em mais de 100% em relação às metas fixadas nas LOAs. A soma das ações com variação nos intervalos entre -25% e 25% representou 20%,

com a maior parte dessas, 16%, ficando um pouco aquém da meta fixada, conforme pode-se verificar no gráfico 3.

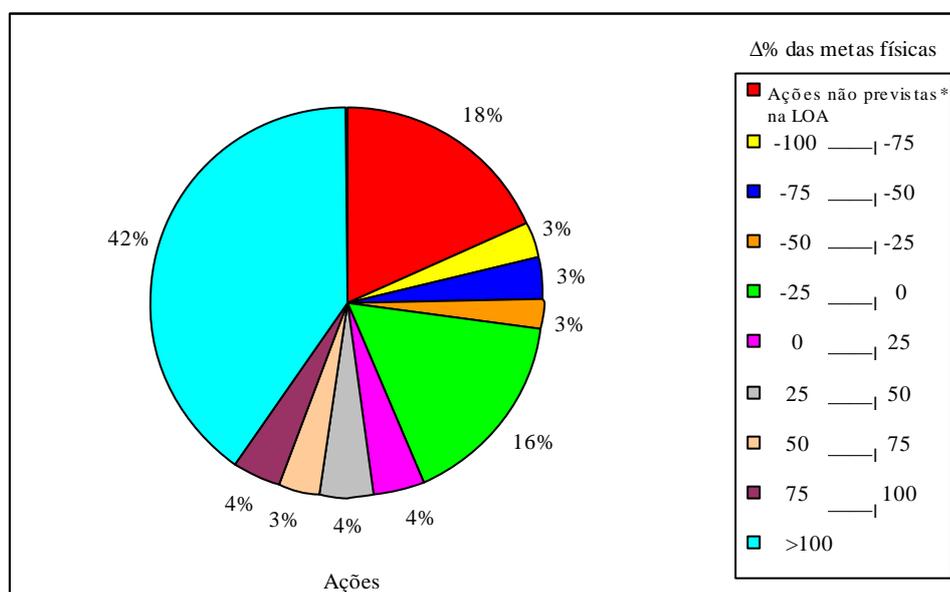


GRÁFICO 3 - Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre LOAt e LDOt, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

7.2 Análise dos Dados – Setorial

O agrupamento das ações de acordo com os setores estabelecidos para as metas prioritárias na Mensagem Presidencial do PPA 2004-2007 (BRASIL, 2003b) possibilitou um exame mais acurado do comportamento das metas. Procedeu-se, assim, à análise de forma minuciosa, com vistas a identificar as relações mais coerentes, bem como as situações discrepantes, para as quais se tentou buscar esclarecimentos nos relatórios de avaliação e nas justificativas das revisões do PPA.

7.2.1 Educação

O grupo de ações relacionadas à Educação vincula-se a 4 programas orçamentários: “Brasil Alfabetizado” (1060), “Brasil Escolarizado” (1061), “Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação” (1072) e “Escola Básica Ideal” (1066), sendo

composto de 71 ações. Foram diversas as alterações promovidas nesses programas logo no primeiro exercício de vigência do PPA.

O Programa "Brasil Alfabetizado", que teve o nome alterado para "Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos", incorporou as ações de educação de jovens e adultos que estavam no programa "Brasil Escolarizado". Além disso, as ações de merenda, transporte escolar e fornecimento de óculos foram fundidas em uma única ação de assistência aos alunos; as ações de distribuição de obras literárias e de bibliotecas itinerantes também foram aglutinadas; e a ação de alfabetização de trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária migrou para o programa "Educação do Campo", sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em relação ao "Brasil Escolarizado", considerando a criação de um programa para cada nível de ensino da Educação Básica, as ações correspondentes migraram para outros programas: "Desenvolvimento da Educação Infantil", "Desenvolvimento do Ensino Fundamental", "Desenvolvimento do Ensino Médio" e "Desenvolvimento da Educação Especial". Ao mesmo tempo, recebeu ações de três programas excluídos: "Escola Moderna", "Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino" e "Escola Básica Ideal". Ademais, foram criadas seis ações e houve a exclusão das que tiveram baixa execução em 2004.

O programa "Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação" foi redimensionado, englobando apenas ações relativas à Educação Básica. Dessa forma, as ações de capacitação de professores referentes a outros níveis de ensino passaram para os programas específicos e este recebeu ações provenientes dos programas: "Brasil Escolarizado", "Gestão da Política da Educação" e "Escola Moderna".

Já o "Escola Básica Ideal" foi excluído pela Lei de Revisão do PPA – Lei 11.044 (BRASIL, 2004d), de 24 de dezembro de 2004.

O excesso de alterações descrito foi observado durante a avaliação do comportamento das metas previstas no PPA final em relação ao PPA inicial. Praticamente metade das ações, 49,30%, não possuía meta ou foi excluída no PPA final do programa ao qual estava vinculada. O segundo maior grupo, 26,76%, foi o das ações que tiveram as metas do PPA final muito reduzidas em relação ao PPA inicial, com a variação relativa entre -100% e -75%. Somente uma ação, 1,14%, manteve a mesma meta durante toda a vigência do plano e 4,23% delas ficaram com a variação próxima da meta inicial, entre -25% e zero.

A descontinuidade das ações, tendo em vista as diversas permutas ocorridas entre os programas, reduziu o campo de análise das metas fixadas nas LOAs em relação às previstas no PPA inicial. Somente 12 ações, 16,90%, constaram da programação das LOAs em todos os

exercícios. Isso explica também o percentual mais alto encontrado, de aproximadamente 55%, que ficou com as ações cujas metas fixadas nas LOAs situaram entre -100% e -75% em relação à meta do PPA inicial, haja vista que a maior parte das ações não foi prevista em todos os exercícios. Nesta relação, aumentou suavemente o conjunto de ações em que as metas mantiveram-se próximas das iniciais, entre -25% e zero, passando a 8,45%. Além dessas, mais uma ação, 1,41% também se manteve estável, só que com a variação positiva, entre zero e 25%. Registre-se, ainda, a ocorrência de 8,45% de ações previstas no PPA inicial, mas que sequer foram incluídas em alguma LOA do período.

Na comparação entre as metas previstas nas LDOs e as fixadas nas LOAs, destaca-se um bom percentual de manutenção das metas, 50%. Ocorre que, ao contrário do que este dado deveria demonstrar: a preocupação em cumprir nas LOAs as metas priorizadas nas LDOs, não representou, de fato, essa eficácia. Isso porque todas as ações que apresentaram as metas iguais nos dois instrumentos foram previstas apenas no primeiro exercício, 2004, ocasião em que as prioridades da LDO foram estabelecidas pelo Decreto nº 5.248/2004, publicado após a aprovação da respectiva LOA (Lei nº 10.837/2004, BRASIL, 2004a), exatamente com os mesmos valores e invertendo-se a ordem lógica do processo. Observou-se, ainda, a existência de uma ação, 1,41%, com meta prevista na LDO 2005, mas não incluída em nenhuma LOA do período. Outras 12 ações incluídas na LDO 2005, não tiveram tal previsão nos orçamentos, devido às alterações promovidas, evidenciando o descompasso entre o PPA e a LDO.

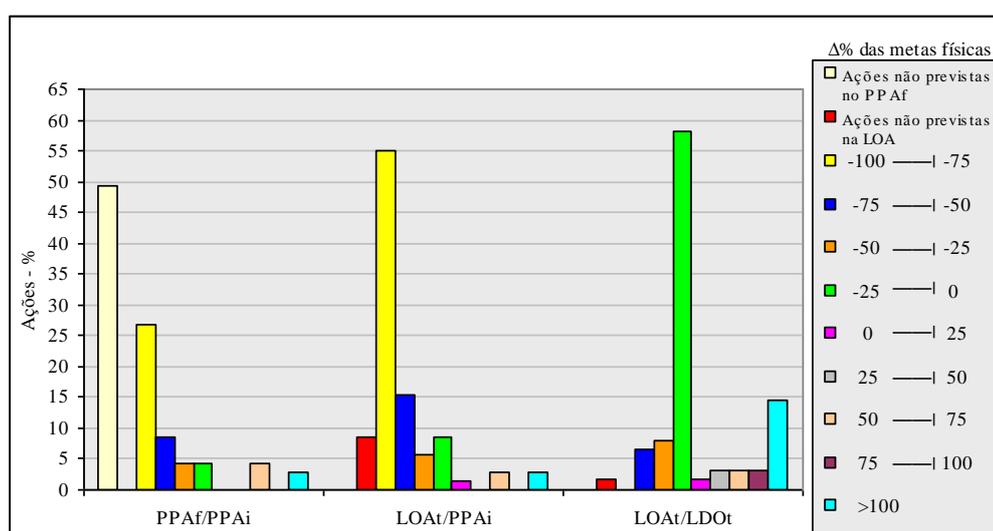


GRÁFICO 4 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Educação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Aprofundando-se, ainda mais, a análise do comportamento das ações previstas na LOA em relação ao PPA inicial, observou-se, além das metas físicas, os recursos financeiros disponibilizados e os custos unitários de cada meta. O grupo de programas da Educação apresentou coerência em relação aos custos das metas, com a maior concentração de ações no intervalo aceitável de variação, entre -25% e 25%. O gráfico 5 confirma a redução das metas físicas previstas nas LOAs, quando comparadas ao PPA inicial, e, demonstra, ainda, que essas reduções foram acompanhadas da restrição de recursos, ocasionadas pela descontinuidade de previsão orçamentária para as ações nos programas vinculados inicialmente.

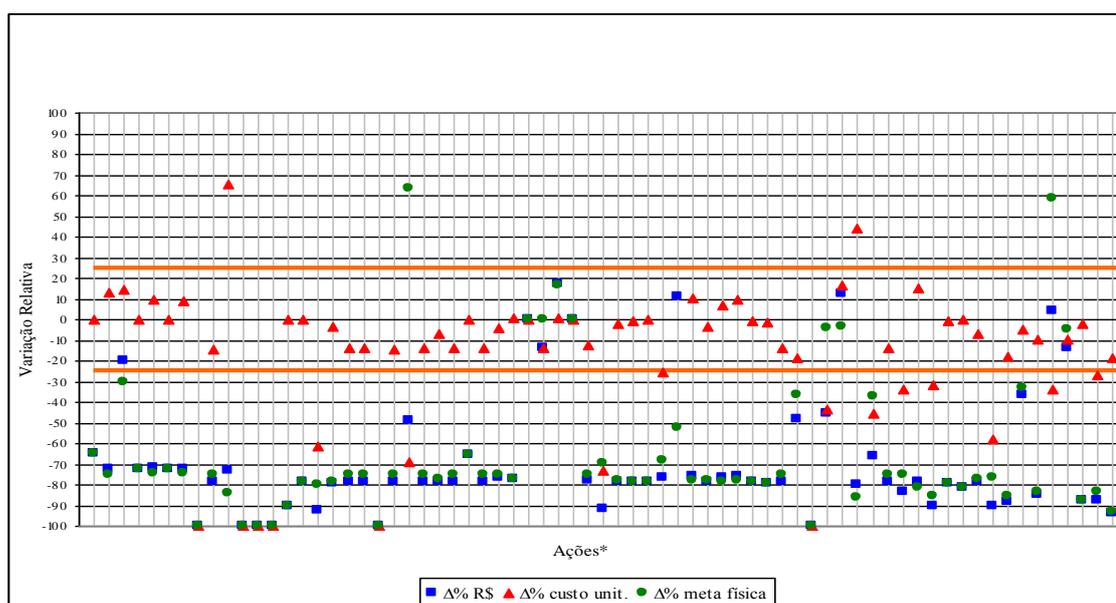


GRÁFICO 5 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Educação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* as ações do grupo “Educação” estão descritas no Apêndice B.

Há, contudo, ações (descritas no quadro 5) cujas variações das metas físicas superaram em muito as previsões iniciais, mas não foram acompanhadas na mesma proporção do acréscimo de recursos, o que ocasionou uma variação do custo unitário incompatível, evidenciando o descolamento entre a fixação de metas físicas e financeiras.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|---------|-------------------|
| 0920 | 4931,43 | 30,48 | -97,41 |
| 6291 | 456,65 | 2869,68 | 433,49 |

QUADRO 5 – Relação das ações do setor “Educação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Com vistas a se obter uma visão geral da aderência das metas físicas previstas nas LOAs em relação ao PPA inicial e às LDOs, comparou-se a variação relativa de cada uma das ações. Os resultados demonstraram que as metas das LOAs ficaram mais próximas das previstas nas LDOs, do que das fixadas no PPA inicial. Em relação a estas, o comportamento das metas orçamentárias ficou, em geral, aquém do planejado.

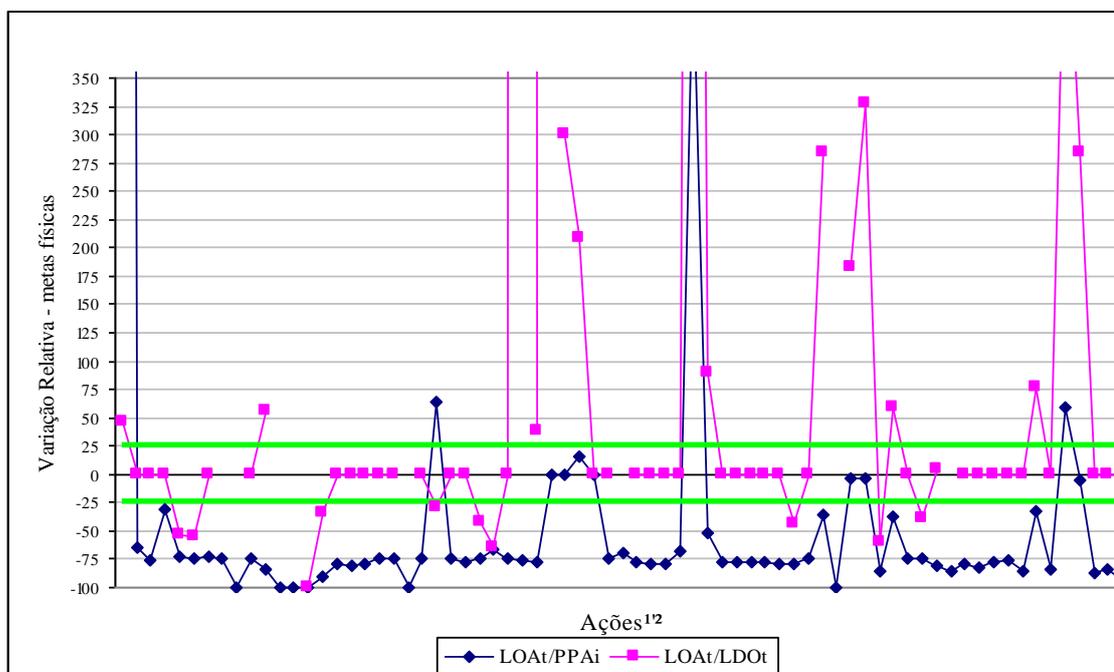


GRÁFICO 6 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Educação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as ações com variações entre as metas físicas menores que 350%.

² As ações do grupo “Educação” estão descritas no Apêndice B.

Quanto à previsão das ações no PPA inicial e nas LDOs simultaneamente, este setor teve um alto resultado, com 87,32% das ações, o que, no entanto, não significa que tenha havido grande interesse em se priorizar essas ações. Isso porque a maior parte, 74,19%, foi prevista em apenas uma LDO do período 2004-2007 e somente uma ação, 1,61%, foi priorizada em todos os exercícios.

TABELA 3 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Educação”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|---------------|
| em 1 exercício | 46 | 74,19 |
| em 2 exercícios | 15 | 24,19 |
| em todos os exercícios | 1 | 1,61 |
| Total | 62 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.2 Saúde

A análise das metas do tema Saúde envolveu a observação de 4 programas, com 14 ações: “Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde” (1220), “Atenção Básica em Saúde” (1214), “Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos” (1293) e “Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos” (1312), especificamente a ação “Atenção à Saúde da Criança” (6176). Este foi o grupo que eliminou mais ações por não possuírem metas físicas iniciais. A análise poderia conter, pelo menos, o dobro de ações, todavia, 27%, constantes da seleção inicial (Apêndice B), apesar de possuírem metas financeiras no PPA inicial, não continham metas físicas vinculadas. Ademais, outros 36% de ações foram criadas por meio das revisões do PPA, não possuindo metas previstas no planejamento inicial.

Na relação entre as metas físicas previstas no PPA final e no PPA inicial, observa-se que o maior número de ações, 33,33%, ficou com as que não foram previstas nos respectivos programas no PPA final. Logo abaixo, encontram-se 26,67% de ações cujas variações das metas ficaram entre -25% e zero. No outro extremo, 20% das ações tiveram as previsões finais das metas muito abaixo das iniciais, com variação entre -100% e -75%.

As metas das LOAs, quando comparadas às previstas no PPA inicial, apresentam um resultado mais compatível. A maior concentração, 26,67%, ficou com as ações com variação entre -25% e zero, indicando proximidade entre as metas planejadas inicialmente e as previstas no orçamento. Contudo, os outros maiores conjuntos são das ações que tiveram as variações mais discrepantes: de um lado, entre -100% e -75%, as quais tiveram as previsões das LOAs muito abaixo da fixada no PPA inicial; e, no outro extremo, as variações superiores a 100%. Ademais, uma ação, representando quase 7% do total, apesar da previsão no PPA inicial, não foi incluída nas LOAs.

A comparação entre as LDOs e as LOAs indicou que as metas orçamentárias superaram muito as prioridades estabelecidas, pois quase 70% das ações tiveram as metas das LOAs maiores que as das LDOs em mais de 100%. Ainda assim, algumas ações, o equivalente a 23,08% do total, mantiveram a mesma meta nos dois instrumentos.

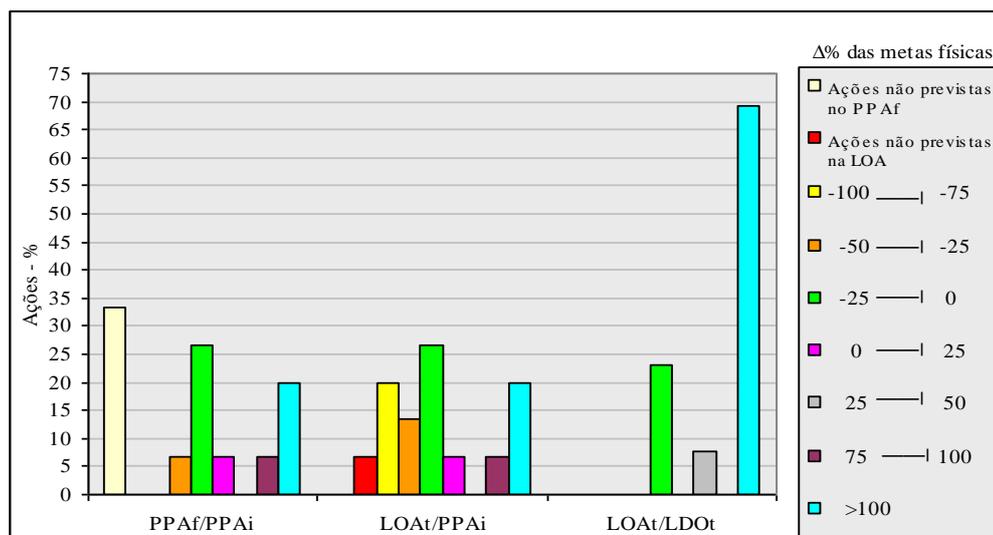


GRÁFICO 7 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saúde”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A observação do comportamento das ações previstas nas LOAs em relação às estabelecidas no PPA inicial, quanto às metas físicas, recursos financeiros e custos unitários, evidenciou pouca aderência entre esses itens. Apenas quatro ações tiveram as três variações na faixa aceitável de ocorrência, entre -25% e 25%. Destaque para a ação “Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil” (4324), cujo produto era “pessoa atendida”, com as variações próximas de zero, tendo sido prevista nos quatro exercícios.

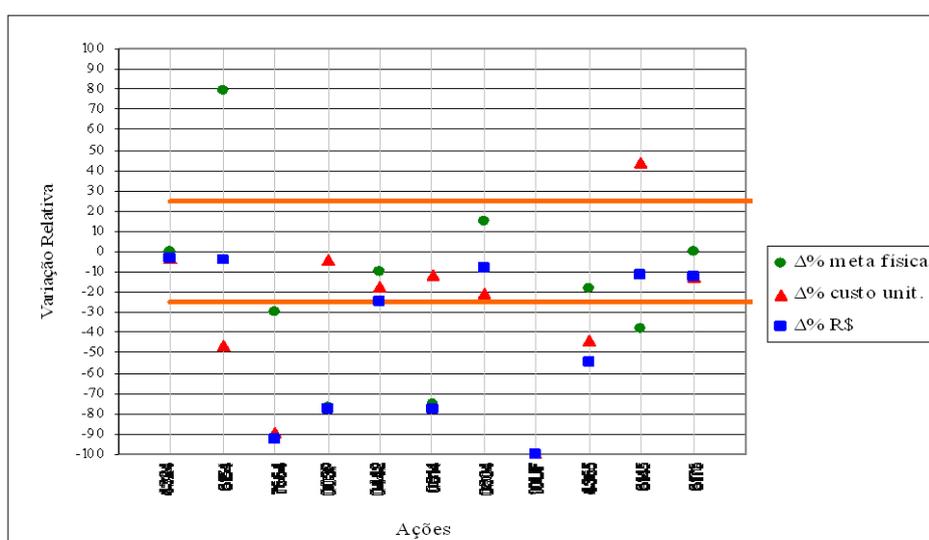


GRÁFICO 8 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Saúde”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Ressalta-se, ainda, as seguintes ações, que se destacaram das demais pelos resultados das variações superiores a 100% da previsão inicial. No caso, por exemplo, da ação “Apoio à Gestão Descentralizada da Atenção Básica nos Municípios” (0810), produto “município habilitado”, enquanto as metas físicas aumentaram mais de 4.000%, os recursos financeiros permaneceram praticamente os mesmos, com uma pequena variação de -6,54%, o que gerou a redução do custo unitário em -98%.

| Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário |
|------|------------------------|----------------|---------------------------|
| 003K | -75,00 | 0,00 | 300,00 |
| 6155 | 150,00 | -1,40 | -60,56 |
| 0810 | 4696,86 | -6,54 | -98,05 |
| 7660 | 803,33 | 623,77 | -19,88 |

QUADRO 6 – Relação das ações do setor “Saúde” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

A comparação das metas físicas previstas nas LOAs em relação ao PPA inicial e às LDOs revela, em geral, um comportamento aquém do esperado inicialmente e superior às prioridades estabelecidas. Não houve nenhuma ocorrência em que as duas relações (LOAt/PPAi e LOAt/LDOt) tivessem variações próximas. No entanto, separadamente, algumas ações apresentaram oscilação dentro da faixa tolerável, entre -25% e 25%.

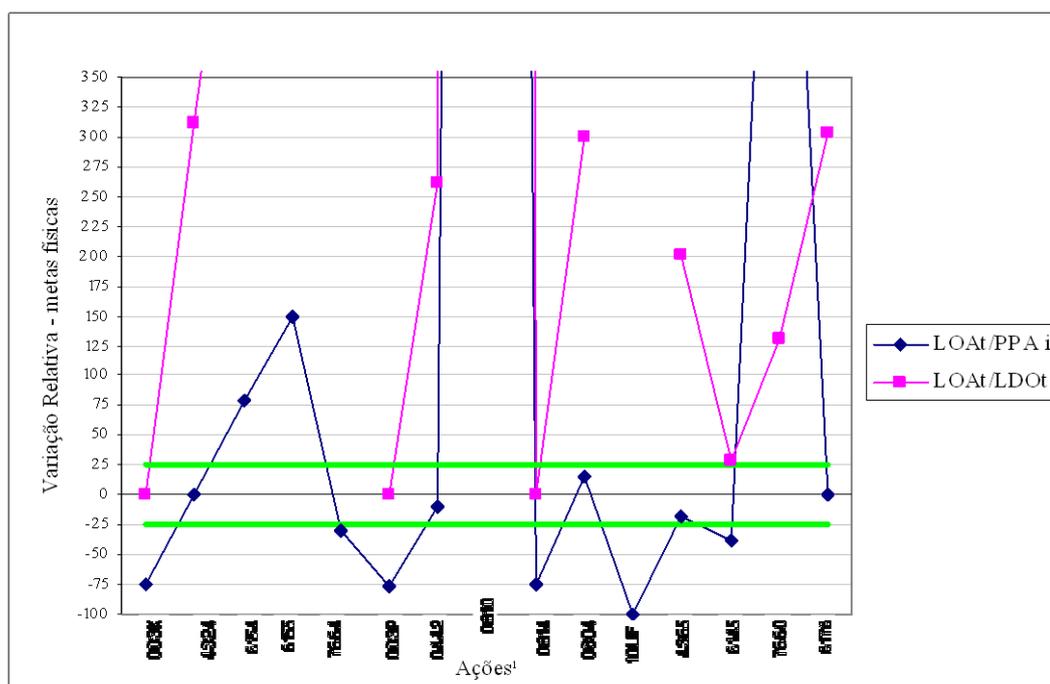


GRÁFICO 9 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saúde”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

Os programas analisados da função Saúde incluíram nas LDOs o correspondente a 86,67% das ações previstas no PPA inicial. Ocorre que, conforme aconteceu com os outros setores, a parcela maior, 84,62%, foi incluída em apenas um exercício. E, neste caso, nenhuma ação observada foi mantida como prioritária durante todo o período.

TABELA 4 – Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Saúde”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 11 | 84,62 |
| em 2 exercícios | 2 | 15,38 |
| Total | 13 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.3 Saneamento

As metas prioritárias relativas à área de Saneamento estavam amparadas em 15 ações, distribuídas em 2 programas: “Saneamento Ambiental Urbano” (0122), que teve o nome alterado para “Serviços Urbanos de Água e Esgoto”, e “Resíduos Sólidos Urbanos” (8007).

A comparação entre as metas físicas constantes dos PPAs final e inicial mostrou que nenhuma ação manteve a mesma meta durante a vigência do Plano e 20% sequer constavam do PPA final. É este também o percentual de ações que se encontram nos intervalos considerados satisfatórios, entre -25% e 25%. Em 26,67% das ações, as metas estabelecidas após as revisões do PPA ficaram acima das fixadas inicialmente em mais de 100%.

Quando o cotejamento é realizado entre as metas fixadas nas LOAs e as estabelecidas no PPA inicial, a maior ocorrência, 26,67%, permanece com as ações que tiveram as metas do orçamento anual com variação superior a 100%. Segundo o Relatório de Avaliação do PPA (ano-base 2005), a dificuldade do planejamento decorre do volume de emendas parlamentares introduzidas, principalmente, no programa “Serviços Urbanos de Água e Esgoto” (0122), as quais dispersam os recursos, na maioria das vezes, para localidades não compreendidas entre as prioridades estabelecidas. Uma ação, o correspondente a 6,67%, embora prevista no PPA inicial, não foi ao menos incluída nas LOAs.

As metas previstas nas LOAs, quando comparadas às fixadas nas LDOs, tiveram comportamento aceitável, tendo em vista estarem acima destas na maior parte das ações. Ainda assim, destaca-se a ocorrência de metas consideradas prioritárias muito distantes das

programadas nos orçamentos. É o que ocorreu com as ações “Saneamento Básico para Controle de Agravos” (5528), produto “família beneficiada”, e “Apoio à Elaboração de Projetos para Implantação e Ampliação dos Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos” (0638), produto “projeto elaborado”, as quais tiveram as previsões das LOAs superiores às das LDOs em, respectivamente, 2.144% e 8.200%. Destaca-se, ainda, o comportamento da ação “Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes e Municípios com Risco de Dengue” (3984), produto “família beneficiada”, cujas metas orçamentárias foram inferiores às priorizadas, em 65,18%, sendo as previsões nas LDOs 2005 e 2006 não correspondidas nas LOAs desses exercícios.

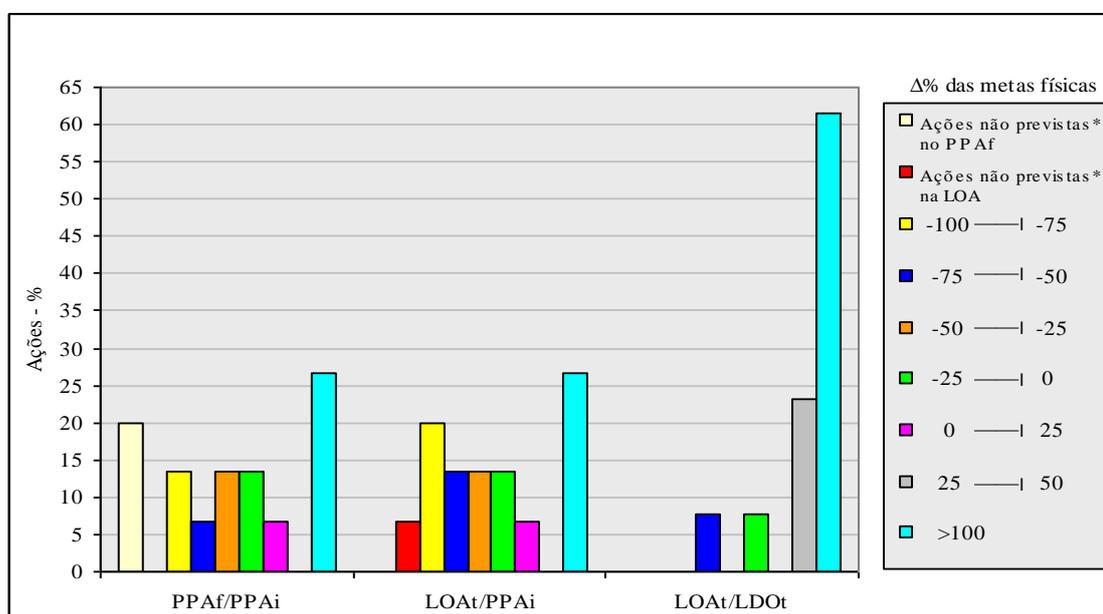


GRÁFICO 10 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saneamento”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Considerando-se a relação entre as LOAs e o PPA inicial, apenas duas ações mantiveram as variações das metas físicas, dos recursos financeiros e dos custos unitários dentro da faixa consentida. A maior parte das ações ficou com as metas do orçamento abaixo das planejadas inicialmente.

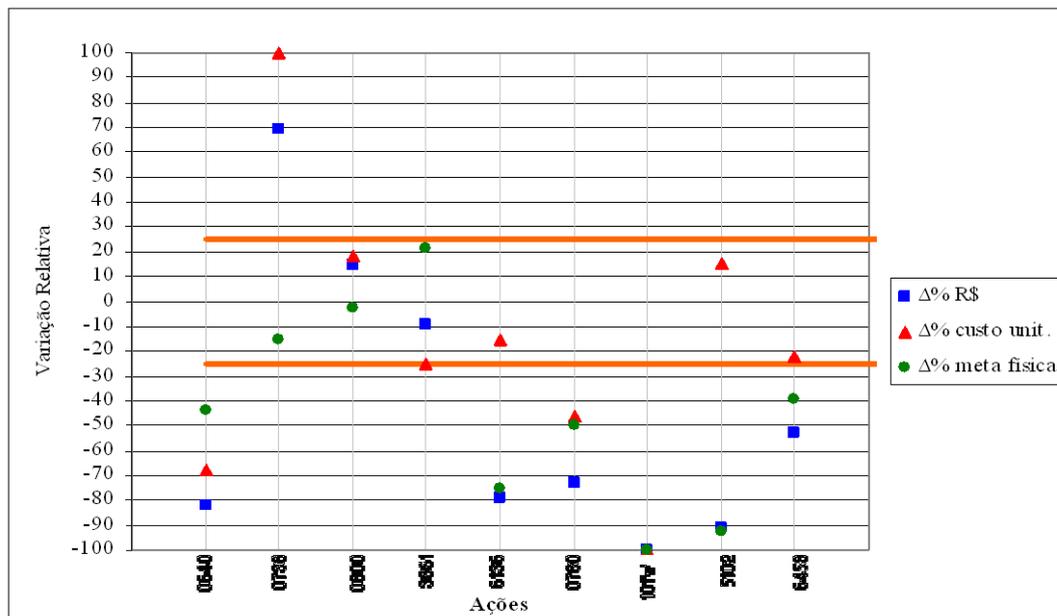


GRÁFICO 11 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Saneamento”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Ainda na relação entre LOAs e PPA inicial, as ações relacionadas no Quadro 7 apresentaram variações das metas físicas, recursos financeiros ou custos unitários maiores que 100%. A maior oscilação, 1.679%, ocorreu na meta física da ação “Saneamento Básico para Controle de Agravos” (5528), produto “família beneficiada”, não acompanhada na mesma proporção pelo acréscimo dos recursos financeiros.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 002K | -54,72 | 79,93 | 297,39 |
| 5528 | 1679,77 | 195,72 | -83,38 |
| 7652 | 141,87 | 49,34 | -38,26 |
| 7654 | 168,97 | 20,06 | -55,36 |
| 0638 | 654,55 | 89,51 | -74,88 |
| 3984 | -93,20 | -76,58 | 244,40 |

QUADRO 7 – Relação das ações do setor “Saneamento” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

As inconsistências entre as metas físicas previstas nas LOAs, quando comparadas às estabelecidas no PPA inicial e nas LDOs podem ser percebidas no Gráfico 12. Contudo, as excessivas variações, já comentadas, ocorridas nas ações 5528 e 0638 em ambas as relações (LOAt/PPAi e LOAt/LDot), sequer podem ser visualizadas. No setor de saneamento, novamente, as variações relativas às prioridades foram superadas, enquanto as relacionadas ao

planejamento inicial permaneceram abaixo das expectativas. Entretanto, mais ações tiveram a variação das metas entre LOAs e PPA inicial dentro do intervalo admissível, quando comparadas às metas das LOAs e das LDOs.

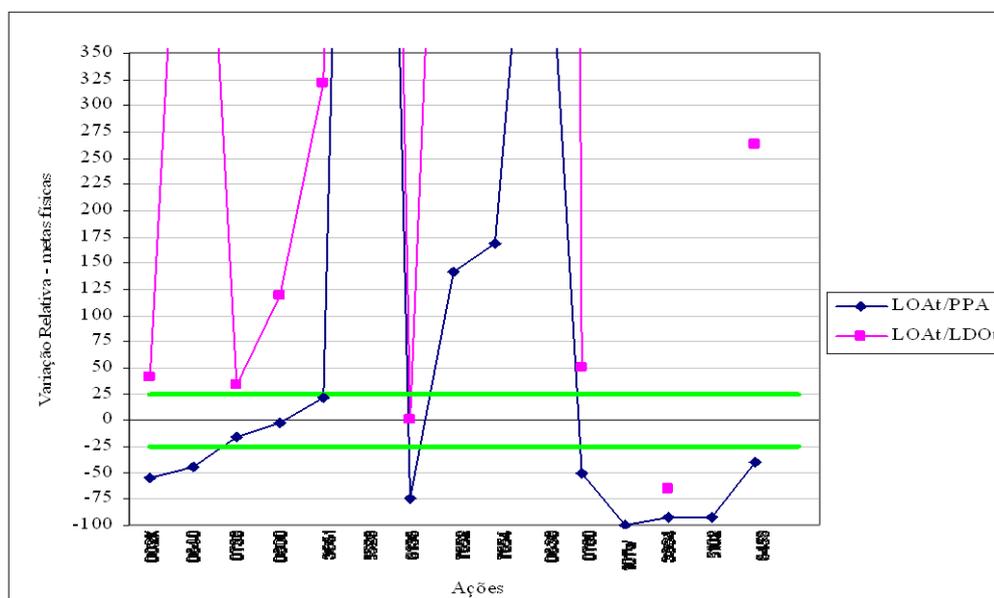


GRÁFICO 12 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Saneamento”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

Das 15 ações com metas no PPA inicial, 86,67% foram incluídas nas LDOs. A seleção das prioridades, contudo, não foi constante durante o período, com metade das ações aparecendo na lei de diretrizes em apenas um exercício.

TABELA 5 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Saneamento”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 7 | 46,15 |
| em 2 exercícios | 3 | 23,08 |
| em 3 exercícios | 4 | 30,77 |
| Total | 14 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.4 Habitação

A análise do tema Habitação foi composta de 10 ações dos programas: “Habitação de Interesse Social” (9991) e “Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária” (0138), tendo em vista que as metas objetivavam, além de financiar a produção de unidades residenciais, proceder à regularização fundiária para população de baixa renda.

A relação entre as metas previstas no PPA final e no PPA inicial demonstra um comportamento praticamente uniforme, com 10% das ações em cada intervalo. Todavia, as

extremidades apresentam, de um lado, a ocorrência de 20% de ações não previstas no respectivo programa no PPA final, e de outro, 30% de ações superando em mais de 100% as metas iniciais.

As variações das metas fixadas nas LOAs, quando comparadas às previstas no PPA inicial, tiveram pouca alteração em relação à análise anterior, prevalecendo, ainda, os intervalos extremos, os quais demonstram maior grau de descolamento entre as metas orçamentárias e as planejadas inicialmente. Assim, as ações não previstas nas LOAs, as que tiveram as metas muito baixas (-100% e -75%) e as que superaram em mais de 100% em relação ao PPA inicial representaram, cada uma, 20% do total.

Na comparação entre as metas previstas nas LOAs e nas LDOs, ressalta-se a concentração de 71% das ações com variações muito altas, acima de 75%. Destaca-se, contudo, no outro extremo, a ação “Apoio a Projetos de Habitação Popular com Materiais não Convencionais” (006B), produto “família beneficiada”, que foi incluída em três exercícios consecutivos nas leis de diretrizes, contudo, não teve a mesma atenção nas leis orçamentárias, fazendo com que a meta prevista na LOA de apenas um exercício ficasse insignificante, quando comparada à priorização estabelecida nas LDOs. Registre-se, ainda, a ação “Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias da Zona Rural” (005Y), produto “família beneficiada”, constante da LDO, mas não incluída nas LOAs. Esta ação, porém, esteve priorizada em somente um exercício, com a meta física de apenas 1 família beneficiada, transmitindo a idéia de que a sua inclusão na LDO 2006 pode não representar a legítima eleição das prioridades.

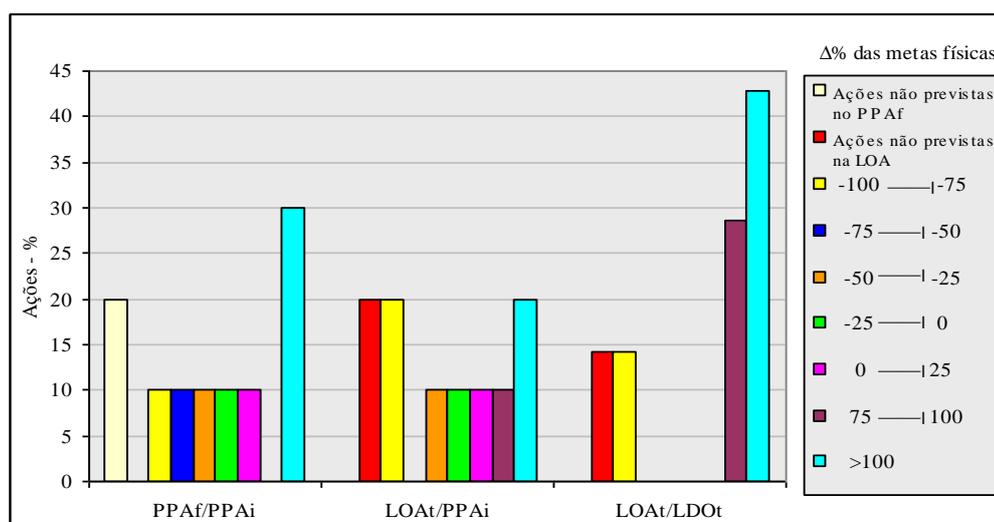


GRÁFICO 13 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Habitação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

O acompanhamento, nas LOAs, dos recursos financeiros e dos custos unitários, além das metas físicas, demonstrou o afastamento em relação ao estabelecido no PPA inicial. Apenas uma ação manteve a mesma meta e, praticamente, os mesmos recursos e custos. Em alguns casos, como no das ações “Apoio a Projetos de Habitação Popular com Materiais não Convencionais” (006B), produto “família beneficiada”, e “Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos” (1642), produto “comunidade titulada”, em que pese a redução da meta física próxima de -100% e -75%, respectivamente, os recursos financeiros também foram reduzidos nas mesmas proporções, o que revela coerência nos custos unitários, os quais se mantiveram sem variação. Por outro lado, a ação “Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural” (2105), produto “imóvel gerenciado”, que teve redução da meta física e um pequeno acréscimo de recursos financeiros, elevou o seu custo unitário em 90%.

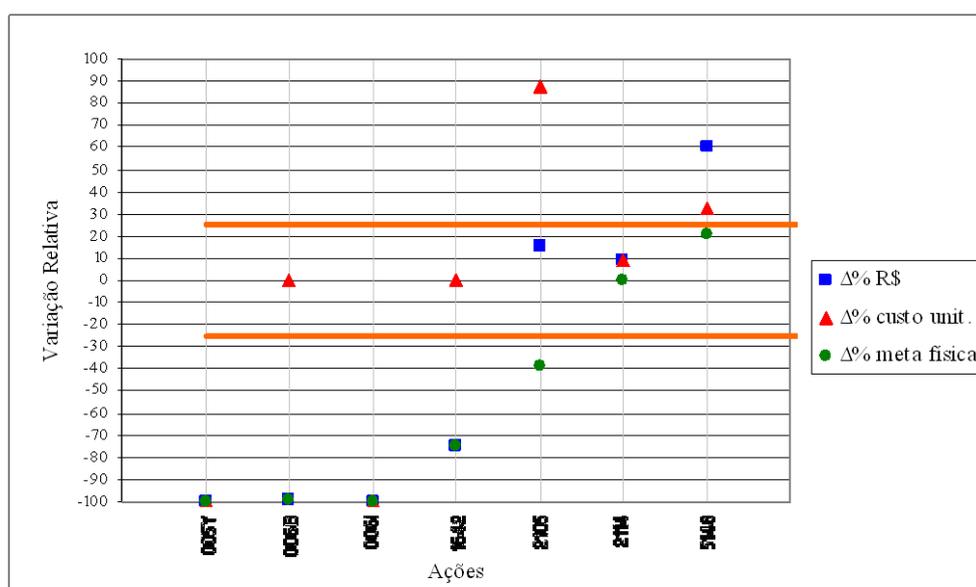


GRÁFICO 14 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Habitação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

As maiores discrepâncias encontradas nas ações do setor Habitação estão mencionadas no Quadro 8 e revelam, mais uma vez, completa inconsistência na definição das metas e dos recursos. A ação “Georreferenciamento de Imóveis Rurais” (4426), produto “imóvel georreferenciado”, por exemplo, teve a meta prevista no PPA inicial superada pelas previsões das LOAs em mais de 18.000%, enquanto os recursos financeiros, embora tenham tido um aumento considerável, de quase 400%, não cresceram na mesma proporção.

| Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário |
|------|------------------------|----------------|---------------------------|
| 0574 | 83,20 | 209,74 | 69,07 |
| 2110 | 1383,32 | 4,10 | -92,98 |
| 4426 | 18231,08 | 387,24 | -97,34 |

QUADRO 8 – Relação das ações do setor “Habitação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

O comportamento das metas físicas previstas nas ações analisadas do setor “Habitação” não se manteve constante. As variações entre as previsões das LOAs e as do PPA inicial oscilaram de -100% a 18.000%. Quando a comparação é realizada com as prioridades estabelecidas nas LDOs, apesar de mais moderadas, as variações também foram destoantes, entre -100% e 2.800%, com a ação “Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil” (0574), produto “imóvel regularizado”. Apenas duas ações mantiveram-se próximas do planejado inicialmente. Em relação às LDOs, as ações nas LOAs ficaram nos extremos: com as metas muito acima das priorizadas ou sem qualquer previsão.

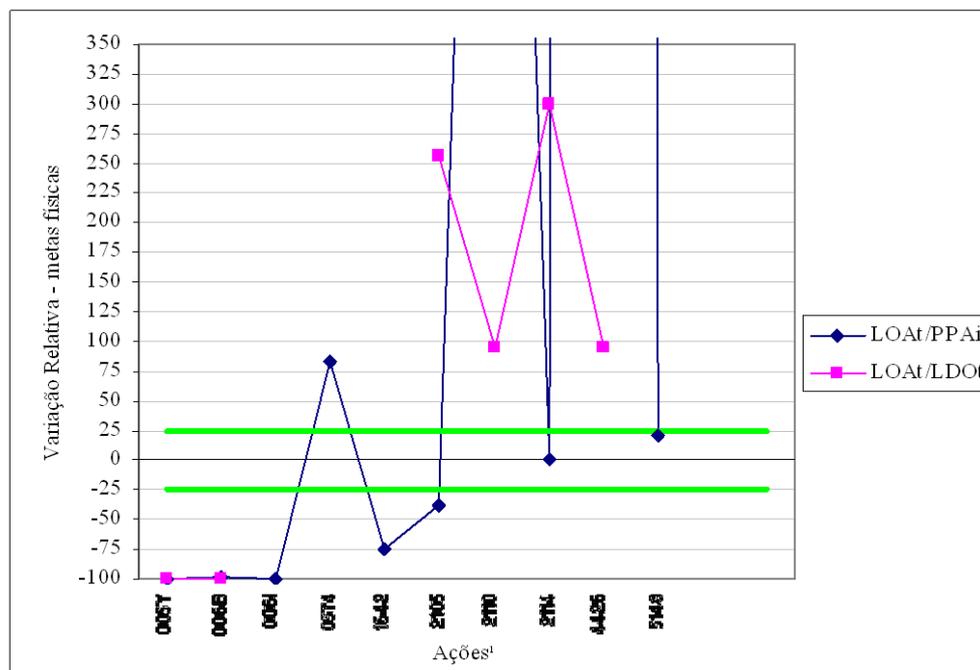


GRÁFICO 15 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Habitação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

A inclusão das ações constantes do PPA inicial nas LDOs ficou em 70%. Como nos outros temas, a maioria delas, 57,14%, foi prevista em apenas um exercício, não existindo nenhuma ação que permanecesse como prioridade em todas as Leis de Diretrizes.

TABELA 6 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Habitação”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 4 | 57,14 |
| em 2 exercícios | 2 | 28,57 |
| em 3 exercícios | 1 | 14,29 |
| Total | 7 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.5 Reforma Agrária

O setor da Reforma Agrária envolveu, na consecução direta de suas metas prioritárias, 19 ações dispostas em 4 programas: “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf” (0351), “Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais” (0135), “Crédito Fundiário” (1116) e “Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária” (0137). Registre-se, ainda, a contribuição do programa “Brasil Alfabetizado” (1060) para o alcance do item relacionado à alfabetização nas áreas de reforma agrária, o qual já foi incluído na análise do tema Educação.

Na relação entre as metas físicas previstas no PPA final e no PPA inicial, sobressaiu-se, com 26,32%, o conjunto de ações com variação maior que 100%. As ações cujas metas finais permaneceram próximas das iniciais, entre -25% e zero, representaram apenas 10% do total.

Quando comparadas as metas fixadas nas LOAs com as planejadas no PPA inicial, verifica-se que o conjunto de ações com variação das metas superiores a 100% continua prevalecendo, todavia, em percentual um pouco menor, 21,05%. Houve redução também, para 5%, das ações com metas variando entre -25% e zero. Destaca-se, ainda, a ocorrência de duas ações, 10,53%, não incluídas nos respectivos programas nas LOAs do período, mas previstas no PPA inicial.

Confrontando-se as prioridades estabelecidas nas LDOs com as metas incluídas nas LOAs, verifica-se que a maior parte das variações foi positiva, indicando a superação das metas orçamentárias em relação às priorizadas. Em 26,67% das ações, as metas previstas no orçamento ficaram perto das fixadas nas leis de diretrizes, entre zero e 25%. A principal exceção é a ação “Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar” (4266), com as

metas das LDOs superando às fixadas nas LOAs, especialmente por conta do exercício de 2007, quando foi estabelecida como meta prioritária 38.000 famílias assistidas, enquanto a LOA previu apenas 2000.

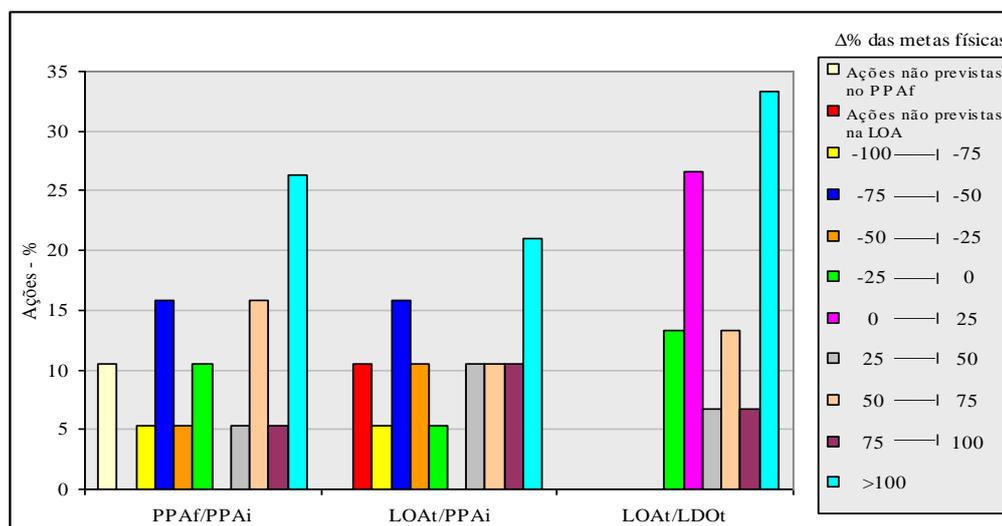


GRÁFICO 16 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Com a ampliação da análise da relação entre as LOAs e o PPA inicial, incluindo, além das metas físicas, os recursos financeiros e os custos unitários, observa-se que estes, na maioria das ações, permaneceram na margem de variação aceitável, o que ocorre quando as metas físicas e os recursos variam, mais ou menos, na mesma proporção. Nas demais ações, os custos ficaram abaixo do previsto inicialmente, demonstrando que as oscilações das metas físicas foram superiores às dos recursos financeiros. Apenas a ação “Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras” (0061), produto “família beneficiada”, manteve os três indicadores próximos da previsão inicial.

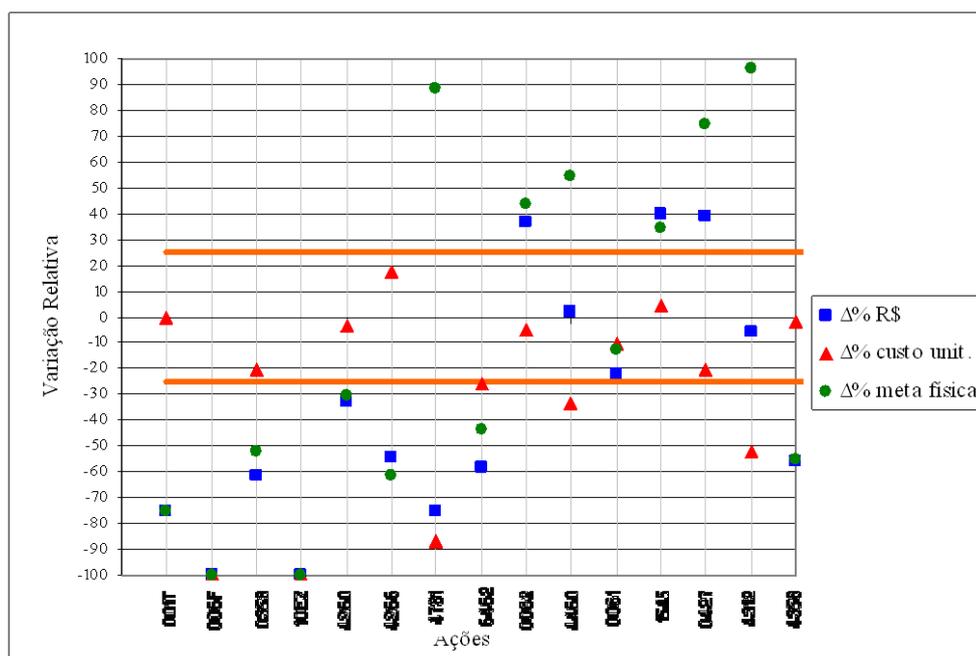


GRÁFICO 17 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Quanto às variações das metas físicas, recursos financeiros ou custos unitários superiores a 100%, Reforma Agrária foi o tema em que as inconsistências ficaram menos exageradas. A meta física da ação “Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação” (4470), produto “família assistida”, foi a que mais superou o planejamento inicial, em 308,90%, contudo, os recursos destinados também tiveram um elevado incremento, de 191,47%, e os custos, uma leve queda de -28,72%.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 4274 | 170,72 | -65,22 | -87,15 |
| 4464 | 136,99 | 6,02 | -55,27 |
| 2373 | 221,63 | 90,48 | -40,78 |
| 4470 | 308,90 | 191,47 | -28,72 |

QUADRO 9 – Relação das ações do setor “Reforma Agrária” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

O comportamento das metas físicas, em conjunto, entre as LOAs e o PPA inicial e as LDOs, não demonstra uniformidade. O predomínio é a variação superior das metas orçamentárias, quando comparadas às priorizadas. No caso da ação “Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação do PRONAF” (4791), produto “projeto contratado”, esse acréscimo foi enorme, de quase 2.000%. Verifica-se, contudo, a ocorrência de uma ação,

“Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar” (4266), produto “família assistida”, em que as metas fixadas nas LDOs superaram as previstas nas LOAs, significando que os orçamentos não contemplaram as metas prioritizadas. Apesar de a variação ter ficado dentro da faixa aceitável, não é o comportamento esperado para uma ação considerada prioritária. Na relação entre LOAs e PPA inicial, apenas uma ação “Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras” (0061), produto “família beneficiada”, manteve a meta no limite admissível.

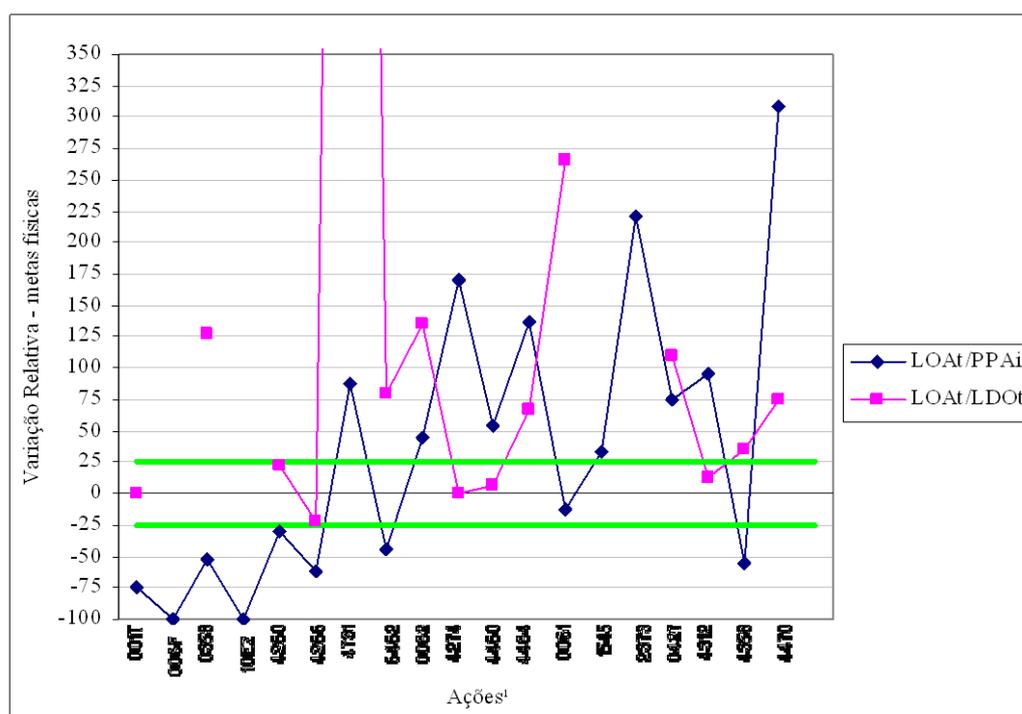


GRÁFICO 18 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Reforma Agrária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

O grupo de programas relativos ao tema Reforma Agrária destaca-se na inclusão das ações previstas no PPA inicial e nas LDOs, simultaneamente. Do total de ações analisadas, 78,95% foram definidas como prioridades nas Leis de Diretrizes. O maior destaque, contudo, refere-se à continuidade dessa previsão, considerando que 33,33% das ações foram incluídas nas LDOs de todos os exercícios do período 2004-2007 e 40% apareceram em três exercícios.

TABELA 7 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Reforma Agrária”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 4 | 26,67 |
| em 3 exercícios | 6 | 40,00 |
| em todos os exercícios | 5 | 33,33 |
| Total | 15 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.6 Assistência Social – Transferência de Renda

A única meta prioritária relacionada à Assistência Social referia-se ao Programa “Transferência de Renda com Condicionalidades” (1335), conhecido como “Bolsa Família”. O programa possuía 2 ações principais: “Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza” (006O) e “Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais” (099A), as quais representam o resultado da unificação de outros programas de transferência de renda, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás, em um único programa.

A junção dos demais programas, bem como a priorização da sua execução por meio de duas ações, foi sentida na comparação do PPA final em relação ao PPA inicial. De sete ações inicialmente selecionadas (Apêndice B), apenas quatro foram objeto do aprofundamento da análise, das quais apenas as duas ações já destacadas foram incluídas nas LOAs, nas LDOs e no PPA final.

Considerando que a ação 006O teve seu produto (família atendida) alterado a partir de 2005 de “milhar” para “unidade”, as metas previstas no PPA inicial, na LDO 2004 e na LOA 2004 foram assim transformadas, a fim de evitar ainda mais restrição na análise das ações relacionadas à assistência social.

A comparação entre as metas fixadas nas LOAs e no PPA inicial ficou idêntica à realizada entre o planejado no Plano Plurianual, tendo em vista as metas das LOAs e do PPA final estarem iguais. A meta prevista nas LOAs para a principal ação (006O) correspondeu a - 37,87% da meta contida no PPA inicial. No entanto, esse percentual não espelha os resultados alcançados com o programa, tendo em vista que o Relatório de Avaliação do PPA (ano base 2007) registrou o alcance de 99,5% da meta prioritária revisada, o correspondente a 11,04 milhões de famílias. Não há justificativas expressas para a meta encontrada no PPA inicial, relativa ao período 2004-2007 (67.478 milhões de famílias atendidas), considerando que o mencionado Relatório informou que, durante a elaboração do plano, estimou-se equivocadamente 12,7 milhões de famílias elegíveis para o programa, os quais, ainda que previstos para quatro exercícios, não alcançariam a previsão inicial contida no PPA. Já a meta da outra ação citada (099A) representou, nas LOAs, 62,02% a mais do que a meta do PPA inicial, apesar de, em 2005, não possuir meta física vinculada, apenas recursos financeiros; e em 2007, não haver qualquer previsão.

O cotejamento das metas das ações constantes das LOAs e das LDOs revelou inconsistência na definição das meta das LDO 2004, publicadas pelo Decreto nº 5.248/2004, relativas ao programa. A ação 006O apresentava como meta física 32.472 milhões de famílias atendidas, valor incoerente com as metas prioritárias divulgadas, o que ocasionou redução na relação entre as metas da ação previstas nas LOAs e nas LDOs, de -23,46%. Ao passo que a outra ação (099A), presente apenas na LDO 2004, apresentou um acréscimo de mais de 600% de metas das leis orçamentárias em relação à lei de diretrizes.

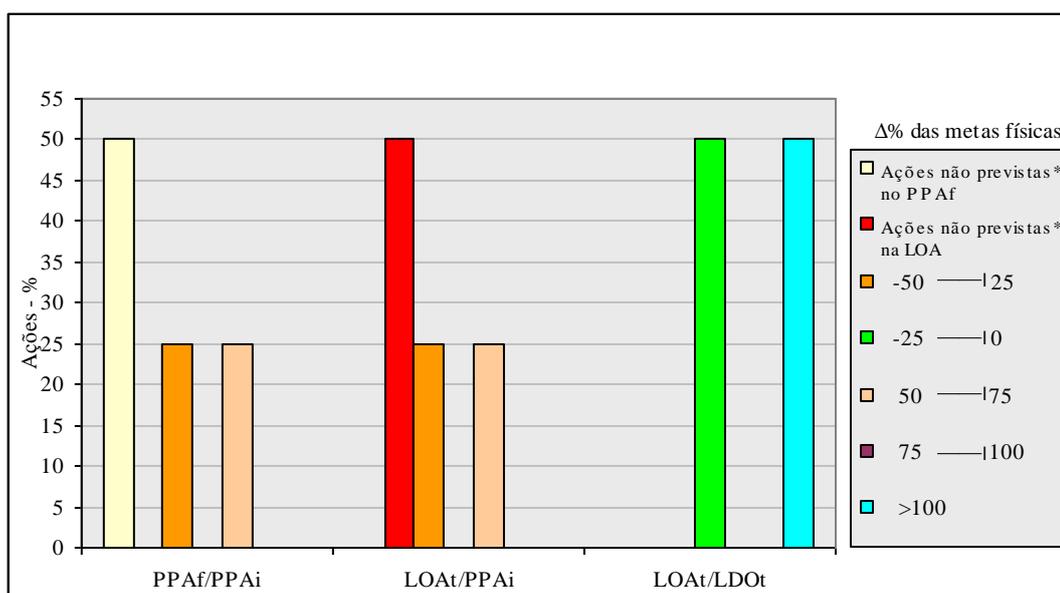


GRÁFICO 19 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A análise da relação entre metas físicas, recursos financeiros e custos unitários, para as ações do programa, está apresentada no Gráfico 20, no entanto, as inconsistências observadas na fixação das metas iniciais inviabilizam qualquer conclusão sobre o comportamento das ações.

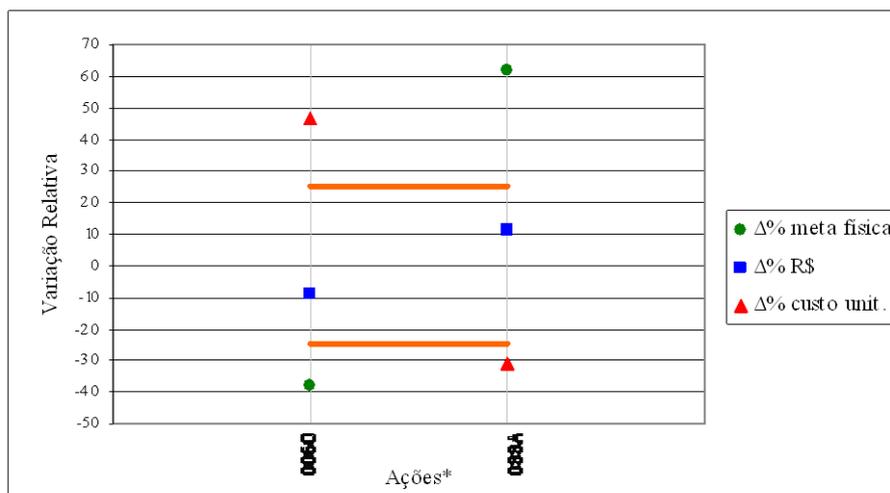


GRÁFICO 20 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* As outras duas ações (003U e 003V) não aparecem no gráfico, pois foram previstas no PPA inicial apenas com metas físicas, sem a previsão de recursos orçamentários.

Da mesma forma, não há convicção quanto à consistência das metas iniciais a fim de assegurar a análise conjunta das metas físicas previstas nas LOAs em relação ao PPA inicial e às LDOs, apresentada no Gráfico 21.

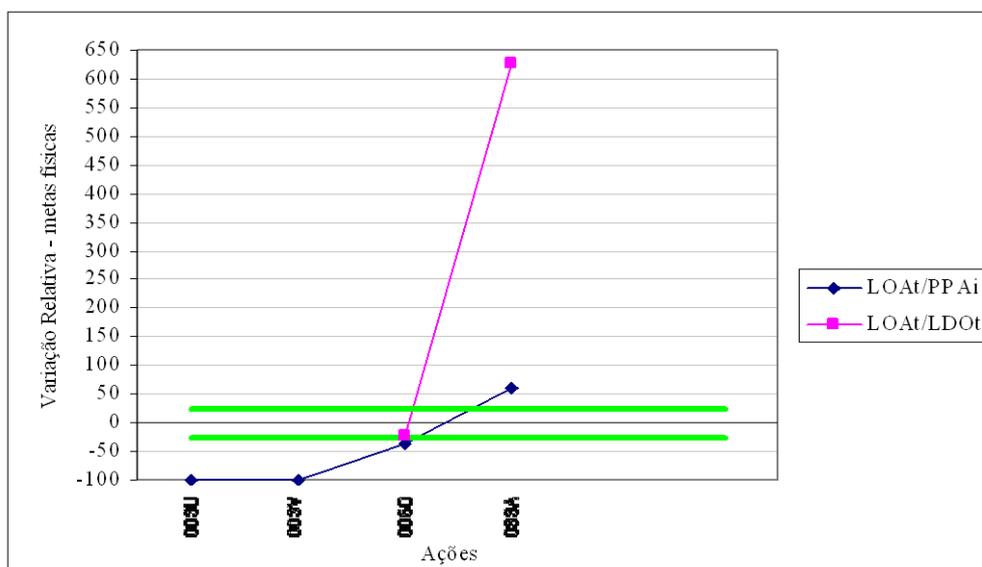


GRÁFICO 21 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Em consonância com as explicações de unificação dos programas de transferências de renda, bem como com sua execução por meio de apenas duas ações, na relação entre as ações

incluídas nas LDOs e no PPA inicial concomitantemente, observa-se que somente as duas principais ações do programa foram incluídas nas leis de diretrizes do período.

TABELA 8 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Assistência Social – Transferência de Renda”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 1 | 50,00 |
| em 3 exercícios | 1 | 50,00 |
| Total | 2 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.7 Agricultura e Pecuária

O tema Agricultura e Pecuária foi analisado por meio da observação do comportamento de 31 ações, distribuídas em 5 programas: “Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais” (0361), “Abastecimento Agroalimentar” (0352), “Desenvolvimento da Bovideocultura” (0359), “Desenvolvimento da Suideocultura” (0367) e “Desenvolvimento da Avicultura” (0371). Os três últimos foram os únicos programas que não sofreram alteração com as revisões do PPA, exceto no que diz respeito à atualização das metas.

A análise das metas físicas previstas no PPA final, quando comparadas às estabelecidas no PPA inicial, destacou 40% de ações concentradas nos conjuntos cujas metas permaneceram próximas das planejadas inicialmente, com variação compreendida no intervalo entre -25% e 25%.

A relação entre as metas fixadas nas LOAs e no PPA inicial foi idêntica à comparação entre PPA final e PPA inicial, apresentando, os mesmos índices comentados no parágrafo anterior.

O comportamento das metas fixadas nas LOAs, quando comparadas às previstas nas LDOs, evidenciou que mais de 50% das ações tiveram as metas orçamentárias superiores às priorizadas, em mais de 100%. A maior crítica, contudo, refere-se ao conjunto de ações (18,18%) que, embora tenham tido metas previstas como prioritárias, não foram sequer incluídas nos orçamentos do período.

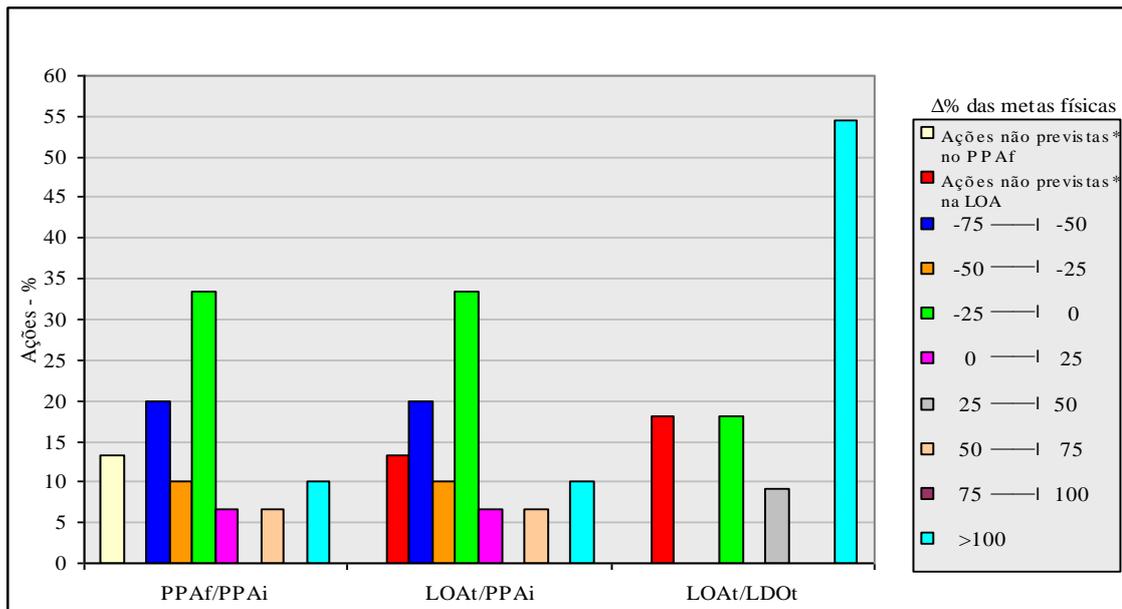


GRÁFICO 22 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A relação entre LOAs e PPA inicial, quando acompanhada das variações dos recursos financeiros e dos custos unitários, além das metas físicas, não evidencia uniformização de comportamento. Há concentração de variações tanto dentro faixa tolerável, quanto abaixo dela, indicando, nesses casos, que as metas fixadas nas LOAs ficaram aquém das previstas no PPA inicial.

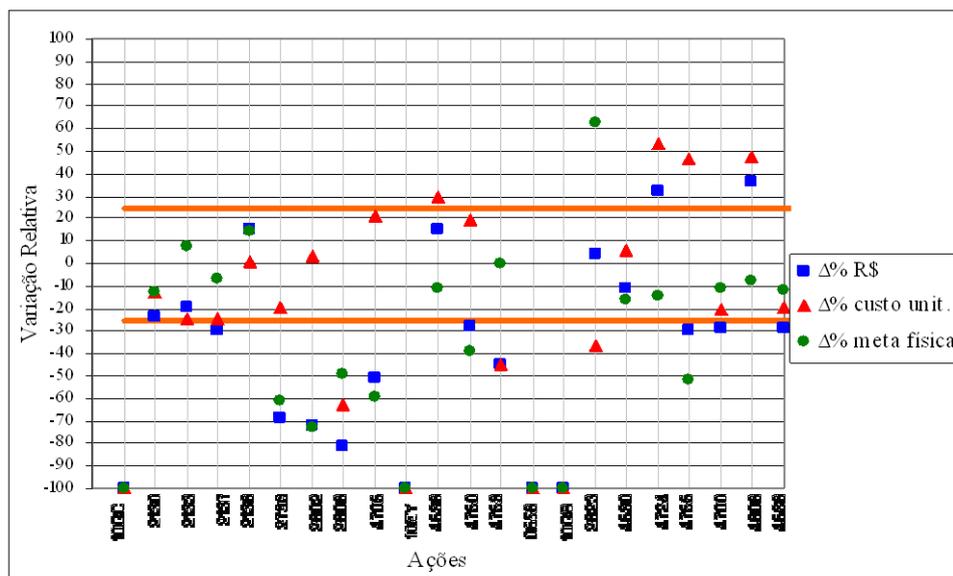


GRÁFICO 23 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Continuando a análise entre as LOAs e o PPA inicial, agora com a observação das ações que tiveram variação de meta física, recursos financeiros ou custos unitários superiores a 100%, verifica-se inconsistências em direções opostas. A ação “Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)” (4771), produto “propriedade controlada”, teve uma variação de meta física de quase 3.000%, contudo, os recursos financeiros aumentaram em proporção muito menor, apenas 32,50%, o que revelou uma diminuição do custo em -95,57%. No sentido contrário, a ação “Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Avicultura” (4754), produto “pessoa beneficiada”, embora com redução de 50,03% nas metas físicas, teve seus recursos acrescidos de quase 250%, elevando o custo unitário em aproximadamente 600%.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|-------------|-----------------------|---------------|--------------------------|
| 4764 | 1905,87 | 485,23 | -70,82 |
| 4771 | 2889,14 | 32,50 | -95,57 |
| 4842 | -1,64 | 181,55 | 186,25 |
| 4772 | -46,73 | 105,24 | 285,31 |
| 4773 | 62,15 | 272,04 | 129,44 |
| 4752 | -71,13 | 16,91 | 304,99 |
| 4754 | -50,03 | 241,05 | 582,49 |
| 4809 | 189,14 | 147,13 | -14,53 |

QUADRO 10 – Relação das ações do setor “Agricultura e Pecuária” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

A comparação simultânea entre as metas físicas constantes das LOAs em relação ao PPA inicial e às LDOs demonstra que as variações relativas ao plano ficaram mais próximas do previsto inicialmente. No geral, as variações relativas as prioridades foram muito superiores nas LOAs, especialmente as referentes às ações “Formação de Estoques Públicos” (2130), produto “produto adquirido (t)” e “Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)” (4771), produto “propriedade controlada”, com, respectivamente, 43.002,82% e 18.525,68%.

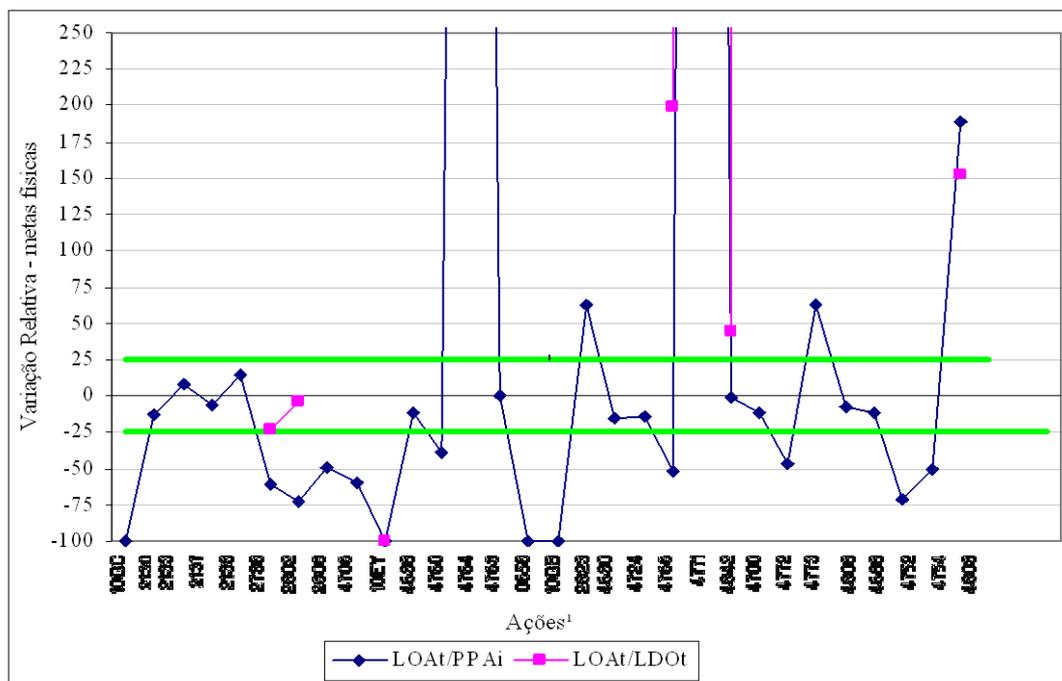


GRÁFICO 24 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDot para o setor “Agricultura e Pecuária”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 250%.

Das 31 ações incluídas na análise do grupo Agricultura e Pecuária, 11 foram previstas nas LDOs do período, o equivalente a 35,48%. A frequência em que essas ações foram priorizadas está apresentada na tabela abaixo:

TABELA 9 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Agricultura e Pecuária”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 6 | 54,55 |
| em 2 exercícios | 3 | 27,27 |
| em 3 exercícios | 2 | 18,18 |
| Total | 11 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.8 Meio Ambiente

Foram 3 programas, formados por 23 ações, responsáveis diretamente pelas metas prioritárias estabelecidas para a área do Meio Ambiente. São eles: “Nacional de Florestas” (0506), “Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer” (0503) e “Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (0052)”. Segundo a Revisão do PPA 2005, em decorrência da conclusão do Plano de Ação do “Programa

Nacional de Florestas” – PNF, e a fim de contemplar as metas divulgadas pelo Presidente da República em 2004, foram incluídas bem como alteradas algumas ações do programa.

Relacionando as metas das ações contidas no PPA final com as previstas no PPA inicial, constata-se uniformidade entre quatro conjuntos, cada um com 17,39%: o das ações que foram excluídas, no PPA final, dos programas aos quais estavam vinculadas e das variações entre -75% e 50%, entre zero e 25% e maiores que 100%.

Na comparação entre as metas constantes da LOA e do PPA inicial, o conjunto das ações cujas metas permaneceram próximas das iniciais, com variação entre zero e 25%, cresceu, contemplando 21,74%. Duas ações, 8,70%, apesar da previsão no planejamento inicial, não foram incluídas nas LOAs.

As metas previstas nas LOAs, na maior parte dos casos, 64,29%, ficaram acima das fixadas nas LDOs. Ainda assim, em algumas ações e em determinados exercícios, as metas priorizadas não tiveram correspondência nos orçamentos, seja por não estarem previstas nas LOAs ou por estarem com as metas aquém das fixadas nas prioridades. Ademais, ressalta-se a ação “Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal” (7598), produto “centro instalado”, que, apesar de ter constado somente na LDO 2006, superou em 450% as metas previstas nas LOAs dos quatro exercícios (2004-2007).

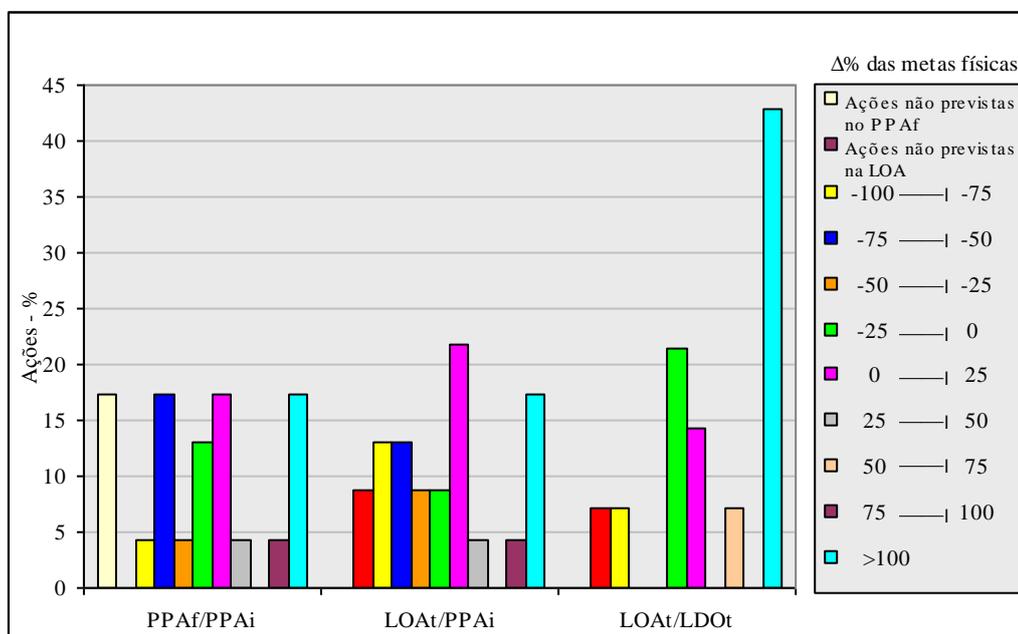


GRÁFICO 25 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A observação das variações encontradas no relacionamento entre as LOAs e o PPA inicial, no que se refere a metas físicas, recursos financeiros e custos unitários demonstra um comportamento abaixo do planejado na maioria das ações. O predomínio dentre os três itens, na faixa aceitável de variação, é dos custos unitários.

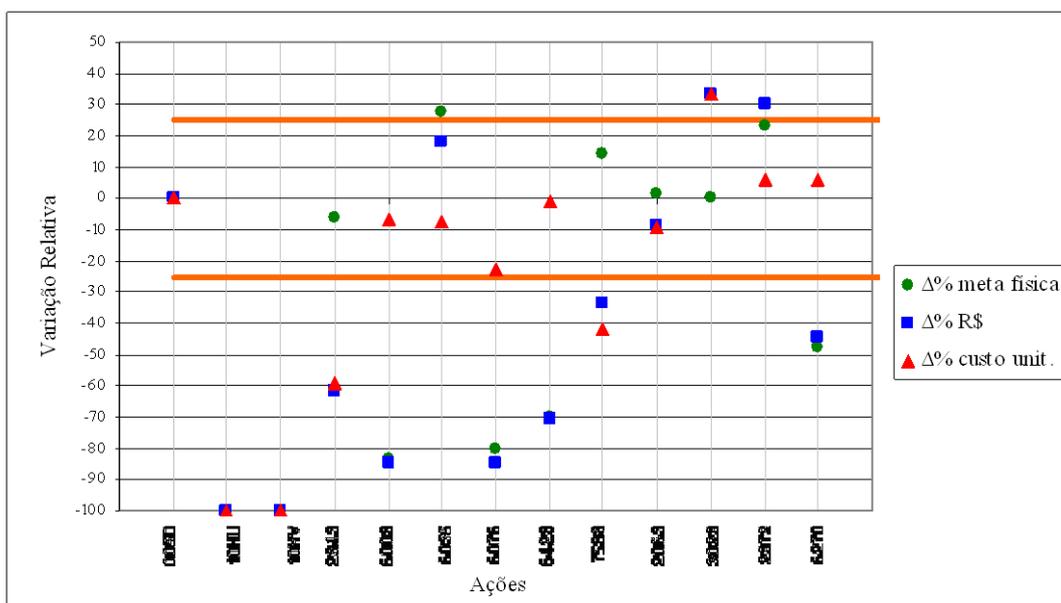


GRÁFICO 26 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Entre as ações com comportamento mais discrepantes na relação das LOAs e do PPA inicial está a “Formação de Educadores Ambientais” (4932), cuja meta física aumentou mais de 3.000%. Suas metas saltaram de 950 “pessoas formadas” (2004), 2.150 (2005) e 4.260 (2006) para 210.475, em 2007.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 0786 | -67,63 | -7,36 | 186,14 |
| 4950 | 95,65 | 466,28 | 189,43 |
| 4993 | -54,39 | 75,84 | 285,49 |
| 6046 | 658,33 | 61,53 | -78,70 |
| 7594 | 14,00 | 157,63 | 125,99 |
| 6307 | -44,54 | 275,53 | 577,14 |
| 1997 | 300,00 | 146,37 | -38,41 |
| 2965 | 140,00 | 78,14 | -25,77 |
| 4232 | -93,65 | -31,11 | 985,07 |
| 4932 | 3277,29 | 104,06 | -93,96 |

QUADRO 11 – Relação das ações do setor “Meio Ambiente” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Avaliando-se, de modo geral, o comportamento das ações do tema Meio Ambiente, verifica-se que houve preponderância, no intervalo admissível, de variações relativas à comparação entre as LOAs e o PPA inicial sobre as obtidas entre as LOAs e as LDOs. Destaque para a ação “Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal” (7598), produto “centro instalado”, estabelecida como prioridade apenas em 2006, mas, ainda assim, ficando com as metas prioritárias quase 80% menores do que as fixadas nas LOAs dos quatro exercícios.

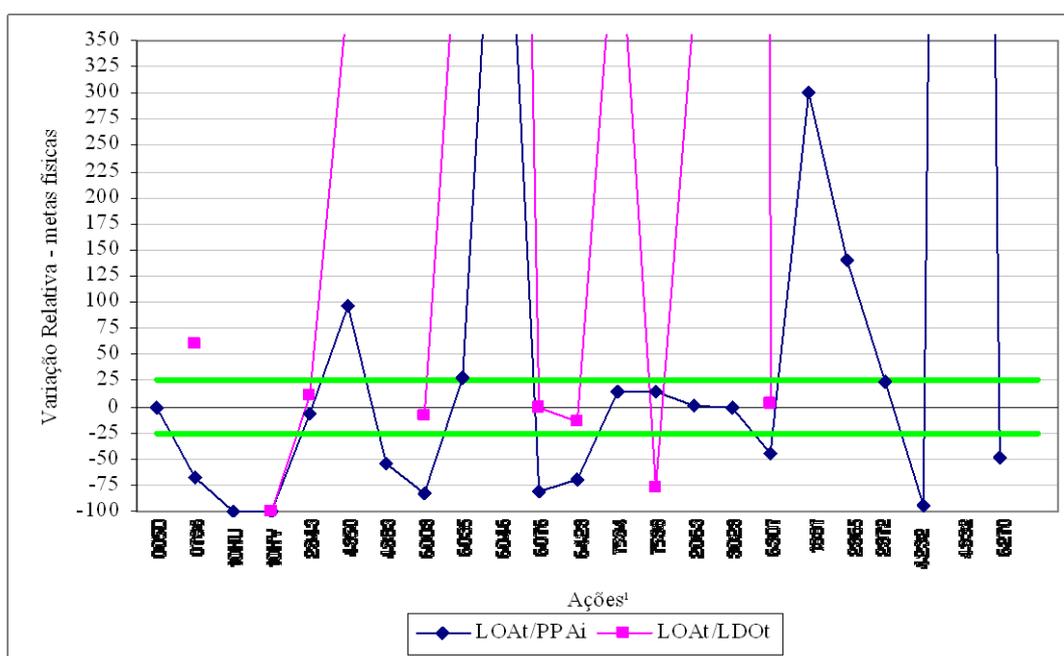


GRÁFICO 27 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Meio Ambiente”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

A inclusão das ações previstas no PPA inicial também nas LDOs ficou em 60,87% do total de ações analisadas. Todavia, a irregularidade na escolha das prioridades prevaleceu na área do Meio Ambiente, da mesma forma que nos outros temas, com 57,14% das ações sendo previstas na LDO de apenas um exercício. E somente uma ação, 7,14%, com previsão em, pelo menos, três exercícios.

TABELA 10 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Meio Ambiente”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 8 | 57,14 |
| em 2 exercícios | 5 | 35,71 |
| em 3 exercícios | 1 | 7,14 |
| Total | 14 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.9 Transportes

No tema Transportes, foram analisadas 290 ações, distribuídas em 10 programas: “Manutenção da Malha Rodoviária Federal” (0220), “Corredor Araguaia-Tocantins” (0237), “Corredor Fronteira Norte” (0238), “Corredor Leste” (0230), “Corredor Mercosul” (0233), “Corredor Nordeste” (0235), “Corredor São Francisco” (0229), “Corredor Oeste-Norte” (0236), “Corredor Sudoeste” (0232) e “Corredor Transmetropolitano” (0231). Este foi o grupo analisado com maior número de programas e ações (719), das quais grande parte (429), equivalente a 60%, foi excluída na primeira seleção (Apêndice B), tendo em vista se enquadrarem nos seguintes critérios: foram previstas apenas no PPA final (416); possuíam previsão de recursos financeiros, mas não tinham metas físicas estabelecidas (3); ou sofreram alteração de produto ou unidade (10).

Na observação do comportamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual, o destaque, 50%, continuou sendo das ações a serem excluídas da análise, por não possuírem metas nos respectivos programas no PPA final. Em seguida, estão os conjuntos das ações com metas finais inferiores às iniciais, somando 34,14%, evidenciando que, em geral, as metas planejadas não foram mantidas.

Comparando-se as metas fixadas nas LOAs com as estabelecidas no PPA inicial, as ações sem metas orçamentárias, as quais impossibilitam a análise, permaneceram com o maior índice, 58,62%. Observou-se, ainda, a manutenção das metas próximas das planejadas, entre -25% e 25%, em 11,38% das ações e a ocorrência de 8% de casos em que as metas das LOAs superaram em mais de 100% as previstas inicialmente.

Das ações constantes das LDOs, 34,38% não tiveram previsão orçamentária, apesar de terem sido consideradas prioritárias. O conjunto que abarcou o maior número de ações, 42,19%, foi o das que tiveram as metas das LOAs superiores às das LDOs em mais de 100%. Destaca-se, ainda, que as metas das LOAs, em 10,94% das ações, foram inferiores às das LDOs, demonstrando negligência em relação às metas e prioridades definidas, as quais não foram observadas nas previsões orçamentárias. Além disso, chamou a atenção a quantidade de ações, 32% das previstas nas LDOs, que apresentaram como meta apenas uma unidade do produto, independente de qual seja este: obra executada (% de execução física), trecho adequado (km), trecho pavimentado (km), entre outros.

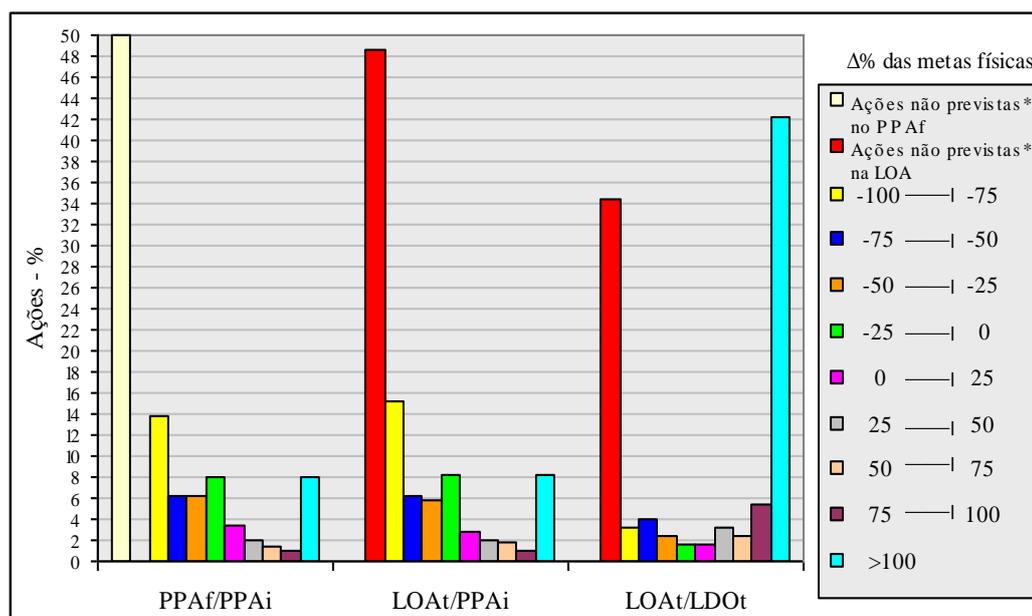


GRÁFICO 28 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Transportes”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Considerando o elevado número de ações constantes dos programas relacionados à área de Transportes e a fim de viabilizar a comparação entre metas físicas, recursos financeiros e custos unitários presentes na relação entre as LOAs e o PPA inicial, optou-se por excluir, do Gráfico 29, as 44 ações cujas variações ficaram iguais a -100%, que representam as ações não constantes dos respectivos programas nos orçamentos. Verifica-se que, de modo geral, as metas físicas e os recursos financeiros previstos nas LOAs ficaram aquém dos planejados inicialmente. Quanto aos custos, o comportamento foi bem diversificado, com um suave predomínio no intervalo de variações considerado satisfatórios, entre -25% e 25%.

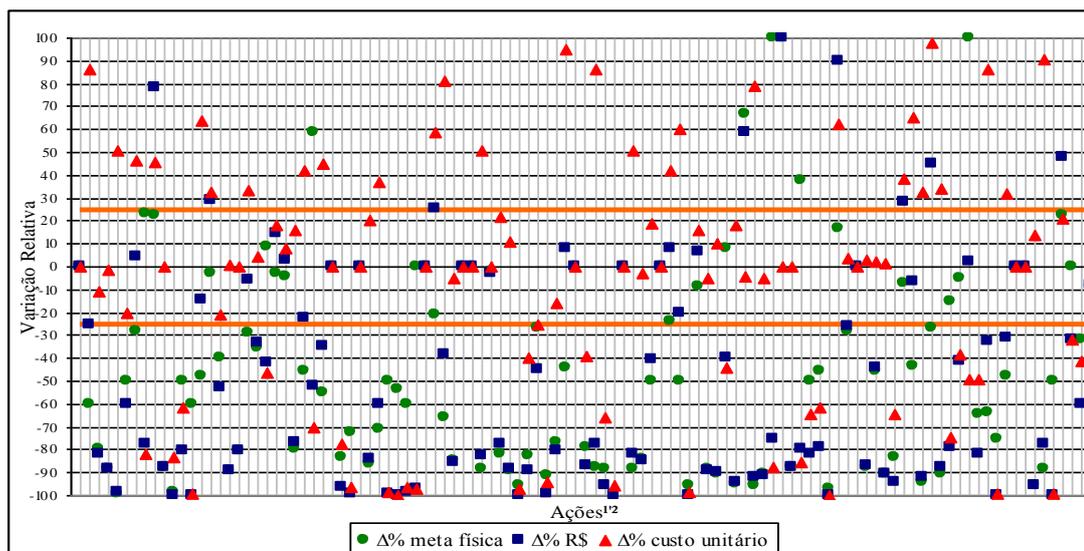


GRÁFICO 29 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Transportes”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ excluídas as variações iguais a -100%

² as ações do grupo “Transportes” estão descritas no Apêndice B

Foram altas as incongruências constatadas nas relações entre as LOAs e o PPA inicial. Entre elas, destaca-se a ação “Dragagem nos Portos do Estado do Rio de Janeiro” (10CQ), prevista apenas em 2004, cujo produto era “dragagem realizada (m³)”, com variação da meta física em mais de 400.000%, enquanto os recursos financeiros se mantiveram exatamente os mesmos. Já a ação “Adequação de Contornos Rodoviários no Estado de Espírito Santo” (10IG), produto “trecho adequado (km)”, sofreu um elevado acréscimo, mais de 10.000%, nos recursos financeiros, não acompanhado da elevação proporcional das metas físicas. O Quadro 12 relaciona todas as ações do setor que apresentaram variações maiores que 100%.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário | Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|---------|-------------------|------|----------------|---------|-------------------|
| 2324 | 138,06 | 9,64 | -53,94 | 10JX | 566,67 | 3698,34 | 469,75 |
| 10LN | 566,67 | 379,67 | -28,05 | 10MU | 183,33 | 717,46 | 188,52 |
| 10LR | 240,00 | 725,53 | 142,80 | 1208 | -49,65 | 40,03 | 178,09 |
| 1547 | 284,06 | -70,43 | -92,30 | 1276 | 275,00 | 3276,68 | 800,45 |
| 7443 | 433,33 | 1464,36 | 193,32 | 3766 | 57,86 | 378,74 | 203,28 |
| 7542 | 106,25 | 58,66 | -23,07 | 5019 | 436,84 | 4,97 | -80,45 |
| 7242 | 65,00 | 180,72 | 70,13 | 105T | 44,19 | 414,45 | 256,80 |
| 10CL | 47,62 | 108,00 | 40,90 | 10LQ | 166,67 | 1076,00 | 341,00 |
| 10CQ | 444344,44 | 0,00 | -99,98 | 1236 | 39,53 | 159,86 | 86,24 |

QUADRO 12 – Relação das ações do setor “Transportes” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007 (continua)

| Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário | Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário |
|------|------------------------|----------------|---------------------------|------|------------------------|----------------|---------------------------|
| 10IG | 800,00 | 10935,13 | 1126,13 | 7435 | 17,06 | 354,93 | 288,63 |
| 1336 | 525,00 | -9,04 | -85,45 | 7441 | -83,04 | -64,72 | 107,98 |
| 3318 | 270,37 | 733,23 | 124,97 | 7626 | 60,00 | 484,07 | 265,05 |
| 7150 | 122,50 | 242,76 | 54,05 | 10BZ | 800,00 | 776,15 | -2,65 |
| 7152 | 240,48 | 874,47 | 186,21 | 107Q | 22,89 | 107,92 | 69,19 |
| 7154 | -46,03 | 11,71 | 106,99 | 10LH | 700,00 | 825,93 | 15,74 |
| 7544 | -96,50 | -91,56 | 141,11 | 1226 | 44,44 | 1013,19 | 670,67 |
| 7630 | 200,00 | 113,91 | -28,70 | 107P | -96,00 | -90,00 | 150,00 |
| 10BV | 380,95 | -99,45 | -99,89 | 10JG | 500,00 | 1230,77 | 121,80 |
| 10CJ | -91,67 | 0,00 | 1100,00 | 10MG | -58,70 | -5,64 | 128,45 |
| 10DQ | 214,29 | 344,67 | 41,49 | 7634 | 1300,00 | 92120,00 | 6487,14 |
| 10EC | 32,53 | 117,35 | 64,00 | | | | |

QUADRO 12 – Relação das ações do setor “Transportes” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007 (conclusão)

Fonte: dados da pesquisa

A comparação conjunta das variações das metas físicas encontradas nas relações entre as LOAs e PPA inicial e LDOs demonstra predominantemente, em que pese a irregularidade no comportamento das ações, uma superioridade das metas das LOAs em relação às das LDOs e uma redução das mesmas quando comparadas ao PPA inicial. Quanto ao intervalo de variação entre -25% e 25%, considerado admissível, a maior concentração de ações se referem à relação entre as LOAs e o PPA inicial.

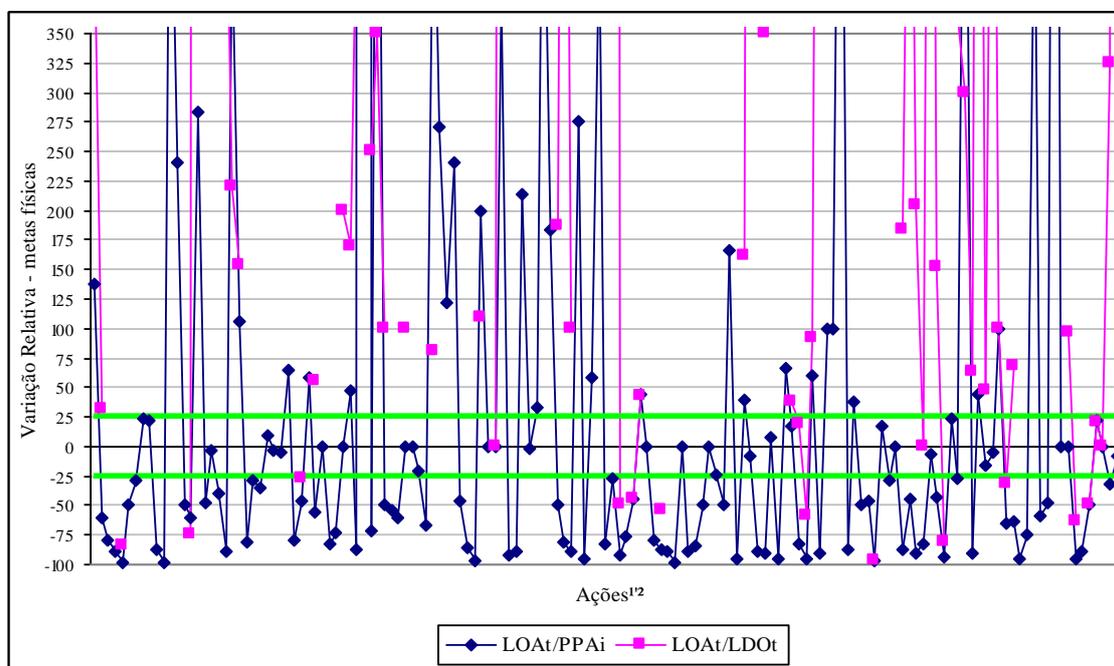


GRÁFICO 30 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Transportes”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico comporta apenas as variações entre as metas físicas menores que 350%.

² as ações do grupo “Transportes” estão descritas no Apêndice B

Quando a análise se refere à inclusão das ações previstas no PPA inicial também nas LDOs, verifica-se que menos da metade das ações, 44,44%, tiveram tal previsão. Destas, 73,44% foram previstas em somente uma LDO e nenhuma ação permaneceu como prioridade em todos os exercícios.

TABELA 11 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Transportes”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 94 | 73,44 |
| em 2 exercícios | 34 | 26,56 |
| Total | 128 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.10 Recursos Hídricos

Na análise do tema Recursos Hídricos foram observadas 168 ações, distribuídas em 4 programas: “Integração de Bacias Hidrográficas” (1036), “Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver” (1047), “Proágua Infra-Estrutura” (0515) e “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada” (0379). Os programas deste grupo, da mesma forma que os demais, sofreram inúmeras alterações relacionadas à exclusão e inserção de ações.

Relacionando-se as metas contidas no PPA final com as previstas no PPA inicial, o conjunto de maior destaque, 36,90%, foi o das ações excluídas após as revisões do plano plurianual. No outro extremo, o segundo percentual mais elevado foi o das ações cujas metas finais ficaram superiores às iniciais em mais de 100%.

Em relação à análise comparativa das metas fixadas nas LOAs com as previstas no PPA inicial, encontrou-se 16,67% de ações com metas próximas nos dois instrumentos, variando entre -25% e 25%. O maior conjunto, com 30,95%, foi o das ações que, apesar de previstas no PPA inicial, não tiveram previsão nas LOAs.

Na comparação entre as metas previstas nas LDOs e nas LOAs, tem-se que 20,37% das ações, embora tenham sido consideradas prioridades, não foram incluídas nas LOAs. Contudo, a maior concentração de ações, 54%, refere-se às variações das metas físicas maiores do que 100%.

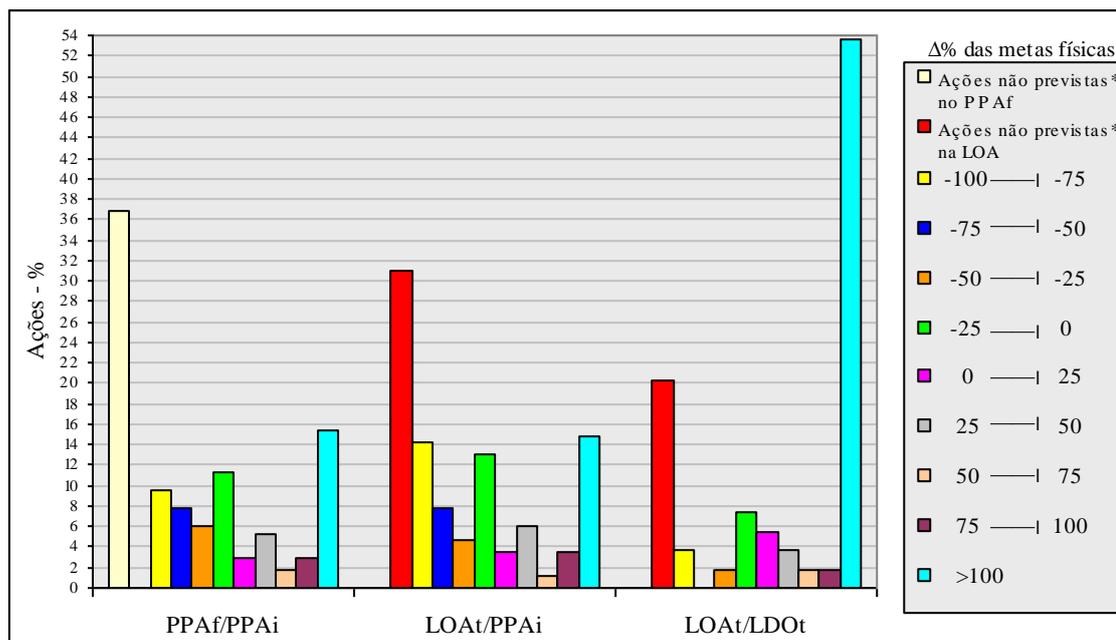


GRÁFICO 31 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Prosseguindo a análise da relação entre as LOAs e o PPA inicial, com a observação das variações ocorridas entre as metas físicas, recursos financeiros e custos unitários, verifica-se uma divisão, não muito distinta, entre as ações que superaram as metas planejadas inicialmente e as que ficaram abaixo do previsto no PPA inicial, estas últimas com uma concentração levemente maior. Registre-se, ainda, que foram retiradas, da demonstração no Gráfico 32, 52 ações com variações iguais a -100%, correspondentes às ações não incluídas nas LOAs.

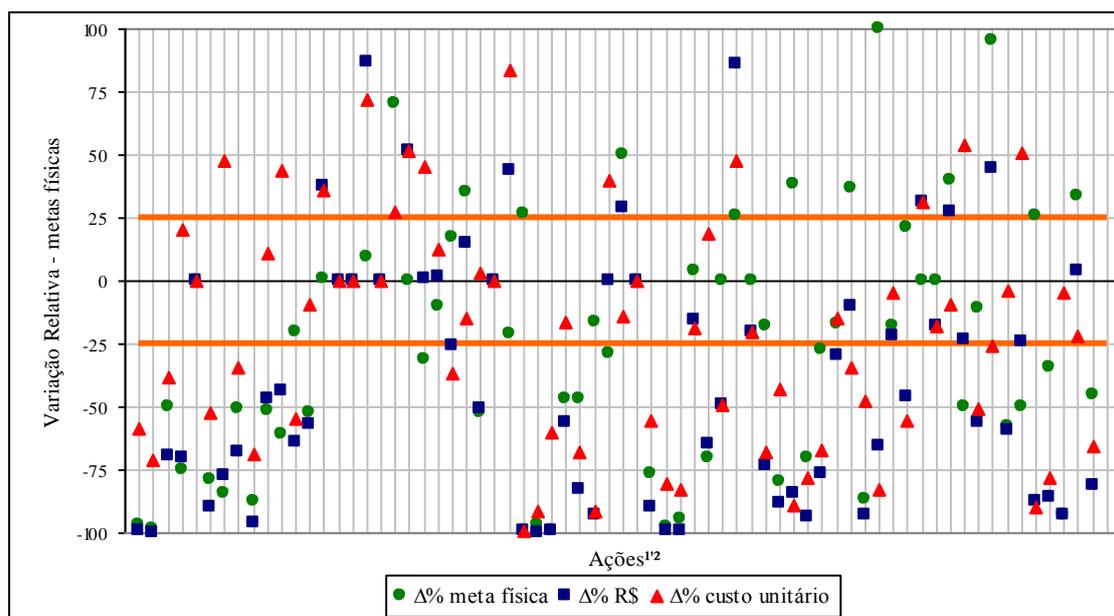


GRÁFICO 32 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ excluídas as variações iguais a -100%

² as ações do grupo “Recursos Hídricos” estão descritas no Apêndice B

Este foi o grupo que apresentou a maior quantidade de ações com as metas das LOAs superando as do PPA inicial em mais de 100%, evidenciando graves falhas no processo de planejamento. A ação “Construção da Barragem OITICICA - CAICÓ – RN” (10DC), por exemplo, sofreu elevação da meta física, cujo produto era “obra executada (% de execução física)”, em quase 5.000%, não acompanhada do acréscimo proporcional de recursos financeiros. A ação “Sistema Integrado de Abastecimento de Água PEDRO II/PIRIPIRI - ESTADO DO PIAUÍ” (10ES), que possuía o mesmo produto, teve seus custos aumentados em 900%, considerando o decréscimo na meta física de -90% e a manutenção dos recursos.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário | Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|------|----------------|--------|-------------------|
| 101N | 126,67 | -39,52 | -73,32 | 10AK | -67,00 | 250,00 | 960,61 |
| 5904 | -98,00 | -94,83 | 158,62 | 10DA | 105,45 | -54,17 | -77,69 |
| 5908 | -97,14 | -89,47 | 268,42 | 10DC | 4900,00 | 292,52 | -92,15 |
| 3028 | 129,17 | 4,29 | -54,49 | 10DJ | 100,00 | 198,05 | 49,03 |
| 5160 | 192,57 | -8,21 | -68,63 | 10ES | -90,00 | 0,00 | 900,00 |
| 5342 | -85,71 | -33,33 | 366,67 | 1604 | 136,67 | 28,01 | -45,91 |
| 5658 | 88,17 | 168,29 | 42,58 | 3445 | 286,05 | -39,08 | -84,22 |
| 5666 | -55,56 | 0,00 | 125,00 | 3536 | -80,00 | -59,36 | 103,19 |

QUADRO 13 – Relação das ações do setor “Recursos Hídricos” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007 (continua)

| Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário | Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário |
|------|------------------------|----------------|---------------------------|------|------------------------|----------------|---------------------------|
| 5676 | 146,00 | 102,82 | -17,55 | 3601 | 321,74 | -52,78 | -88,80 |
| 5782 | 90,00 | 154,90 | 34,16 | 3631 | 283,33 | 176,29 | -27,92 |
| 5804 | 1,00 | 140,65 | 138,27 | 3647 | 918,18 | 78,99 | -82,42 |
| 5812 | 160,98 | 160,09 | -0,34 | 5910 | 617,24 | 67,80 | -76,60 |
| 5814 | 35,00 | 132,65 | 72,33 | 10AB | -75,00 | 0,00 | 300,00 |
| 5818 | -24,00 | 55,09 | 104,07 | 10DE | 150,00 | 342,67 | 77,07 |
| 5828 | -99,00 | 0,00 | 9900,00 | 10DI | 167,74 | -56,84 | -83,88 |
| 5854 | 300,00 | 99,87 | -50,03 | 10ER | 1292,31 | 444,84 | -60,87 |
| 5890 | -18,00 | 100,76 | 144,83 | 1666 | -28,75 | 57,81 | 121,49 |
| 5892 | 95,00 | 179,99 | 43,59 | 1670 | 119,44 | -10,54 | -59,24 |
| 5894 | -82,14 | 0,00 | 460,00 | 1686 | 155,70 | 1512,38 | 530,58 |
| 5898 | -87,72 | 0,00 | 714,29 | 1702 | 0,00 | 293,07 | 293,07 |
| 109X | 2400,00 | -97,88 | -99,92 | 1750 | -80,00 | -17,97 | 310,16 |
| 109Z | 323,81 | 818,52 | 116,73 | 3770 | 211,76 | -10,47 | -71,28 |
| 10AC | 300,00 | 150,00 | -37,50 | 5264 | 74,19 | 193,31 | 68,38 |
| 10AE | 900,00 | 0,00 | -90,00 | 5932 | 183,72 | 59,17 | -43,90 |

QUADRO 13 – Relação das ações do setor “Recursos Hídricos” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007 (conclusão)

Fonte: dados da pesquisa

A consolidação da análise das metas físicas fixadas nas LOAs e as estabelecidas no PPA inicial e nas LDOs demonstrou predominância, no intervalo de variação considerado satisfatório, da relação entre orçamento e planejamento inicial, embora, a maior parte dessas variações tenha ficado aquém do planejado. Já, na relação entre orçamento e prioridades, prevaleceu o aumento das metas.

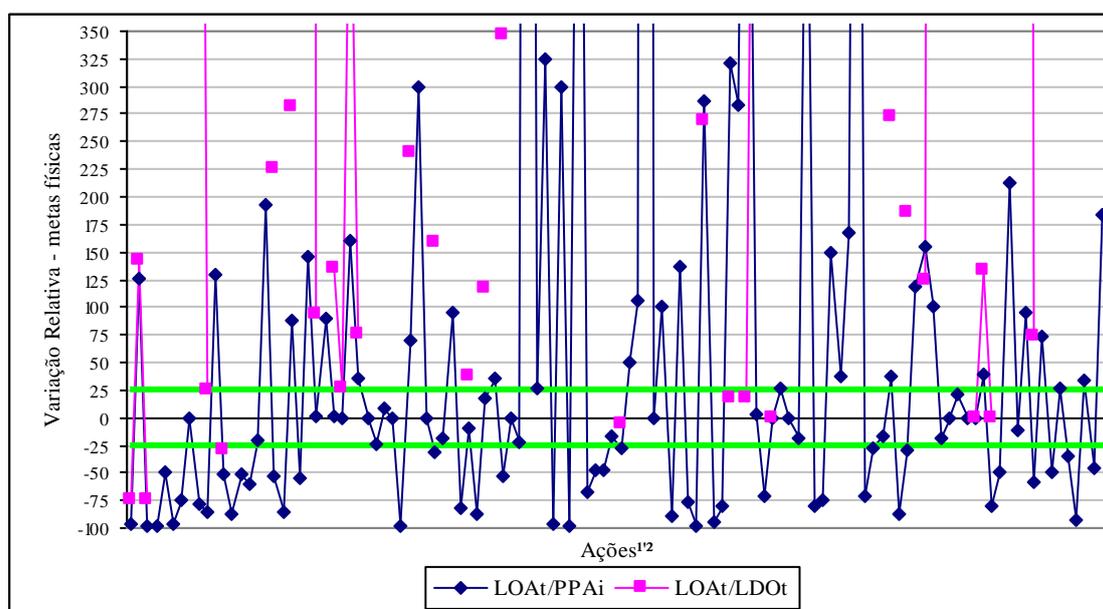


GRÁFICO 33 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Recursos Hídricos”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico comporta apenas as variações entre as metas físicas menores que 400%.

² as ações do grupo “Recursos Hídricos” estão descritas no Apêndice B

As ações previstas nas LDOs representaram 32,14% do total analisado. Em nenhum caso, foram mantidas como prioridade em, pelo menos, três exercícios. O maior número de ações foi incluído nas LDOs em apenas um exercício.

TABELA 12 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Recursos Hídricos”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 39 | 72,22 |
| em 2 exercícios | 15 | 27,78 |
| Total | 54 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.11 Ciência & Tecnologia

A análise do comportamento das metas relacionadas ao grupo Ciência e Tecnologia compreendeu a observação de 32 ações, em 3 programas: “Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa” (0460), especificamente as ações cujos produtos incluíam a realização de pesquisas ou a publicação de artigos; “Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico” (0461) e “Propriedade Intelectual” (0393).

Na comparação entre as metas previstas no PPA inicial e as publicadas após as revisões anuais, os dois conjuntos de maior destaque, com 31,25% e 18,75%, foram das ações cujas metas se mantiveram nos limites aceitáveis de oscilação, entre -25% e 25%.

Em se tratando do cotejamento entre as metas fixadas nas LOAs e no PPA inicial, continuam com os maiores percentuais, 34,38% e 15,63%, os conjuntos das ações com variação entre -25% e 25%. Deve-se ressaltar que todas as ações previstas no PPA inicial foram incluídas nas LOAs, tendo duas, 6,06%, mantido exatamente as metas inicialmente planejadas.

A relação entre metas previstas nas LOAs e nas LDOs foi marcada pela elevada superação, em mais de 100%, das metas orçamentárias em relação às priorizadas.

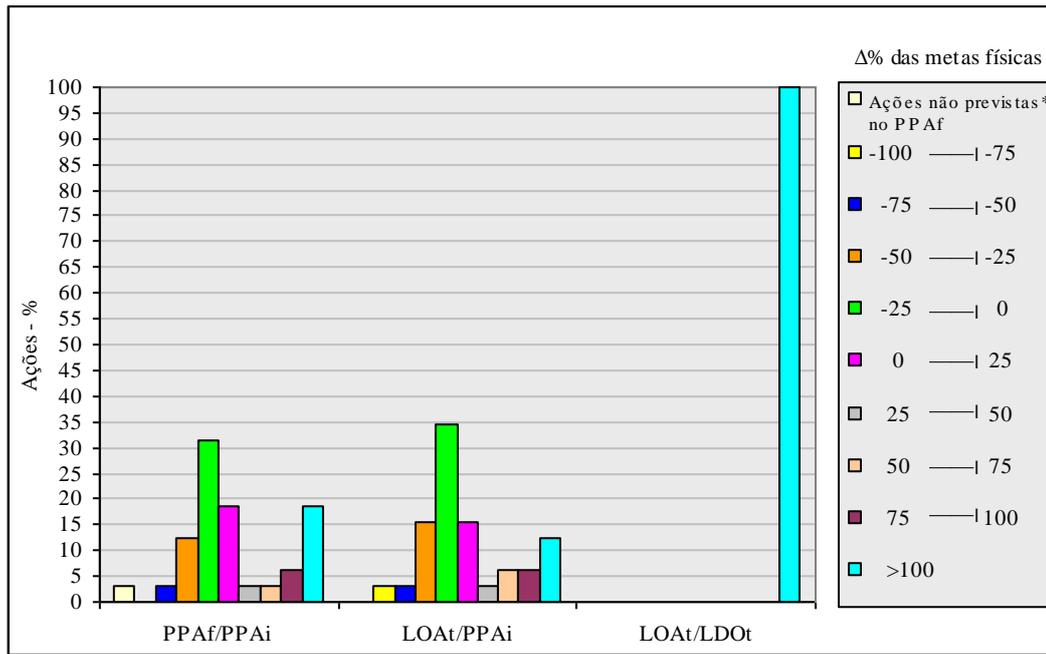


GRÁFICO 34 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

As variações das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários das ações fixadas nas LOAs em relação às previstas no PPA inicial para o grupo Ciência & Tecnologia estão representadas no Gráfico 35. Há uma concentração de variações dos três indicadores dentro da faixa tolerável de alteração, não prevalecendo nenhum comportamento específico.

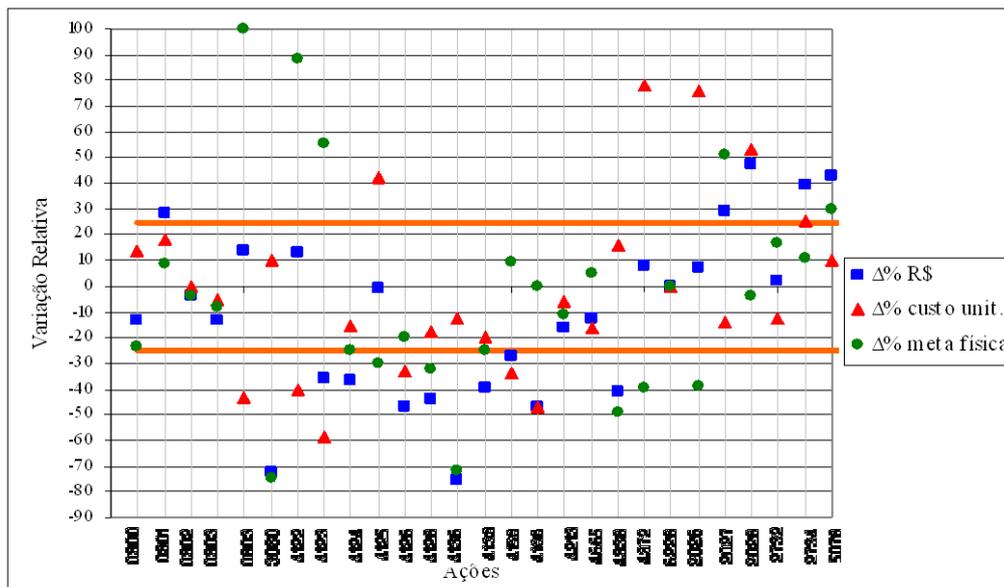


GRÁFICO 35 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Também neste grupo, algumas ações apresentaram, nas LOAs, variações destoantes das previsões iniciais. A ação “Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron - ABTLuS – OS” (4192), expôs uma elevação de quase 3.000% na meta física e uma redução de -25% no montante de recursos financeiros destinados. A observação das previsões em cada exercício demonstra um comportamento atípico na fixação das metas em 2007. Enquanto em 2004 e 2005 foram previstas 5 “pesquisas realizadas”, valor compatível com a previsão de 20 constante do PPA inicial, em 2006 a ação não foi incluída na LOA, e em 2007, com apenas 10% a mais de recursos em relação a 2005, foram previstas 600 “pesquisas realizadas”.

| Ação | $\Delta\%$ meta física | $\Delta\%$ R\$ | $\Delta\%$ custo unitário |
|------|------------------------|----------------|---------------------------|
| 4188 | 480,00 | -5,01 | -83,62 |
| 4192 | 2950,00 | -25,55 | -97,56 |
| 2029 | -1,50 | 161,25 | 165,22 |
| 3578 | 138,46 | 329,24 | 80,00 |
| 4572 | 131,36 | 27,71 | -44,80 |

QUADRO 14 – Relação das ações do setor “Ciência & Tecnologia” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

As variações das metas físicas fixadas nas LOAs em relação às previstas no PPA inicial se mantiveram, no geral, próximas dos limites considerados satisfatórios. Já as oscilações entre as metas das LOAs e das LDOs ficaram muito além do priorizado, conforme demonstra o Gráfico 36.

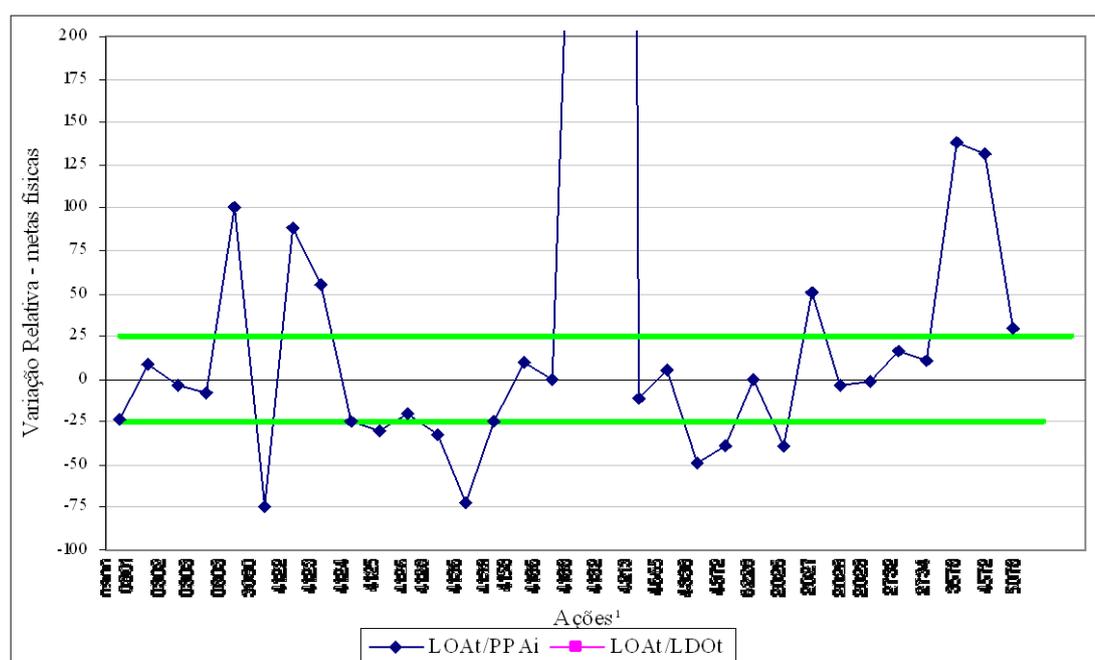


GRÁFICO 36 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Ciência & Tecnologia”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta as variações entre as metas físicas menores que 500%.

Não foi observada, no tema Ciência e Tecnologia, a intenção de se priorizar as ações, por meio da inclusão nas LDOs, tendo em vista que apenas duas ações, 5,88%, do grupo tiveram tal previsão. Destacando-se, nesse caso, a ação “Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa” (0900), incluída por três exercícios consecutivos nas metas e prioridades.

TABELA 13 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas frequências, para o setor “Ciência & Tecnologia”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 1 | 50,00 |
| em 3 exercícios | 1 | 50,00 |
| Total | 2 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.12 Tecnologia da Informação e Inclusão Digital

Para a análise das metas relacionadas ao tema Tecnologia da Informação e Inclusão Digital, selecionou-se 2 programas, compostos de 13 ações: “Inclusão Digital” (1008) e “Sociedade da Informação” (0465). O primeiro sofreu uma série de alterações, como a inclusão de novas ações e a exclusão de outras pré-existentes. Com a revisão do PPA 2005, o segundo foi extinto, em razão de inconsistências verificadas no seu desenho, contemplando ações que contribuíam para o atendimento de demandas enfrentadas por outros programas: "Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico" (0461), "Inovação e Competitividade" (1388) e "Inclusão Digital" (1008), os quais incorporaram as ações do programa excluído.

Todas as alterações promovidas nos programas do grupo ficaram evidenciadas nas análises. Apenas uma ação das previstas inicialmente, 7,14%, foi mantida no Plano Plurianual, após as revisões. Essa ação, entretanto, apresentou uma variação da meta física de 250% a mais em relação ao PPA inicial. As outras doze ações, 92,31%, foram excluídas do PPA final.

O excesso de modificações também teve reflexos na análise da relação entre as metas fixadas nas LOAs e às previstas no PPA inicial. Nenhuma ação manteve a meta próxima da planejada inicialmente. A maior parte das ações, 61,54%, apresentou metas orçamentárias inferiores às fixadas no PPA inicial. Outros 23,08% de ações, embora previstas no PPA, não foram incluídas nas LOAs.

Na relação entre as metas previstas nas LDOs e nas LOAs, destaque para a ocorrência de duas ações, 33,33%, priorizadas, mas não incluídas nos orçamentos. Todavia, a previsão dessas ações nas LDOs ocorreu em somente um exercício, com a meta fixada de 1

unidade. Infere-se que a inclusão dessas ações na lei de diretrizes pode não ter refletido as autênticas prioridades.

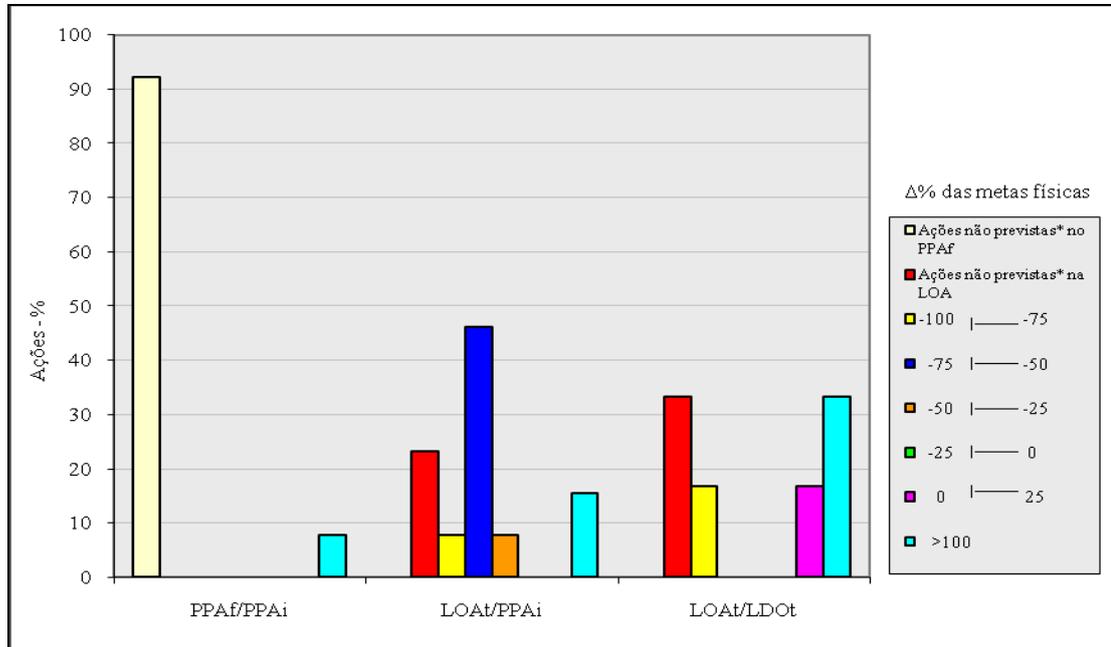


GRÁFICO 37 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

Novamente, no Gráfico 38, agora com a representação das variações das metas físicas, dos recursos financeiros e dos custos unitários previstos nas LOAs em relação ao PPA inicial, as exclusões das ações ficaram evidenciadas. Nenhuma ação analisada foi prevista nos programas iniciais em todos os exercícios. Isso gerou, em praticamente toda a amostra, uma variação negativa tanto da meta física, quanto dos recursos financeiros.

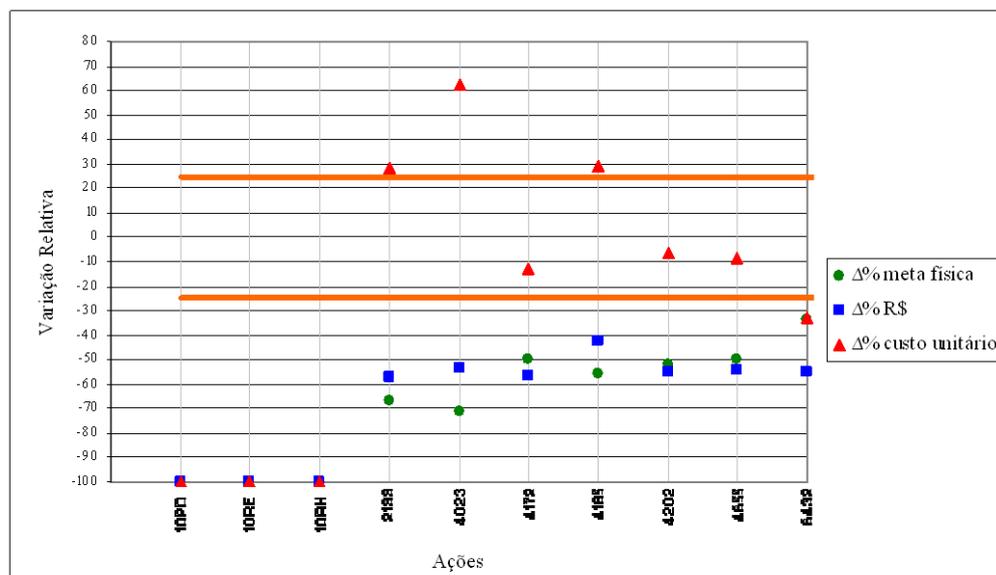


GRÁFICO 38 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Chama a atenção, contudo, o comportamento das ações “Implantação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital” (103Z), produto “banco de dados implantado (% de execução física)”, e “Apoio à Capacitação de Docentes (multiplicadores) no Uso dos Recursos de Tecnologia de Informação e Conhecimento para o Ensino e Aprendizagem das Ciências” (4957), produto “pessoa capacitada” que, embora tenham sido previstas apenas nas LOAs de 2004 e 2005, as metas físicas superaram em mais de 250% e 181,65%, respectivamente, as metas contidas no PPA inicial. Esse resultado evidencia que o planejamento inicial estaria muito aquém do necessário para uma execução em quatro exercícios.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 103Z | 250,00 | 66,67 | -52,38 |
| 4141 | -95,03 | -64,81 | 607,79 |
| 4957 | 181,65 | -62,14 | -86,56 |

QUADRO 15 – Relação das ações do setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

A comparação simultânea das metas fixadas nas LOAs em relação às previstas no PPA inicial e nas LDOs demonstra alto grau de inconsistência no planejamento. Apenas a ação “Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)” (4185), produto “projeto apoiado”, manteve as metas priorizadas nas LDOs também nos orçamentos, contudo, esse resultado não revela solidez no cumprimento das

prioridades, mas apenas uma coincidência de valores. Com a observação das metas anuais, verifica-se que, em 2006, a ação foi incluída como prioritária, no entanto, não houve previsão orçamentária, as quais ocorreram apenas em 2004 e 2005. Na relação entre as LOAs e o PPA inicial, nenhuma ação manteve a meta, ao menos, próxima da expectativa inicialmente traçada. Tendo em vista as diversas exclusões das ações dos programas analisados, na maior parte dos casos, as metas ficaram aquém do planejado.

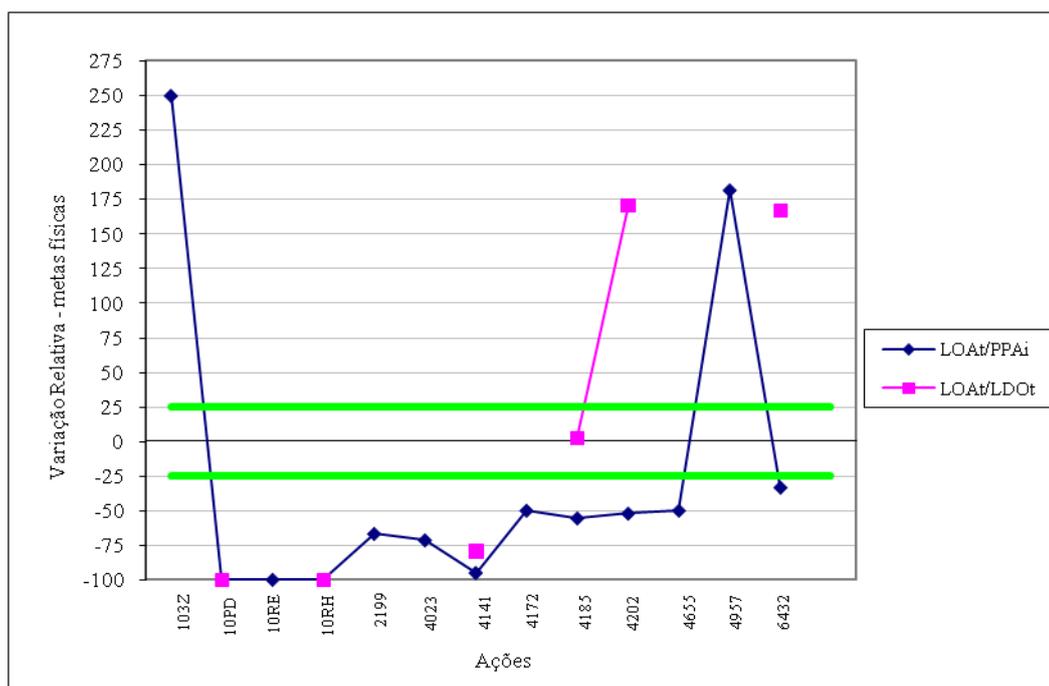


GRÁFICO 39 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

A inclusão de metas relativas às ações previstas no PPA inicial também nas LDOs aconteceu com 42,86% das ações. Contudo, 83,33% dessas inclusões ocorreram em apenas um exercício.

TABELA 14 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Tecnologia da Informação e Inclusão Digital”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 5 | 83,33 |
| em 2 exercícios | 1 | 16,67 |
| Total | 6 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.13 Micro e Pequenas Empresas

A análise do tema Micro e Pequenas Empresas abrangeu a observação de apenas 5 ações, divididas em 2 programas: “Desenvolvimento de Micros, Pequenas e Médias Empresas” (0419) e “Arranjos Produtivos Locais” (1015). A seleção inicial (Apêndice B) era composta de 20 ações, todavia, 80% delas foram excluídas da análise, pois não continham metas físicas vinculadas, apesar de possuírem metas financeiras, ou possuíam metas apenas no PPA final. Essas ações foram incluídas por meio das revisões do plano plurianual, tendo em vista a criação, a redistribuição entre os dois programas e a incorporação de ações do programa "Comércio Eletrônico" (8021), por tratarem do mesmo público alvo.

No comportamento das metas das ações estabelecidas no PPA final em relação às estabelecidas no PPA inicial, o predomínio foi das ações excluídas, no PPA final, dos respectivos programas.

Quando se coteja as metas contidas nas LOAs em relação às estabelecidas no PPA inicial, verifica-se um comportamento uniforme entre os vários intervalos previstos, cada um contendo 20% de ações.

O grupo teve apenas uma ação incluída em apenas uma LDO, o equivalente a 25% das ações constantes do PPA inicial. A variação da meta física ficou no intervalo entre 25% e 50%.

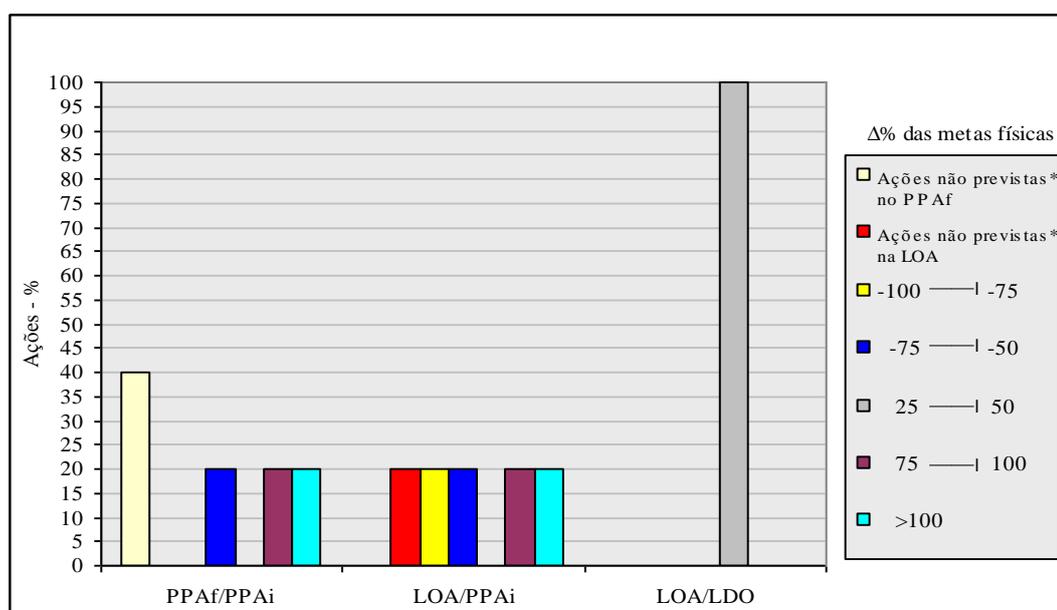


GRÁFICO 40 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

As alterações realizadas nos programas podem ser percebidas no Gráfico 41, o qual demonstra as variações, contidas nas LOAs, referentes às metas físicas, aos recursos financeiros e aos custos unitários, bem abaixo das previsões iniciais. A única exceção se refere ao custo da ação “Capacitação de Multiplicadores da Metodologia dos Arranjos Produtivos Locais” (2702), produto “pessoa capacitada”, embora suas metas físicas e os recursos tenham sido reduzidos em quase 90%.

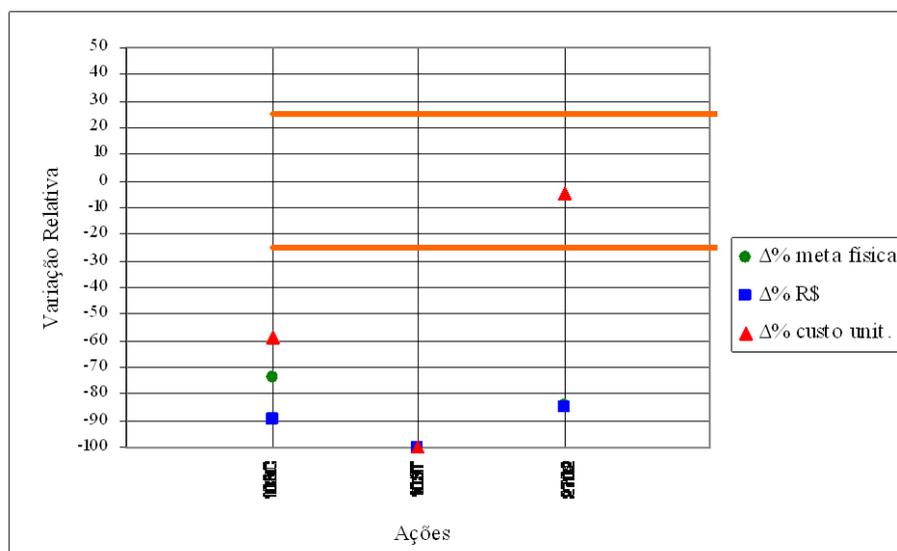


GRÁFICO 41 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Observam-se, ainda, índices elevados de variação na relação entre as LOAs e o PPA inicial. A ação “Capacitação para o Crédito e Microcrédito” (2710), produto “profissional capacitado”, sofreu um incremento nas metas físicas de mais de 1.000%, tendo em vista a elevação das metas fixadas para o exercício de 2006 e, especialmente, de 2007. Ao mesmo tempo, os recursos destinados a sua execução sofreram decréscimo de 40,38%, reduzindo os custos em mais de 95%.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 109T | 100,00 | 400,00 | 150,00 |
| 2710 | 1112,50 | -40,38 | -95,08 |

QUADRO 16 – Relação das ações do setor “Micro e Pequenas Empresas” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Em relação ao grupo de ações relacionadas às Micro e Pequenas Empresas, a comparação das metas físicas constantes das LOAs com as estabelecidas no PPA inicial e nas

LDOs do período comprova o total descolamento das metas orçamentárias em relação ao planejamento inicial e à priorização de ações.

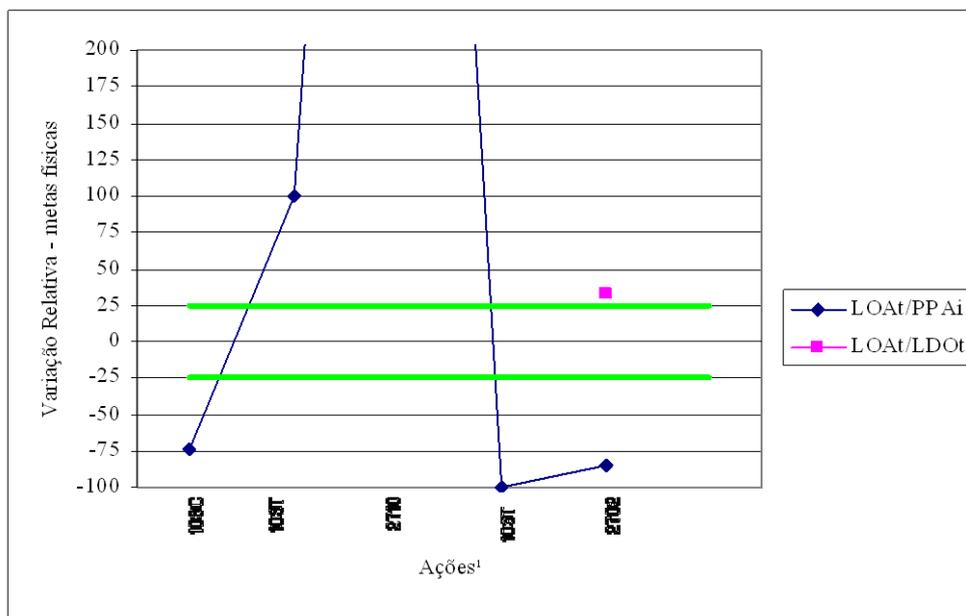


GRÁFICO 42 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Micro e Pequenas Empresas”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta as variações entre as metas físicas menores que 200%.

Quanto à relação entre as ações previstas nas LDOs e no PPA inicial, o grupo teve apenas uma ação incluída em apenas uma LDO, equivalente a 25% das ações constantes do PPA inicial. A ação “Capacitação para o Crédito e Microcrédito” (2710), porém, foi incluída na LDO 2005, quando não houve mais previsão orçamentária para a ação, tendo em vista as alterações ocorridas no programa. Tal previsão, portanto, não estava em consonância com o planejamento de médio prazo.

7.2.14 Emprego, PIB e Exportação

Em que pese o setor Emprego, PIB e Exportação seja dependente de um conjunto de variáveis macroeconômicas e de uma série de fatores internos e externos, identificou-se no PPA os programas “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda” (0103) e “Desenvolvimento do Comércio Exterior” (0412), que teve o nome alterado para “Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”, como diretamente relacionados aos itens propostos e essenciais ao atingimento dos objetivos. Assim, a análise do tema abordou 8 ações, selecionadas conforme os critérios expostos no capítulo anterior.

Na relação entre as LOAs e o PPA inicial, este foi o setor que alcançou o mais alto índice de ações cujas metas não sofreram alterações com as revisões do PPA, 37,50%. As outras ações de maior destaque tiveram suas metas ultrapassando a previsão inicial em mais de 100%.

A comparação das metas fixadas nas LOAs em relação às previstas no PPA inicial ficou mais coerente, tendo em vista a redução no número de ações cujas variações foram superiores a 100% e o acréscimo das ações com metas nos intervalos aceitáveis, entre -25% e 25%.

Em relação à análise da manutenção nas LOAs das metas priorizadas nas LDOs, apenas duas ações foram observadas. Verifica-se que a ação “Monitoramento das Cadeias Produtivas e dos Beneficiários” (2597), produto “empreendedor assistido”, prevista nos exercícios de 2004 e 2005, manteve a meta. Já a ação “Radar Comercial” (2686), produto “relatório produzido”, teve um acréscimo de 1.300%, revelando, neste caso, que as metas físicas previstas nas LOAs foram muito superiores à previsão contida na LDO, tendo em vista ter sido priorizada apenas em 2005. Levando-se em consideração apenas esse exercício, a variação entre as metas passa a ser de, aproximadamente, 40%.

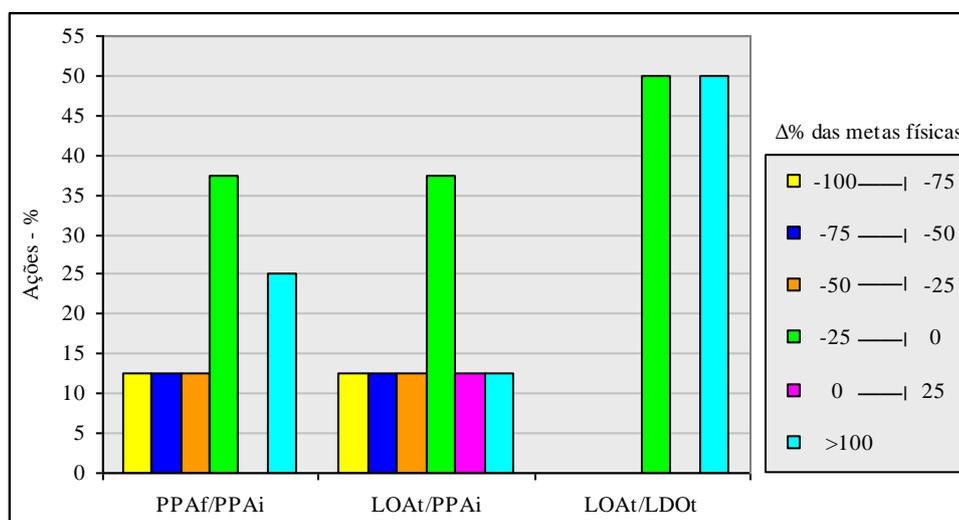


GRÁFICO 43 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 44 demonstra a variação das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários previstos nas LOAs em relação ao PPA inicial. Observa-se que duas ações: “Portal do Exportador” (2736), produto “sistema mantido”, e “Remuneração de Seguradoras pela Prestação de Serviços referentes ao Seguro de Crédito à Exportação” (6383), produto “comissão paga”, mantiveram coerentes as oscilações dos três indicadores.

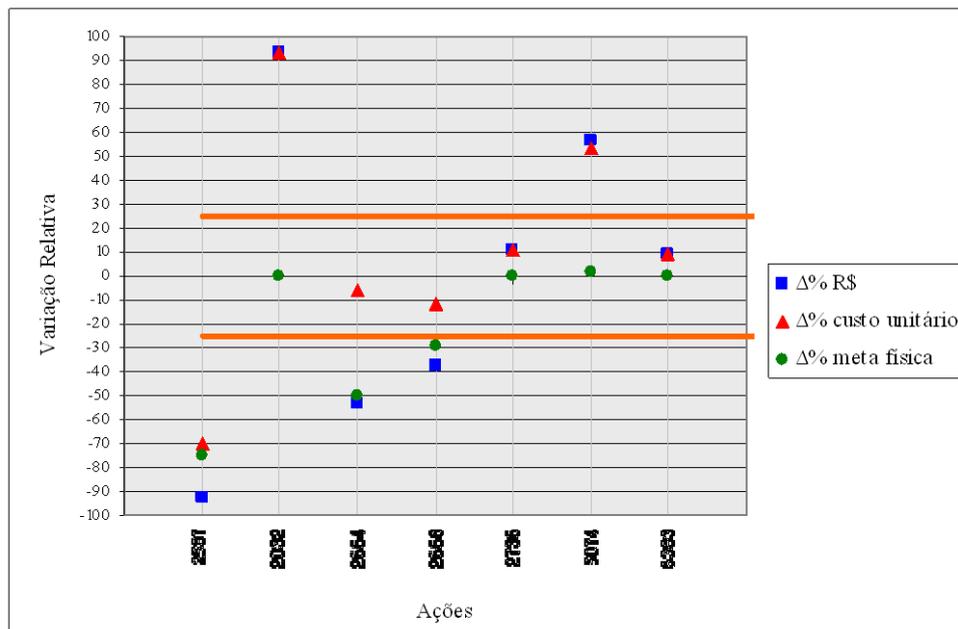


GRÁFICO 44 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que esse foi o grupo de ações que teve a menor oscilação entre as variações analisadas. A única ação que ultrapassou em mais de 100% a meta física inicial foi a “Radar Comercial” (2686), com 137,76%. Contudo, essa variação foi acompanhada da redução na previsão de recursos orçamentários, em -27,85%, ocasionando também a diminuição de - 69,66% no custo unitário.

| Ação | Δ% meta física | Δ% R\$ | Δ% custo unitário |
|------|----------------|--------|-------------------|
| 2686 | 137,76 | -27,85 | -69,66 |

QUADRO 17 – Relação das ações do setor “Emprego, PIB e Exportação” que apresentaram variação das metas maior que 100% na comparação entre LOAt e PPAi, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Quando se observam as variações das metas físicas estabelecidas nas LOAs em relação à previsão contida no PPA inicial e nas LDOs, verifica-se um comportamento das ações bastante harmônico. Grande parte das variações está concentrada próxima a faixa de intervalo admitida como razoável.

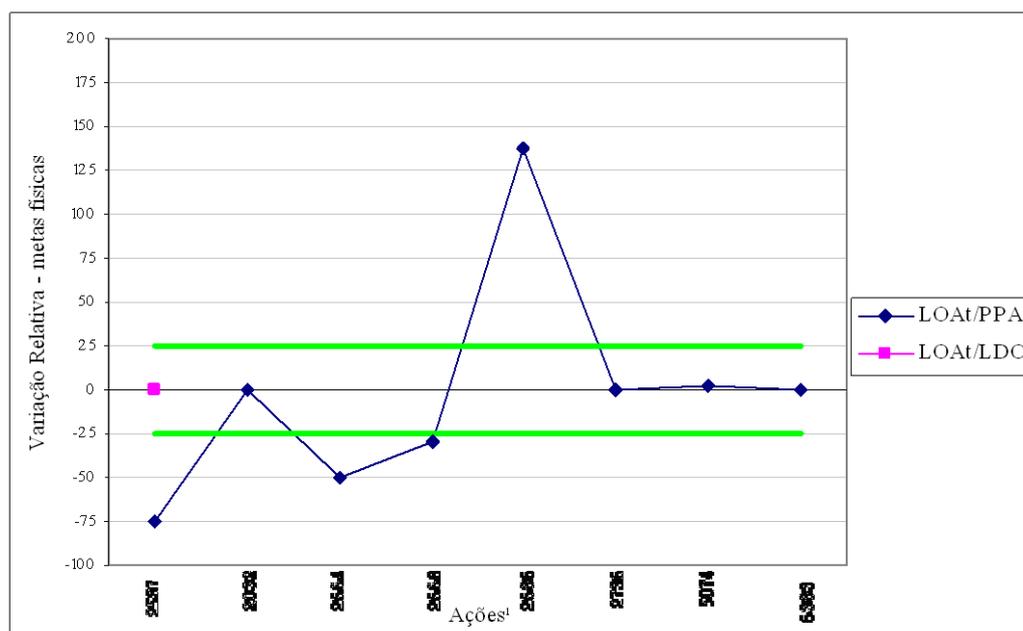


GRÁFICO 45 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Emprego, PIB e Exportação”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta as variações entre as metas físicas menores que 200%.

Das oito ações analisadas, apenas duas, o correspondente a 25%, foram incluídas nas LDOs do período, no entanto, não houve a permanência dessas ações como prioridades, já que a previsão na Lei de Diretrizes ocorreu, no máximo, em dois exercícios consecutivos.

TABELA 15 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e suas freqüências, para o setor “Emprego, PIB e Exportação”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 1 | 50,00 |
| em 2 exercícios | 1 | 50,00 |
| Total | 2 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.15 Energia Elétrica

A análise do tema Energia Elétrica ficou restrita a 17 ações em 3 programas: “Energia Cidadã” (0273), que teve o nome alterado para "Luz para Todos", “Energia na Região Norte” (0297) e “Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste” (0296). Registre-se, contudo, que a área engloba outros programas e diversas ações, os quais constam do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, estando fora do escopo da pesquisa.

Observando-se a variação ocorrida com as metas previstas no Plano Plurianual, verifica-se que quase metade das ações, 47,06%, foi excluída do PPA final. Apenas a ação

“Ampliação da Rede de Energia Elétrica Urbana na Região Sudeste” (10BO), produto “rede ampliada”, 5,88% do total, teve a meta mantida durante a vigência do Plano.

O comportamento das metas fixadas nas LOAs em comparação com as previstas no PPA inicial manteve a mesma variação comentada na análise anterior, com 47,06% das ações incluídas no Plano Plurianual sem previsão orçamentária. O outro maior conjunto, 29,41%, é formado pelas ações cujas metas orçamentárias ficaram bem inferiores das planejadas inicialmente, entre -100% e -75%.

Quando a comparação é realizada entre as metas das LDOs e das LOAs, observa-se um comportamento relativamente normal, com as metas físicas da maior parte das ações, 71,43%, superando as fixadas nas leis de diretrizes. No entanto, a soma das metas mascarou o fato de que as previsões nas LDOs, quando observadas em cada exercício, isoladamente, foram superiores às fixadas nas correspondentes LOAs, exceto em uma ação. Assim, neste grupo, em que pese o somatório das metas, relativas ao período total (2004-2007), ter apresentado um resultado habitual, com as metas das LDOs inferiores às das LOAs; na realidade, o exame de cada ação, com minúcia, revela que as previsões orçamentárias não observaram as metas estabelecidas como prioridade para o respectivo exercício.

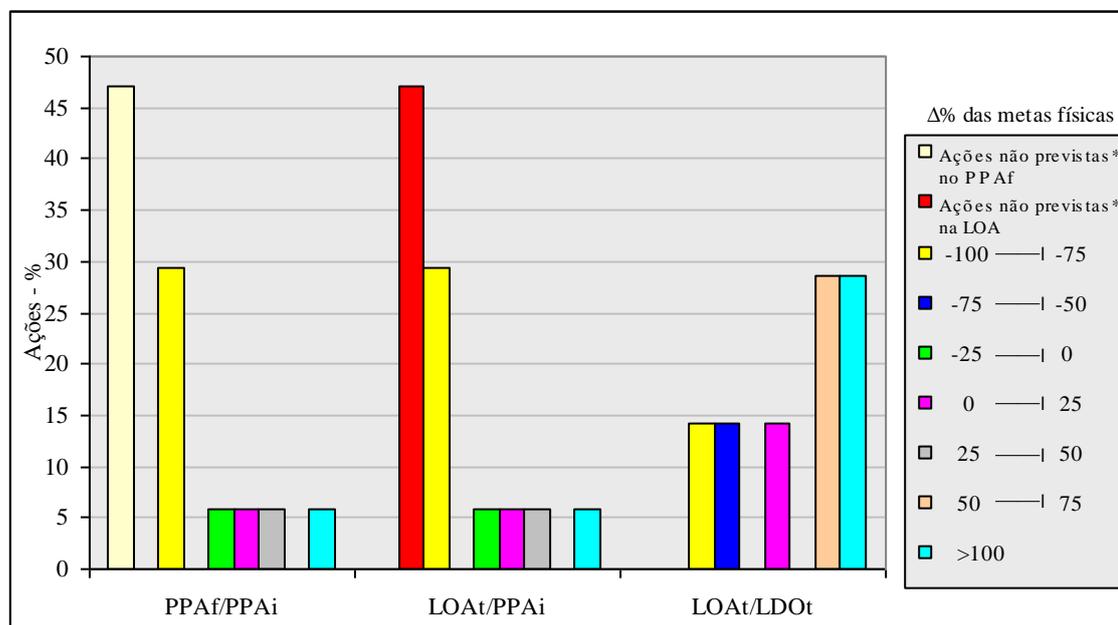


GRÁFICO 46 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Energia Elétrica”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

A comparação entre as LOAs e o PPA inicial, no que se refere a metas físicas, recursos financeiros e custos unitários demonstrou compatibilidade entre as variações de duas

O Gráfico 48, que demonstra as variações das metas físicas das LOAs em relação ao PPA inicial e às LDOs, evidencia todo o descolamento entre as previsões orçamentárias e os demais instrumentos de planejamento. Em relação ao PPA inicial, a maior parte das variações ficou aquém do previsto. Já quanto às metas das LDOs, conforme comentado, embora haja predomínio de metas superiores nas LOAs, não foi este o comportamento observado em cada exercício. Por outro lado, expõe a única ação, “Luz no Campo” (7054), que manteve, nas LOAs, praticamente as mesmas metas constantes do PPA inicial e das LDOs. Contudo, esta ação também teve suas prioridades superiores às previsões orçamentárias, quando analisadas as metas por exercício.

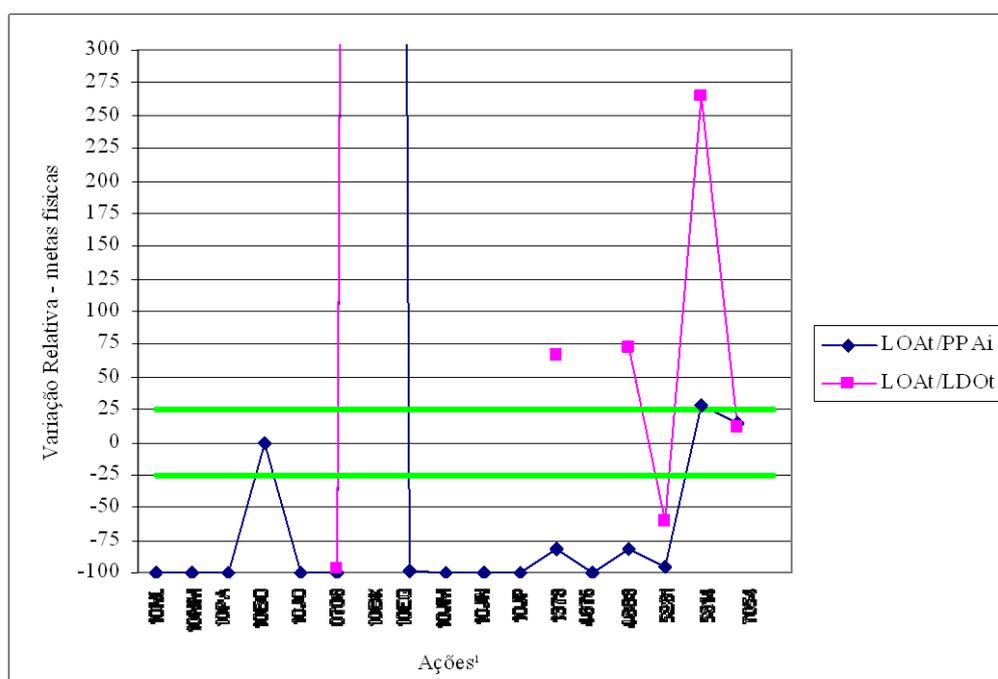


GRÁFICO 48 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Energia Elétrica”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

¹ O gráfico apresenta apenas as variações entre as metas físicas menores que 300%.

Das ações analisadas, 41,18% tiveram previsão nas LDOs do período. A frequência, porém, não foi regular, com as ações constando como prioridade em apenas um exercício em 71,43% dos casos.

TABELA 16 - Quantitativo de ações incluídas nas LDOs do período 2004-2007 e sua frequência, para o setor “Energia Elétrica”

| Ações incluídas na LDO | Quantidade | % |
|------------------------|------------|--------|
| em 1 exercício | 5 | 71,43 |
| em 2 exercícios | 1 | 14,29 |
| em 3 exercícios | 1 | 14,29 |
| Total | 7 | 100,00 |

Fonte: dados da pesquisa

7.2.16 Petróleo e Gás

Não obstante o tema Petróleo e Gás seja inerente às atividades de empresa estatal, integrando o orçamento de investimento, selecionou-se 6 ações do programa “Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível” (0271), consideradas diretamente relacionadas às metas prioritárias e pertencentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

O comportamento das metas contidas no PPA final em relação às previstas no PPA inicial foi regular, não registrando grandes incongruências. A maior parte das ações manteve a variação das metas físicas próximas das iniciais. Apenas uma ação, equivalente a 16,67%, não teve sua previsão mantida no PPA final.

Na comparação entre as metas fixadas nas LOAs e as previstas no PPA inicial, metade das ações apresentou metas orçamentárias superiores às metas iniciais, em, no máximo 50%.

Não houve previsão nas LDOs de metas relativas às ações analisadas.

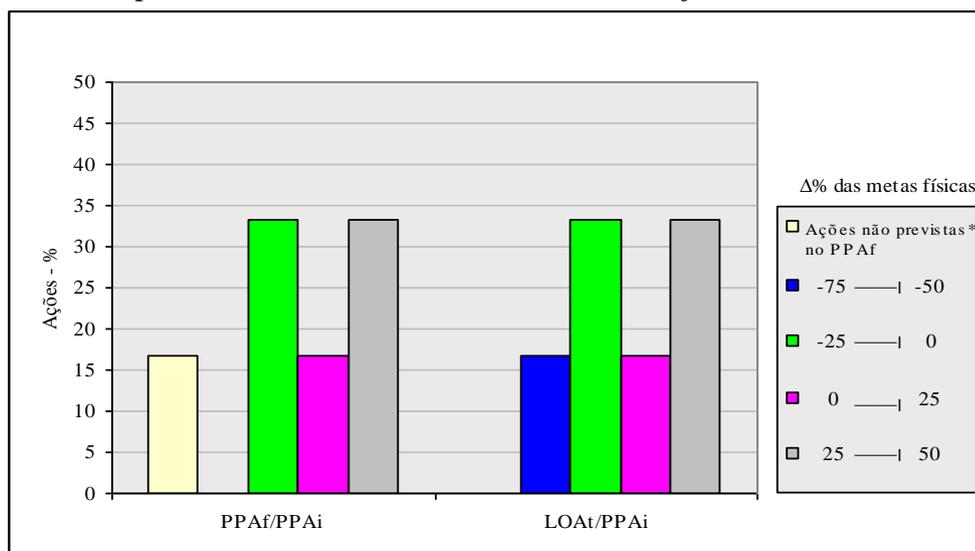


GRÁFICO 49 – Distribuição das ações em intervalos conforme a variação percentual das metas físicas na comparação entre PPAf/PPAi, LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* Foram consideradas como “não previstas” as ações que não constavam dos mesmos programas relacionados inicialmente.

As variações das metas físicas, dos recursos financeiros e dos custos unitários previstos nas LOAs em relação ao PPA inicial, para as ações do grupo Petróleo e Gás, apresentaram comportamento mais harmônico, quando comparadas às ações dos demais setores. As leis orçamentárias, em todos os exercícios, continham previsão de metas para todas as ações, cujas variações oscilaram entre -80% e 80%.

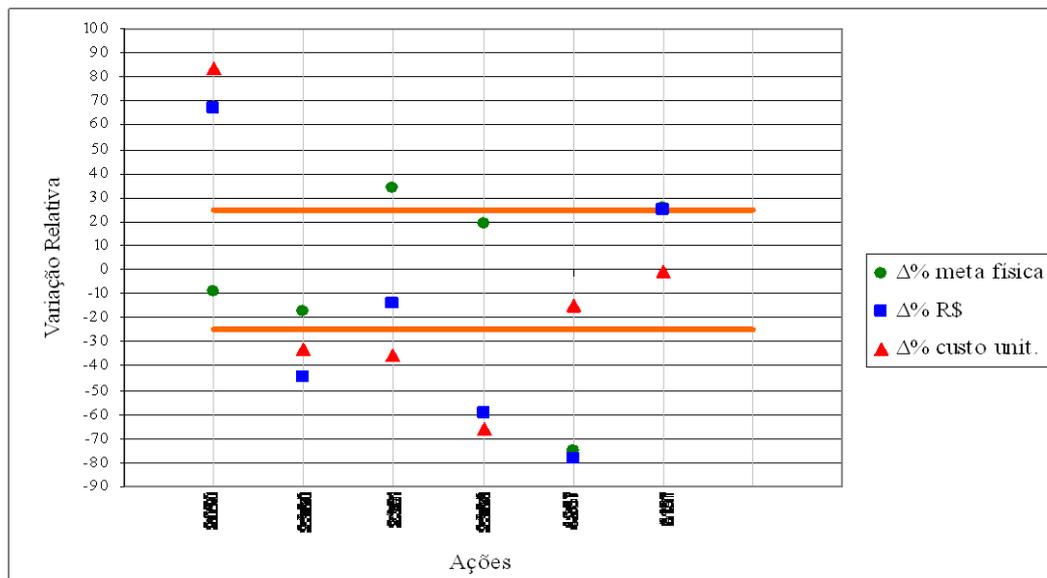


GRÁFICO 50 – Comportamento das ações conforme a variação relativa (entre -100% e 100%) das metas físicas, recursos financeiros e custos unitários na comparação entre LOAt e PPAi para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

Quando a observação das variações entre as LOAs e o PPA inicial refere-se apenas às metas físicas, a consistência é ainda maior, conforme se pode observar no Gráfico 51. Apenas a ação “Autorização das Atividades integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural e Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Álcool Combustível” (4267), produto “autorização outorgada”, apresentou meta aquém do planejamento inicial, contudo, esta ação teve previsão apenas na LOA 2004, pois sofreu alteração de nome e código com a revisão do PPA 2005.

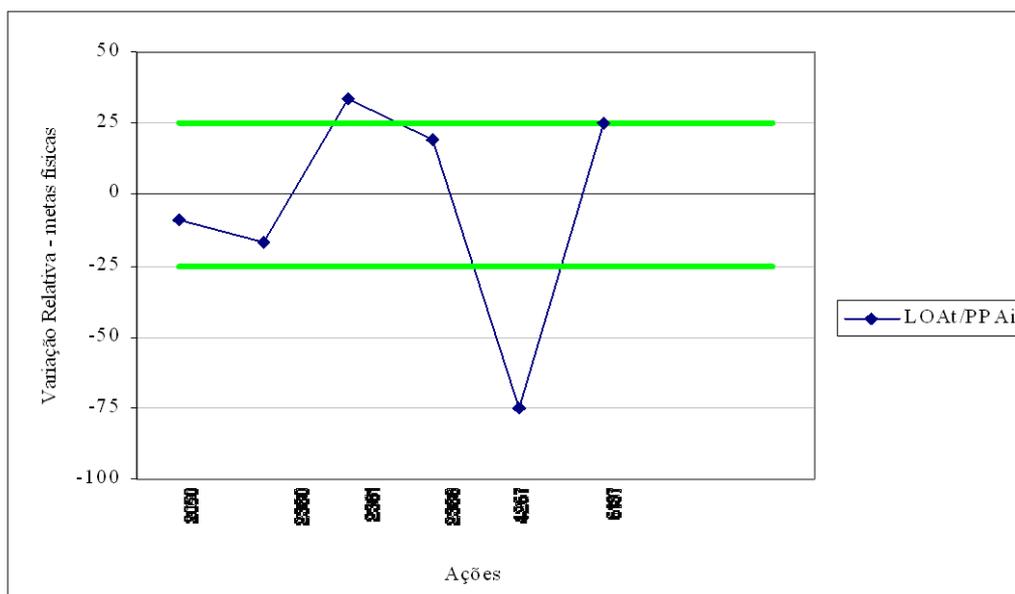


GRÁFICO 51 – Comportamento das ações conforme variação relativa das metas físicas na comparação entre LOAt/PPAi e LOAt/LDOt para o setor “Petróleo e Gás”, período 2004-2007

Fonte: dados da pesquisa

* O gráfico apresenta apenas a relação entre as LOAs e o PPAi, pois não houve previsão de ações nas LDOs.

8 CONCLUSÃO

A importância do planejamento governamental no processo das escolhas públicas torna-se evidente na medida em que se observam as dificuldades enfrentadas pelos governantes: escassez de recursos e excesso de demandas a ser atendidas. Para que as prioridades comuns da sociedade sejam alcançadas, é essencial a definição de metas coerentes, coordenadas e articuladas.

O planejamento orçamentário brasileiro, da forma como concebido pela Constituição Federal de 1988, supõe a integração entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa ligação entre o plano de médio prazo (PPA) e o orçamento (LOA), realizada por meio da eleição de metas e prioridades (LDO), é que demonstrará a eficácia do planejamento.

Inicialmente, é importante frisar que as conclusões aqui mencionadas referem-se apenas aos programas e ações analisados, tendo em vista não se tratar de amostra estatística. Assim, ainda que as referências possam parecer generalizadas, não há a intenção de expandir os seus resultados. Todavia, considerando tratar-se de programas e ações diretamente vinculados às metas prioritárias estabelecidas pelo governo, para os quais se supõe um tratamento diferenciado, as inferências ganham um alcance significativo.

O PPA 2004-2007, denominado “Plano Brasil de Todos”, fortaleceu o conceito de revisão periódica, prevendo a possibilidade de apresentação ao Congresso Nacional de projetos de lei de revisões anuais, com vistas a realinhar as ações de Governo, adequando-as à evolução das conjunturas interna e externa, e garantir a atualidade e a eficácia do plano.

Ocorre que essas revisões demonstraram a fragilidade do processo inicial de planejamento, profundamente alterado e desconfigurado. As modificações anuais transformaram o planejamento de médio prazo, como deve ser o PPA, em planejamento de curto prazo, tendo em vista que, a cada ano, várias alterações nos atributos dos programas e ações, bem como nas metas foram promovidas.

Mais grave ainda é a distorção causada no processo orçamentário, pela inclusão no PPA de metas previstas nos orçamentos de exercícios anteriores, acrescidas dos créditos adicionais, bem como nos projetos de leis do exercício seguinte. Isso significa que a ordem constitucional e lógica de elaboração da LOA com base no PPA foi invertida. O que ocorreu no PPA 2004-2007 foi a previsão de metas no plano de acordo com as fixadas nos orçamentos

do período. Não faz sentido algum um planejamento de médio prazo ser alterado por previsões passadas, as quais já foram efetivadas.

Essas revisões, contudo, apresentaram uma importante inovação introduzida pelo Plano Brasil de Todos. Trata-se da sistemática de “programação deslizando”, que consiste na inclusão de um exercício de programação a cada revisão do Plano, a fim de não prejudicar a continuidade e a integração entre sucessivos quadriênios, necessárias em muitos programas e ações. No entanto, ainda não há registro da eficácia dessa programação nos exercícios posteriores, bem como no plano seguinte.

Entende-se que deve haver a possibilidade de realização de revisões no PPA, contudo os esforços deveriam ser concentrados na elaboração de um plano inicial factível, que realmente espelhasse um planejamento de médio prazo. É evidente que poderiam ser necessárias alterações, considerando a superveniência de fatores externos e internos, mas deveriam representar exceções, não incidir sobre a maior parte do plano.

Da forma como as revisões do PPA 2004-2007 foram efetivadas, pode-se inferir a fragilidade do planejamento inicial, o que suscita outras críticas, como o desperdício de recursos públicos na elaboração do plano, aumentando os custos transacionais do processo orçamentário. Em que pese essa constatação, questão de ordem preliminar sobressai do estudo realizado, ao se constatar que se trata de um documento elaborado em cumprimento a obrigação constitucional, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal e tem o dever legal de propiciar a *accountability* do planejamento dos gastos públicos e dos resultados deles esperados. Caso contrário, resta-nos indagar: para que serve o plano plurianual?

O descolamento entre as previsões das metas continuou a ser percebido na relação entre o PPA e as leis orçamentárias, com o maior conjunto de ações sendo composto daquelas que, apesar de constarem no plano, não foram sequer incluídas nos orçamentos. Menos de um quarto das ações sofreram mudanças de metas consideradas admissíveis. Nas demais, alterações significativas foram inseridas e, em alguns casos, até absurdas.

Com o aprofundamento da análise das variações ocorridas entre o PPA e as LOAs, incluindo-se a observação dos recursos financeiros previstos, bem como dos custos unitários de cada produto, novamente, apenas uma minoria de ações manteve a variação desses itens homogênea. Isso demonstra outra deficiência do planejamento orçamentário: a ausência de um sistema de custos. Não há um tratamento coerente na definição de metas físicas e financeiras. A impressão que passa é que a previsão dessas metas é independente, mas, ao contrário, deveria estar totalmente vinculada.

Quando se observam as metas físicas fixadas nas LOAs em relação às estabelecidas nas LDOs, quase metade das ações apresentou uma variação nas metas superior ao dobro da estimada. Não que isso seja uma ilegalidade, é perfeitamente aceitável que as metas orçamentárias ultrapassem as priorizadas, significando que a intenção é executar mais do que a parcela considerada prioritária, entretanto, revela total descompasso entre os dois instrumentos.

Outro dado, contudo, revela um comportamento contrário à prescrição constitucional de compatibilidade da LOA em relação à LDO. Isso porque quase um quinto das ações previstas como prioritárias não constaram dos orçamentos. Em outros casos, embora estivessem previstas orçamentariamente, as metas físicas, observadas por exercício, não atingiram os valores fixados como prioridades.

O que chama a atenção nesses casos é o curtíssimo prazo entre a elaboração dessas duas normas, para que sejam necessárias tantas alterações de metas e prioridades, como as que ocorreram. A LDO deve estar aprovada até o final do primeiro semestre de um exercício, para orientar a elaboração da LOA, que deve ser aprovada até o final do mesmo ano. Levando-se isso em consideração, infere-se que não foi dada a importância imprescindível às metas e prioridades anteriormente estabelecidas.

No relacionamento proposto entre as metas fixadas no PPA inicial e nas LDOs do período, verificou-se que menos da metade das ações foram previstas simultaneamente nos dois instrumentos. Observou-se, ainda, não haver continuidade na previsão de ações como prioridades, com uma parcela quase insignificante de ações permanecendo prioritárias durante os quatro exercícios. Não que se esperasse a manutenção das mesmas ações sempre como prioridades, mas que se visualizasse um pouco mais de coerência nas escolhas durante o período de vigência do plano.

Também não foi verificada harmonia na variação das metas físicas de cada ação, quando a LOA é comparada simultaneamente com o PPA inicial e com a LDO. Esse fato demonstra a ausência, na maioria das ações, da integração entre os instrumentos, pois caso ocorresse, haveria proximidade entre as metas previstas no plano plurianual (planejamento de médio prazo), na lei de diretrizes (ligação entre PPA e LOA) e, por fim, no orçamento (remate do processo).

Registre-se que a forma visualizada para possibilitar a comparação entre PPA, previsto para um período de quatro anos, e LOA e LDO, fixadas a cada exercício, foi realizando o somatório das metas fixadas nestas duas últimas. Embora possa parecer simplista, foi o que permitiu o cotejamento entre instrumentos que possuem vigências

diferentes. Por outro lado, trouxe também um problema: em alguns casos, a soma das metas encobriu o fato de a previsão da LOA, observada a cada exercício, ter ficado aquém da estabelecida na LDO. Ainda assim, foi a melhor maneira encontrada para se avaliar um comportamento geral, sem, contudo, desprezar as peculiaridades inerentes a cada ação.

Outro ponto importante a ser destacado é a confiabilidade dos dados, no que se refere à sua elaboração. Quanto à origem das informações, não há dúvidas, as metas estavam previstas nas leis. Todavia, os casos cujas variações apresentaram-se muito discrepantes transmitem a impressão de que houve equívoco durante a fixação das metas. Não é razoável admitir que ações, que não tenham sofrido modificação de produto ou de unidade de medida, tenham apresentado variação em suas metas físicas ou financeiras de mais de 1.000%, em alguns casos mais de 10.000%, chegando-se ao extremo de mais de 400.000%. Essas ocorrências podem ocasionar deficiências na análise dos resultados.

Diante do exposto, consigna-se que a análise quantitativa possui limitações. Não se pode observar apenas os números e deixar de lado os demais fatores que envolvem o planejamento orçamentário. Contudo, acredita-se ser o ponto de partida para um possível aperfeiçoamento do processo.

Merece consideração, ainda, ressaltar a responsabilidade do Congresso Nacional, que possui o poder de alterar os projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo. A atuação dos parlamentares e do Presidente da República deve ser harmônica e em consonância com o planejamento de médio prazo aprovado, mesmo que contrário a interesses específicos.

Por fim, ciente dos limites aos quais a pesquisa está inserida, esclarece-se que a intenção é de apenas contribuir para as discussões sobre a eficácia do planejamento de médio prazo e sua influência no orçamento. Trata-se de uma pequena demonstração de que algo precisa ser revisto, sejam as normas, seja a forma como são implementadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 193-228.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 74.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). *Anais do Senado Federal*: ata da 1ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de abril de 1987. Brasília, 1987. Relatório do Anteprojeto apresentado à Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/constituente/5b%20-%20SUBCOMISS%C3O%20DE%20OR%C7AMENTO%20E%20FISCALIZA%C7%C3O%20FINANCEIRA.pdf>>. Acesso em: set. 2008.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008a. p. 464.

_____. Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 jul. 2003a.

_____. Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jan. 2004a.

_____. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 2004b.

_____. Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 ago. 2004c.

_____. Lei nº 11.044, de 24 de dezembro de 2004. Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 2004d. Edição extra.

_____. Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 26 jan. 2005a.

_____. Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 set. 2005b.

_____. Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 maio 2006a.

_____. Lei nº 11.318, de 5 de julho de 2006. Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 06 jul. 2006b.

_____. Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2007 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 29 dez. 2006c.

_____. Lei nº 11.450, de 7 de fevereiro de 2007. Altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 fev. 2007a.

_____. Lei nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 fev. 2007b.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 maio 2000.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Plurianual para 2004-2007: exercício 2008, ano base 2004, 2005, 2006 e 2007: relatório de avaliação*. Brasília, 2008b. Disponível em: <<http://www.sigplan.gov.br/v4/appHome/defaultxp.asp#>>. Acesso em: 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Classificações orçamentárias*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/sistema_orcamentario/classificacoes_orcamentarias.htm>. Acesso em: 11 set. 2008c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Histórico das atividades orçamentárias*. Disponível em: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sof/sistema_orc/Historico_das_Atividades_Orcamentarias.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008d.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento e Finanças. *Manual técnico de orçamento federal – versão 2009*. Brasília, 2008e.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Mensagem Presidencial do PPA 2004-2007*. 2003b. Disponível em: <[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf)>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Nota técnica nº 67 SPI/MP, de 8/9/2005*. Disponível em:

<http://www.planobrasil.gov.br/arquivos_down/Nota_Tecnica_PL_Revisao_2005.pdf>.
Acesso em: set. 2008f.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano de Gestão do PPA 2004-2007*. 2004e. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/Modelo_Gestao.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. Tribunal de Contas da União. *Relatório das contas do Governo 2005: levantamento sobre "Responsabilidade Social"*. Brasília, 2006d.

_____. Tribunal de Contas da União. *Relatório de estudo: metodologia para análise dos Programas do PPA 2004/2007 nas contas do Governo da República*. Brasília, 2005c.

CORE, Fabiano Garcia. Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 219-261.

FERNANDES, Jorge; JACOBY, Ulisses; MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Responsabilidade fiscal: lei complementar nº 101 de 04/05/2000*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. cap. 3.

GARCIA, R. C. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, n. 776)

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GONTIJO, Vander. *Origens do orçamento*. 2004. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/origens.html>> . Acesso em: 3 set. 2008.

GREGGIANIN, Eugenio. *Reforma orçamentária: efetividade do Sistema de Planejamento e Orçamento (PPA/LDO/LOA)*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/orcamentobrasil/orcamentouniao/estudos/artigos/Artigo300.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2008.

KEY JÚNIOR, Valdimir Orlando. A ausência de uma teoria orçamentária. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v.2, p. 33-41.

LEWIS, Verne B. Em direção a uma teoria orçamentária. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 43-69.

MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. 337 p.

PARES, Ariel Garces; VALLE, Beatrice Kassar do. A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). *Planejamento e orçamento governamental*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1, p. 229-270.

PETERS, B. Guy. *The capacity to govern: moving back to the center?*. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá, 2003.

REZENDE, Fernando et al. *O orçamento público e a transição do poder*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. 160 p.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. As precariedades do planejamento do setor público e suas perniciosas conseqüências na receita, na despesa e na realidade brasileira (Saudades de Empreendedores como Roosevelt, Juscelino...). *Cadernos ASLEGIS*, Brasília, v. 6, n. 22, p. 1-130, 2004.

TORRES, Ricardo Lobo. *O orçamento na Constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. p. 395.

_____. *Tratado de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. p. 70-73.

WILDAVSKY, A. *Political implications of budgetary reform*. Public Administration Review, 1961. Disponível em: <http://teachingassistant.com/uploads/2/budgeting/03wildavsky_PoliticalImplicationsBudgetReform.pdf> Acesso em: 4 set. 2008.

APÊNDICE A – Relação entre as metas prioritárias e os programas de governo

| Metas Prioritárias | Programas Relacionados |
|--|--|
| 1. Emprego, PIB e Exportação | |
| Criação de postos de trabalho | 0103 Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, 0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior |
| Expansão da taxa de crescimento do PIB | |
| Redução da taxa anual de inflação (IPCA) entre 2003 e 2007 | |
| Crescimento do comércio exterior – Exportação e importação de bens e serviços | |
| Saldo da Balança Comercial – em cada ano | |
| 2. Educação | |
| Analfabetismo Absoluto | 1060 Brasil Alfabetizado, 1061 Brasil Escolarizado, 1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação e 1066 Escola Básica Ideal |
| Ensino Fundamental | |
| Ensino Médio | |
| Capacitação de professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio | |
| Implantação da Escola Básica Ideal para o Ensino Fundamental e Médio | |
| Ensino Fundamental para Jovens e Adultos | |
| Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental | |
| Distribuição de Uniformes para Alunos Carentes do Ensino Fundamental | |
| 3. Saúde | |
| Ampliar o acesso da população aos serviços de saúde na atenção ambulatorial e hospitalar no Sistema Único de Saúde | 1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde, 1214 Atenção Básica em Saúde, 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos e 1312 Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos (somente a ação 6176) |
| Implantar equipes de saúde da família, Agentes Comunitários de Saúde e Equipes de Saúde Bucal | |
| Garantir acesso da população a medicamentos essenciais | |
| Reduzir o índice de mortalidade infantil | |
| 4. Saneamento | |
| Serviços urbanos de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de coleta e disposição final de resíduos sólidos | 0122 Saneamento Ambiental Urbano, 8007 Resíduos Sólidos Urbanos |
| Taxa de cobertura de serviços urbanos de coleta e tratamento de esgoto | |
| Taxa de municípios com disposição adequada de resíduos sólidos | |
| 5. Habitação | |
| Financiar ou apoiar a produção de unidades habitacionais | 9991 Habitação de Interesse Social e 0138 Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária |
| Regularização fundiária para população de baixa renda | |
| 6. Assistência Social – Transferência de Renda | |
| Programa de Transferência de Renda com Condicionais | 1335 Transferência de Renda com Condicionais |
| 7. Reforma Agrária | |
| Fortalecimento da Agricultura Familiar | 0351 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, 0135 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais, 1116 Crédito Fundiário, 0137 Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária e 1060 Brasil Alfabetizado |
| Reforma Agrária - Novos assentamentos e consolidação de assentamentos precários | |
| Crédito Fundiário – Possibilitar o acesso à terra e apoio produtivo | |
| Titulação de propriedades | |
| Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária | |
| 8. Ciência & Tecnologia | |
| Aumento do número de doutores formados por ano. | 0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa e 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (somente as ações com produtos: pesquisas e artigos) e 0393 Propriedade Intelectual |
| Aumento da produção científica | |
| Aumento do número de depósitos de patentes | |
| 9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital | |
| Aumento das exportações de software | 0465 Sociedade da Informação, 1008 Inclusão Digital |
| Inclusão digital | |
| Elevação do número de usuários de Internet | |
| 10. Agricultura e Pecuária | |
| Safra de grãos | 0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais, 0352 Abastecimento Agroalimentar, 0359 Desenvolvimento da Bovideocultura, 0367 Desenvolvimento da Suídeocultura e 0371 Desenvolvimento da Avicultura |
| Aumento da exportação de carne | |
| Erradicação, até o ano de 2006, da Febre aftosa no território nacional | |
| 11. Micro e Pequenas Empresas | |
| Aumento da participação das MPES no volume total de exportações | 0419 Desenvolvimento de Micros, Pequenas e Médias Empresas e 1015 Arranjos Produtivos Locais |
| Apoio e incentivo a arranjos produtivos locais. | |
| Aumento da oferta de crédito para micro e pequenas empresas | |
| 12. Meio Ambiente | |
| Aumento da área florestal manejada | 0506 Nacional de Florestas, 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer e 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis |
| Redução dos focos de incêndio | |
| Formação de educadores ambientais | |

| Metas Prioritárias | Programas Relacionados |
|---|---|
| 13. Energia Elétrica | |
| Expansão da geração de energia elétrica em Usinas Hidrelétricas, Termelétricas e Eólicas (potência instalada de 2003 = 84.654 MW) – | 0273 Energia Cidadã, 0297 Energia na Região Norte, 0294 Energia na Região Nordeste, 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste e 0295 Energia na Região Sul (somente as ações do OF e OS) |
| Expansão das linhas de transmissão (extensão das linhas existentes em 2003 = 79.416 km) – | |
| Universalização dos serviços de energia elétrica | |
| 14. Petróleo e Gás | |
| Ampliação da produção de petróleo | 0271 Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Álcool Combustível |
| Aumento da capacidade de refino de petróleo | |
| Ampliação da malha de gasodutos | |
| Disponibilização de gás | |
| 15. Transportes | |
| Recuperação/manutenção de rodovias | 0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal, 0237 Corredor Araguaia-Tocantins, 0238 Corredor Fronteira Norte, 0230 Corredor Leste, 0233 Corredor Mercosul, 0235 Corredor Nordeste, 0229 Corredor São Francisco, 0236 Corredor Oeste-Norte, 0232 Corredor Sudoeste e 0231 Corredo Transmetropolitano |
| Recuperação/manutenção de rodovias | |
| Construção/adequação de rodovias | |
| Construção de ferrovias | |
| Implantação de hidrovias | |
| Ampliação da capacidade portuária | |
| 16. Recursos Hídricos | |
| Revitalização e integração de bacias, com vazão de 75 m ³ /s | 1036 Integração de Bacias Hidrográficas, 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver, 0515 Proágua Infra-Estrutura e 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada |
| Fornecimento de água potável para habitantes de 200 localidades do semi-árido | |
| Proágua – Infra-Estrutura | |
| Desenvolvimento da Agricultura Irrigada. Aumento da área irrigada como promoção do desenvolvimento regional | |

APÊNDICE B – Relação de programas e ações selecionados

| LEGENDA |
|--|
| Ações previstas apenas no PPA final |
| Ações previstas no PPA inicial (financeiro), mas sem metas físicas |
| Ações com metas no PPA inicial, mas que sofreram alteração de produto e/ou unidade |
| Ações com metas físicas no PPA inicial |

| Programas/Ações | |
|-------------------------------------|---|
| 1. Emprego, PIB e Exportação | |
| 1 | 0103 Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda |
| 1 | 2597 Monitoramento das Cadeias Produtivas e dos Beneficiários |
| 2 | 8617 Controle, Monitoramento e Avaliação das Aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT |
| 2 | 0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior |
| 3 | 10WQ Implementação de Centros de Distribuição e Logística no Exterior |
| 4 | 2022 Análise de Processos de Defesa Comercial |
| 5 | 2032 Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE |
| 6 | 2664 Capacitação de Técnicos em Negociações Internacionais de Comércio |
| 7 | 2668 Serviços de Comércio Exterior |
| 8 | 2686 Radar Comercial |
| 9 | 2696 Negociações Internacionais nas Áreas de Indústria, Comércio e Serviços |
| 10 | 2736 Portal do Exportador |
| 11 | 2762 Promoção de Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX |
| 12 | 2764 Edição e Distribuição de Material Técnico para Orientação ao Exportador |
| 13 | 2766 Capacitação de Profissionais de Comércio Exterior |
| 14 | 2770 Monitoramento de Barreiras Técnicas |
| 15 | 5074 Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior - SISCOMEX |
| 16 | 6383 Remuneração de Seguradoras pela Prestação de Serviços referentes ao Seguro de Crédito à Exportação |
| 2. Educação | |
| 3 | 1060 Brasil Alfabetizado |
| 17 | 0081 Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Fazendo Escola |
| 18 | 0507 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos |
| 19 | 0920 Concessão de Bolsa ao Alfabetizador |
| 20 | 0929 Apoio à Distribuição de Material Didático para Alfabetização |
| 21 | 0931 Apoio à Distribuição de Merenda Escolar aos Alfabetizando Jovens e Adultos |
| 22 | 0934 Apoio ao Transporte Escolar para Alfabetizando Jovens e Adultos |
| 23 | 0965 Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos |
| 24 | 0972 Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos |
| 25 | 09BT Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos |
| 26 | 09EP Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos |
| 27 | 09ET Apoio à Capacitação dos Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos |
| 28 | 2E12 Bolsa Alfabetizado |
| 29 | 4474 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária |
| 30 | 6290 Avaliação Nacional de Competências da Educação de Jovens e Adultos - ANCEJA |
| 31 | 6295 Distribuição de Obras Literárias com Linguagem Própria para o Recém-Alfabetizado |
| 32 | 6299 Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos |
| 33 | 6300 Serviço de Bibliotecas Itinerantes |
| 34 | 6873 Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos |
| 35 | 7756 Fornecimento de Óculos para Alunos Portadores de Deficiência Visual |
| 36 | 8361 Universidade na Educação de Jovens e Adultos - UNIEJA |
| 4 | 1061 Brasil Escolarizado |
| 37 | 006N Fomento aos Centros de Formação por Alternância - Escolas Famílias Agrícolas (EFAS) |
| 38 | 0081 Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos |
| 39 | 0507 Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Ensino Fundamental a Jovens e Adultos |
| 40 | 0509 Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental |
| 41 | 0511 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial |
| 42 | 0513 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica |
| 43 | 0515 Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental |
| 44 | 09CW Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública |
| 45 | 09DM Apoio a Inovações Educacionais |
| 46 | 09EA Apoio à Distribuição de Material Didático para Formação Continuada em Educação Ambiental |
| 47 | 09EB Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação |
| 48 | 09EV Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública |
| 49 | 0915 Poupança-Escola |
| 50 | 0916 Apoio à Difusão de Metodologias Inovadoras de Professores do Ensino Médio |
| 51 | 0919 Apoio a Projetos de Cursos voltados para a Diversidade Social e Cultural |
| 52 | 0921 Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio Noturno |
| 53 | 0922 Apoio à Educação para a Ciência no Ensino Médio |
| 54 | 0925 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educativas Complementares nos Municípios |
| 55 | 0932 Apoio à Educação Profissional com Elevação de Escolaridade |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 56 | 0936 Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Médio |
| 57 | 0939 Garantia das Condições de Aprendizagem |
| 58 | 0946 Apoio à Educação Fundamental no Campo |
| 59 | 0947 Apoio à Educação Ambiental nas Escolas Públicas de Educação Básica |
| 60 | 0952 Apoio ao Ensino Médio de Jovens e Adultos Trabalhadores |
| 61 | 0954 Apoio à Distribuição de Materiais Didáticos e Pedagógicos para o Ensino Fundamental |
| 62 | 0962 Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio |
| 63 | 0964 Apoio à Distribuição de Material Didático para Pré-escola |
| 64 | 0965 Apoio à Distribuição de Material Didático-Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos |
| 65 | 0969 Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental |
| 66 | 0971 Correção do Fluxo Escolar |
| 67 | 0975 Apoio a Grupos Socialmente Desfavorecidos para Acesso à Universidade |
| 68 | 0978 Apoio à Distribuição de Material Didático para Promoção de uma Cultura de Paz nas Escolas de Ensino Fundamental |
| 69 | 12CH Expansão do Uso do Sinal do TV Escola |
| 70 | 12CJ Expansão do Uso do Rádio Escola |
| 71 | 2991 Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal |
| 72 | 2A74 Funcionamento da TV Escola |
| 73 | 2C96 Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia |
| 74 | 3682 Expansão e Melhoria da Rede Escolar (PROMED) |
| 75 | 3686 Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PROMED) |
| 76 | 3693 Fortalecimento da Escola - Fundescola II |
| 77 | 4001 Funcionamento do Ensino Fundamental na Rede Federal |
| 78 | 4014 Censo Escolar da Educação Básica |
| 79 | 4017 Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB |
| 80 | 4022 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB |
| 81 | 4041 Aquisição de Vagas na Rede Particular de Ensino Fundamental |
| 82 | 4042 Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica |
| 83 | 4045 Distribuição de Acervos Bibliográficos |
| 84 | 4046 Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental |
| 85 | 4389 Capacitação para o Exercício do Controle Social |
| 86 | 5079 Fortalecimento da Escola - Fundescola III |
| 87 | 6113 Distribuição de Material Didático para a Educação Especial |
| 88 | 6131 Disseminação do Conhecimento sobre Educação Especial |
| 89 | 6135 Distribuição de Material Especializado e de Livros e Textos no Sistema Braille |
| 90 | 6290 Avaliação Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ANEJA |
| 91 | 6291 Avaliação Internacional de Alunos (PISA) |
| 92 | 6292 Avaliação Nacional das Condições da Educação Básica - ACEB |
| 93 | 6298 Resgate da Cidadania da Criança e do Adolescente em Situação de Risco |
| 94 | 6304 Promoção da Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar |
| 95 | 6318 Funcionamento do Instituto Benjamin Constant - IBC |
| 96 | 6321 Funcionamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| 97 | 6322 Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio |
| 98 | 6325 Distribuição de Uniformes Escolares para Alunos do Ensino Fundamental |
| 99 | 6351 Produção e Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil |
| 100 | 6372 Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública |
| 101 | 6375 Distribuição de Material de Apoio à Educação à Distância e ao Uso de Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação |
| 102 | 6464 Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física do Colégio Pedro II |
| 103 | 7744 Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação |
| 104 | 8263 Avaliação da Alfabetização |
| 105 | 869R Transmissão do Sinal Via Satélite do TV Escola |
| 5 | 1072 Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação |
| 106 | 0914 Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Médio |
| 107 | 0917 Apoio à Especialização Pedagógica de Professores do Ensino Médio |
| 108 | 0966 Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental |
| 109 | 0968 Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio (PROMED) |
| 110 | 0972 Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos |
| 111 | 0973 Apoio à Capacitação de Professores da Educação Infantil |
| 112 | 0976 Apoio à Capacitação de Educadores para a Promoção de uma Cultura de Paz nas Escolas de Ensino Fundamental |
| 113 | 0977 Apoio à Capacitação de Professores e Profissionais para Educação Especial |
| 114 | 09CY Apoio à Formação Continuada de Professores para Ações Educativas Integradas |
| 115 | 09DP Apoio à Formação Continuada dos Trabalhadores Estaduais e Municipais da Educação Básica |
| 116 | 09EB Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação |
| 117 | 0A30 Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica |
| 118 | 2C62 Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura |
| 119 | 2C95 Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio-Técnico de Funcionários da Educação Básica - Profucionário |
| 120 | 3676 Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional (PROEP) |
| 121 | 4050 Produção e Veiculação de Programas e de Cursos de Capacitação Continuada por Meio das Tecnologia de Informação e Comunicação |
| 122 | 5430 Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Profissional (PROEP/FAT) |
| 123 | 6315 Qualificação de Docentes em nível de Pós-Graduação |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 124 | 6319 Capacitação de Profissionais para a Área da Surdez |
| 125 | 6327 Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Infantil e Fundamental |
| 126 | 6330 Certificação de Professores da Educação Infantil e Fundamental |
| 127 | 6331 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Infantil |
| 128 | 6332 Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Leigos |
| 129 | 6333 Fortalecimento da Política Nacional para Formação Inicial e Continuada de Professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental |
| 130 | 6357 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento do Ensino Fundamental |
| 131 | 6358 Capacitação de Docentes da Educação Profissional |
| 132 | 6369 Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública |
| 133 | 6377 Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola |
| 134 | 8007 Fomento à Rede de Pesquisa e ao Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental |
| 135 | 8379 Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil |
| 6 | 1066 Escola Básica Ideal |
| 136 | 0923 Apoio à Implantação do 4º Ano Vocacional no Ensino Médio |
| 137 | 0928 Apoio à Implantação de Projetos Juvenis no Ensino Médio |
| 138 | 0937 Apoio à Reestruturação da Rede Pública de Ensino para Escola Básica Ideal |
| 139 | 0944 Apoio à Implementação da Escola Básica Ideal |
| | 3. Saúde |
| 7 | 1220 Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde |
| 140 | 003K Apoio aos Sistemas Estaduais e Municipais de Auditoria |
| 141 | 0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada |
| 142 | 0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada |
| 143 | 4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil |
| 144 | 4525 Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde |
| 145 | 6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais |
| 146 | 6154 Auditoria de Serviços Cadastrados no Sistema Único de Saúde |
| 147 | 6155 Auditoria de Gestão no Sistema Único de Saúde |
| 148 | 6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal |
| 149 | 6839 Fomento ao Desenvolvimento da Gestão, Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde |
| 150 | 7664 Reestruturação do Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar |
| 151 | 8537 - Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Auditoria |
| 152 | 8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde |
| 153 | 8585 Atenção à Saúde da População nos Municípios Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Habilitados em Gestão Plena/Avançada |
| 154 | 8587 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada |
| 8 | 1214 Atenção Básica em Saúde |
| 155 | 003P Apoio ao Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica |
| 156 | 0442 Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil Habitantes |
| 157 | 0587 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros |
| 158 | 0589 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para a Saúde da Família |
| 159 | 0808 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde |
| 160 | 0810 Apoio à Gestão Descentralizada da Atenção Básica nos Municípios |
| 161 | 0812 Apoio à Expansão e Consolidação da Saúde da Família |
| 162 | 0814 Apoio à Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Crônico-Degenerativas |
| 163 | 6150 Monitoramento e Avaliação da Atenção Básica |
| 164 | 6838 Atenção à Saúde Bucal |
| 165 | 8573 Expansão e Consolidação da Saúde da Família |
| 166 | 8575 Prevenção e Detecção Precoce das Doenças Não Transmissíveis |
| 167 | 8577 Atendimento Assistencial Básico nos Municípios Brasileiros |
| 168 | 8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde |
| 9 | 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos |
| 169 | 0593 Incentivo Financeiro a Municípios habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica - PAB para Assistência Farmacêutica Básica |
| 170 | 0804 Apoio à Estruturação dos Serviços de Assistência Farmacêutica na Rede Pública |
| 171 | 10UF Aquisição de Planta Farmacêutica de Produção para Expansão e Diversificação da Capacidade Produtiva de Medicamentos e Fitoterápicos |
| 172 | 10UI Aquisição de Planta Farmacêutica de Produção para Expansão e Diversificação da Capacidade Produtiva de Medicamentos e Fitoterápicos |
| 173 | 11PE Adequação da Planta Industrial de Fármacos em Jacarepaguá |
| 174 | 2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos |
| 175 | 4365 Produção de Imunobiológicos |
| 176 | 4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde |
| 177 | 4705 Assistência Financeira para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais |
| 178 | 6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos |

| Programas/Ações | |
|----------------------|---|
| 179 | 7660 Instalação de Farmácias Populares |
| 180 | 7672 Adequação da Planta Industrial de Imunobiológicos |
| 181 | 7680 Construção de Planta-Piloto de Imunobiológicos |
| 182 | 8415 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares |
| 10 | 1312 Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos |
| 183 | 6176 Atenção à Saúde da Criança |
| 4. Saneamento | |
| 11 | 0122 Saneamento Ambiental Urbano |
| 184 | 002K Apoio para o Desenvolvimento Institucional de Operadores Públicos de Saneamento Ambiental em Municípios com População Superior a 30.000 Habitantes |
| 185 | 002L Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com população Superior a 30.000 Habitantes |
| 186 | 002M Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30.000 habitantes |
| 187 | 0586 Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) |
| 188 | 0636 Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 15.000 habitantes |
| 189 | 0640 Apoio a Projetos de Combate ao Desperdício de Água |
| 190 | 0654 Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 15.000 Habitantes |
| 191 | 0798 Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano |
| 192 | 0800 Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes |
| 193 | 2905 Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas |
| 194 | 3861 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes |
| 195 | 5528 Saneamento Básico para Controle de Agravos |
| 196 | 6136 Capacitação de Gestores e Técnicos sobre Educação em Saúde voltada para Ações de Saneamento |
| 197 | 6908 Fomento à Educação em Saúde Voltada para o Saneamento Ambiental |
| 198 | 7652 Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos |
| 199 | 7654 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes |
| 12 | 8007 Resíduos Sólidos Urbanos |
| 200 | 002N Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas |
| 201 | 004B Apoio a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 habitantes |
| 202 | 0638 Apoio à Elaboração de Projetos para Implantação e Ampliação dos Sistemas de Resíduos Sólidos Urbanos |
| 203 | 0650 Apoio à Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População Superior a 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas |
| 204 | 0780 Apoio a Projetos de Aproveitamento Energético das Emissões de Metano resultante de Resíduos Sólidos |
| 205 | 0863 Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos |
| 206 | 0B99 Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais |
| 207 | 09HU Apoio à Elaboração de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos em Áreas Urbanas Com População Entre 30 mil e 250 mil Habitantes |
| 208 | 101W Implantação de Projetos Demonstrativos de Gestão Ambiental de Resíduos Sólidos e de Redução da Contaminação em Áreas Urbanas de Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes |
| 209 | 11KO - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue |
| 210 | 3984 Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes e Municípios com Risco de Dengue |
| 211 | 5102 Implantação de Comitês Gestores Locais (Lixo & Cidadania) |
| 212 | 6458 Sistema de Informação em Gestão Ambiental Urbana |
| 213 | 6459 Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes |
| 214 | 86AA - Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos |
| 5. Habitação | |
| 13 | 9991 Habitação de Interesse Social |
| 215 | 005Y Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias da Zona Rural |
| 216 | 006B Apoio a Projetos de Habitação Popular com Materiais não Convencionais |
| 217 | 006I Apoio ao Poder Público para Ampliação do Acesso do Idoso à Habitação Popular |
| 218 | 0648 Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda |
| 219 | 0B62 Apoio à Elaboração de Planos Habitacionais de Interesse Social |
| 14 | 0138 Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária |
| 220 | 0574 Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil |
| 221 | 0859 Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos |
| 222 | 1642 Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos |
| 223 | 2105 Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural |
| 224 | 2110 Regularização Fundiária de Imóveis Rurais |
| 225 | 2114 Sistema de Cadastro Rural |

| Programas/Ações | |
|---|---|
| 226 | 4426 Georreferenciamento de Imóveis Rurais |
| 227 | 5148 Implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR |
| 6. Assistência Social – Transferência de Renda | |
| 15 | 1335 Transferência de Renda com Condiionalidades |
| 228 | 003Q Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema para Melhoria da Situação de Segurança Alimentar e Combate às Carências Nutricionais |
| 229 | 003U Transferência Variável de Renda diretamente a Famílias com Crianças de 7 a 15 Anos |
| 230 | 003V Transferência Variável de Renda diretamente às Famílias Beneficiárias de Outros Auxílios Similares Extintos |
| 231 | 006O Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza |
| 232 | 099A Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais |
| 233 | 6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único |
| 234 | 6524 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda |
| 7. Reforma Agrária | |
| 16 | 0351 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf |
| 235 | 001T Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas |
| 236 | 006F Contribuição ao Fundo de Aval de Empréstimo à Agricultura Familiar |
| 237 | 0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003) |
| 238 | 0620 Apoio a Projetos Municipais de Infra-estrutura e Serviços em Agricultura Familiar |
| 239 | 10EZ Apoio a Implantação de Centro Nacional de Pesquisa em Agricultura Familiar - Região Sul |
| 240 | 1C13 Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares no Nordeste Brasileiro |
| 241 | 2B54 Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel |
| 242 | 2C76 Gestão de Riscos no Seguro da Agricultura Familiar |
| 243 | 4260 Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares |
| 244 | 4266 Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar |
| 215 | 4280 Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar |
| 246 | 4448 Capacitação de Agricultores Familiares |
| 247 | 4791 Remuneração às Instituições Financeiras pela Operação do PRONAF |
| 248 | 6276 Capacitação de Produtores Familiares nos Perfímetros Públicos de Irrigação |
| 249 | 6462 Fomento a Projetos de Assistência Técnica e Extensão para Agricultura Familiar |
| 17 | 0135 Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais |
| 250 | 0062 Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas – Implantação |
| 251 | 4274 Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais |
| 252 | 4296 Implantação de Projetos de Assentamento Rural |
| 253 | 4460 Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária |
| 254 | 4464 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Implantação |
| 18 | 1116 Crédito Fundiário |
| 255 | 0061 Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras |
| 256 | 1545 Estruturação de Assentamentos e Investimentos Comunitários (Combate à Pobreza Rural) |
| 257 | 2373 Capacitação de Executores do Crédito Fundiário |
| 258 | 2B01 - Remuneração ao Agente Financeiro pela Operacionalização do Fundo de Terras |
| 259 | 2C77 Reestruturação de Unidades Produtivas Financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária |
| 19 | 0137 Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária |
| 260 | 0427 Concessão de Crédito-Instalação aos Assentados – Recuperação |
| 261 | 2B06 Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária |
| 262 | 4312 Recuperação, Qualificação e Emancipação de Projetos de Assentamento Rural |
| 263 | 4320 Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias |
| 264 | 4358 Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais |
| 265 | 4470 Assistência Técnica e Capacitação de Assentados – Recuperação |
| 266 | 5158 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária |
| 8. Ciência & Tecnologia | |
| 20 | 0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa |
| 267 | 0900 Concessão de Bolsa de Estímulo à Pesquisa |
| 268 | 0901 Concessão de Bolsa de Formação e Qualificação de Pesquisadores |
| 269 | 0902 Concessão de Bolsa de Iniciação à Pesquisa |
| 270 | 0903 Concessão de Bolsa de Pesquisa em Desenvolvimento Tecnológico Empresarial |
| 21 | 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| 271 | 0803 Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais |
| 272 | 2C66 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado |
| 273 | 2D34 Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores |
| 274 | 2C67 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Estudos e Tecnologias Estratégicas para o Nordeste - CETENE |
| 275 | 3080 Produção e Melhoria da Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados |
| 276 | 4122 Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS |
| 277 | 4123 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas |
| 278 | 4124 Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Frequência |
| 279 | 4125 Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi |
| 280 | 4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA |
| 281 | 4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral |
| 282 | 4129 Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas Amazônicos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA |
| 283 | 4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |

| Programas/Ações | |
|------------------------|---|
| 284 | 4136 Pesquisa e Desenvolvimento sobre os Recursos Naturais da Região Amazônica no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA |
| 285 | 4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica |
| 286 | 4158 Fomento à Pesquisa Fundamental |
| 287 | 4174 Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST |
| 288 | 4186 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Pesquisas Renato Archer |
| 289 | 4188 Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – OS |
| 290 | 4192 Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicação da Luz Síncrotron e Outros Aceleradores na Associação Brasileira de Luz Síncrotron - ABTLuS – OS |
| 291 | 4213 Fomento à Publicação de Revistas Científicas e Tecnológicas Nacionais |
| 292 | 4661 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas |
| 293 | 4665 Fomento a Núcleos de Excelência – PRONEX |
| 294 | 4938 Fomento à Pesquisa Estratégica em Saúde |
| 295 | 4972 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional de Tecnologia – INT |
| 296 | 6228 Funcionamento do Laboratório de Plasma para Fusão Termonuclear Controlada |
| 297 | 6237 Desenvolvimento de Pesquisa nas Unidades Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| 298 | 8667 - PESQUISA UNIVERSITÁRIA E DIFUSÃO DE SEUS RESULTADOS |
| 22 | 0393 Propriedade Intelectual |
| 299 | 2026 Concessão de Registro de Marca |
| 300 | 2027 Concessão de Patentes |
| 301 | 2028 Registro de Programas de Computador |
| 302 | 2029 Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia |
| 303 | 2732 Concessão de Registro de Indicações Geográficas |
| 304 | 2734 Concessão de Registro de Desenho Industrial |
| 305 | 2760 Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual |
| 306 | 3578 Reforma do Edifício-Sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI |
| 307 | 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação |
| 308 | 5078 Implantação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes |
| 309 | 6481 Disseminação de Informações Tecnológicas |
| | 9. Tecnologia da Informação e Inclusão Digital |
| 23 | 1008 Inclusão Digital |
| 310 | 103Z Implantação de Banco de Dados sobre Ações Públicas de Inclusão Digital |
| 311 | 10PD Desenvolvimento de Projetos para Inclusão Digital da Crianças e Jovens |
| 312 | 10RE Desenvolvimento de Tecnologias para Inclusão Digital de Portadores de Necessidades Especiais |
| 313 | 11HB Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social |
| 314 | 11T7 Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos |
| 315 | 12B1 Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores |
| 316 | 1E13 Espaços Comunitários de Inclusão Digital - CASA BRASIL |
| 317 | 4919 Assistência Técnica para Implantação e Manutenção de Telecentros |
| 318 | 5E73 Apoio a Projetos de Inclusão Digital |
| 319 | 6272 Avaliação e Fomento à Elaboração e à Implementação de Projetos de Inclusão Digital |
| 320 | 6492 Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital |
| 321 | 6867 Capacitação de Multiplicadores |
| 24 | 0465 Sociedade da Informação |
| 322 | 10RH Implantação de Pólo Virtual |
| 323 | 2199 Capacitação de Recursos Humanos em Pesquisa e Desenvolvimento para o Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) |
| 324 | 4023 Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Tecnologias para a Sociedade da Informação no Setor Produtivo |
| 325 | 4141 Serviços de Tecnologia de Informação para a Indústria |
| 326 | 4172 Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa |
| 327 | 4185 Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) |
| 328 | 4202 Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Software para Exportação |
| 329 | 4655 Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS |
| 330 | 4952 Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho – SINAPAD |
| 331 | 4957 Apoio à Capacitação de Docentes (multiplicadores) no Uso dos Recursos de Tecnologia de Informação e Conhecimento para o Ensino e Aprendizagem das Ciências |
| 332 | 6432 Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores |
| | 10. Agricultura e Pecuária |
| 25 | 0352 Abastecimento Agroalimentar |
| 333 | 10GC Apoio à Implantação do Parque Multi-Funcional do Produtor Rural - Estado de Mato Grosso do Sul |
| 334 | 12BZ Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia – MG |
| 335 | 2130 Formação de Estoques Públicos |
| 336 | 2133 Operacionalização da Comercialização de Produtos |
| 337 | 2137 Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares |
| 338 | 2138 Aquisição de Produtos para Comercialização |
| 339 | 2798 Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar |
| 340 | 2802 Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar |
| 341 | 2808 Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador |
| 342 | 2829 Administração da Rede Própria de Armazéns |
| 343 | 2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar |

| Programas/Ações | |
|--------------------------------------|--|
| 344 | 2B83 Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA |
| 345 | 4702 Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras |
| 346 | 4706 Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento |
| 347 | 4710 Organização dos Micro e Pequenos Varejistas |
| 26 | 0361 Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais |
| 348 | 10EY Apoio a Implantação de Centro de Pesquisas em Grãos e Cereais - Estado de Tocantins |
| 349 | 4698 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais |
| 350 | 4760 Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para as Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais |
| 351 | 4764 Organização e Capacitação de Agentes Atuantes nas Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais |
| 352 | 4769 Prevenção e Controle de Pragas nas Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais |
| 27 | 0359 Desenvolvimento da Bovideocultura |
| 353 | 0658 Apoio aos Projetos Regionais de Incentivo à Bovinocultura Leiteira |
| 354 | 10GB Apoio à Implantação de Centro de Pesquisas em Bovideocultura - Estado de Tocantins |
| 355 | 2823 Operação e Manutenção de Unidades de Melhoramento |
| 356 | 4690 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Bovideocultura |
| 357 | 4719 Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Bovideocultura |
| 358 | 4724 Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Bovideocultura |
| 359 | 4766 Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose |
| 360 | 4771 Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca) |
| 361 | 4807 Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura |
| 362 | 4842 Erradicação da Febre Aftosa |
| 28 | 0367 Desenvolvimento da Suideocultura |
| 363 | 4700 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Suideocultura |
| 364 | 4772 Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Suideocultura |
| 365 | 4773 Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Suideocultura |
| 366 | 4808 Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura |
| 29 | 0371 Desenvolvimento da Avicultura |
| 367 | 1K81 Ações Emergenciais de Proteção Contra a Influenza Aviária |
| 368 | 4688 Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Avicultura |
| 369 | 4752 Fomento ao Uso de Material Genético Melhorado para a Avicultura |
| 370 | 4754 Organização e Capacitação de Agentes Atuantes na Avicultura |
| 371 | 4809 Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura |
| 11. Micro e Pequenas Empresas | |
| 30 | 0419 Desenvolvimento de Micros, Pequenas e Médias Empresas |
| 372 | 0494 Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios |
| 373 | 109C Construção de Barracão Industrial |
| 374 | 109T Implantação de Central de Negócios |
| 375 | 1C14 Inserção Internacional de Pequenas e Médias Empresas |
| 376 | 2374 Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas |
| 377 | 2710 Capacitação para o Crédito e Microcrédito |
| 378 | 2758 Fomento a Projetos Inovativos em Comércio Eletrônico |
| 379 | 2B09 Fomento à Implantação de Central de Negócios |
| 380 | 2B14 Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais |
| 381 | 5E78 Implantação de Infra-Estrutura em Condomínio Industrial |
| 382 | 6659 Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte |
| 383 | 6670 Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte |
| 31 | 1015 Arranjos Produtivos Locais |
| 384 | 0490 Apoio à Instalação de Incubadoras de Empresas nos Arranjos Produtivos Locais |
| 385 | 09HH Apoio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais |
| 386 | 109T Implantação de Central de Negócios |
| 387 | 2702 Capacitação de Multiplicadores da Metodologia dos Arranjos Produtivos Locais |
| 388 | 6558 Processos de Qualidade em Empresas de Software |
| 389 | 6562 Capacitação de Empresas de Produtos e Serviços de Software em Segmentos Emergentes |
| 390 | 6659 Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte |
| 391 | 6670 Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte |
| 12. Meio Ambiente | |
| 32 | 0506 Nacional de Florestas |
| 392 | 005D Apoio a Projetos de Manejo Comunitário Florestal |
| 393 | 0786 Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas |
| 394 | 0877 Apoio à Gestão dos Recursos Florestais |
| 395 | 10HU Manejo e Conservação Florestal |
| 396 | 10HV Implantação de Pólos de Reflorestamento |
| 397 | 12BW Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais |
| 398 | 2943 Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos |
| 399 | 2D11 Ordenamento do Uso Florestal Sustentável em Florestas Nacionais |
| 400 | 2D12 Gerenciamento de Concessões em Florestas Públicas |
| 401 | 2D13 Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis |
| 402 | 4950 Capacitação em Atividades Florestais |
| 403 | 4993 Certificação Florestal de Produtos Extrativistas |
| 404 | 6009 Manejo Sustentável de Florestas Nativas e Plantadas |
| 405 | 6035 Pesquisa e Desenvolvimento Florestal |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 406 | 6046 Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória |
| 407 | 6076 Extensão Florestal para a Ampliação das Iniciativas de Florestamento e Manejo Florestal |
| 408 | 6242 Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável |
| 409 | 6429 Fomento a Projetos de Extensão Florestal |
| 410 | 6454 Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas |
| 411 | 6643 Apoio à Gestão dos Recursos Florestais |
| 412 | 6682 Recomposição Florestal de Matas Ciliares |
| 413 | 6735 Manejo de Florestas Públicas |
| 414 | 7594 Modernização dos Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais |
| 415 | 7598 Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal |
| 33 | 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer |
| 416 | 2063 Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais |
| 417 | 3029 Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia (Proarco) |
| 418 | 6074 Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais |
| 419 | 6307 Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas |
| 420 | 6329 Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais |
| 34 | 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis |
| 421 | 09HO Apoio à Gestão Compartilhada da Educação Ambiental |
| 422 | 1997 Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental |
| 423 | 2965 Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental |
| 424 | 2972 Educação para Conservação da Biodiversidade |
| 425 | 2B35 Assistência Técnica para a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública |
| 426 | 2D08 Gestão Compartilhada da Educação Ambiental |
| 427 | 4232 Capacitação de Recursos Humanos para a Prevenção e Controle Ambiental nas Áreas Marítimas e Portuárias |
| 428 | 4932 Formação de Educadores Ambientais |
| 429 | 5E21 Construção de Aquário de Plantas Marinhas no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro |
| 430 | 6270 Educação Ambiental para Recursos Hídricos |
| 431 | 6857 Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental |
| | 13. Energia Elétrica |
| 35 | 0297 Energia na Região Norte |
| 432 | 10NL Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Babaquara no Rio Xingu no Estado do Par |
| 433 | 10NM Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Porteira em Oriximiná no Estado do Par |
| 434 | 10PA Estudo de Viabilidade de Implantação de UHE de São Luís do Tapajós (PA) |
| 36 | 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste |
| 435 | 10BO Ampliação da Rede de Energia Elétrica Urbana na Região Sudeste |
| 436 | 10JO Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Mato Grosso do Sul |
| 37 | 0273 Energia Cidadã |
| 437 | 0708 Apoio a Projetos de Oferta de Energia Elétrica por meio de Associações e Cooperativas Comunitárias (Prodeem) |
| 438 | 0B98 Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica |
| 439 | 10BK Implantação do Projeto Clarear - 100% de Eletrificação Rural |
| 440 | 10EG Implantação de Sistemas Energéticos com Base em Energia Renovável e de Linhas de Transmissão de Pontos Isolados com PCH |
| 441 | 10JM Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Mato Grosso |
| 442 | 10JN Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica na Bahia |
| 443 | 10JP Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica no Piau |
| 444 | 1379 Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (Prodeem) |
| 445 | 4876 Levantamento do Potencial Hidráulico de Pequenos Cursos d'Água |
| 446 | 4889 Capacitação de Usuários e de Agentes das Comunidades na Instalação, Operação e Manutenção dos Equipamentos de Produção de Energia Elétrica (Prodeem) |
| 447 | 5291 Implantação de Projetos-piloto de Mecanismo de Atendimento das Necessidades Energéticas em Áreas Remotas (Prodeem) |
| 448 | 5914 Energização Rural |
| 449 | 7054 Oferta de Energia Elétrica a Domicílios Rurais de Baixa Renda (Luz no Campo) |
| | 14. Petróleo e Gás |
| 38 | 0271 Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Alcool Combustível |
| 450 | 2050 Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural |
| 451 | 2379 Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural |
| 452 | 2380 Outorga de Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural |
| 453 | 2381 Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural |
| 454 | 2388 Regulamentação das Atividades da Indústria do Petróleo e da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Alcool Combustível |
| 455 | 4267 Autorização das Atividades integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural e Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo e Alcool Combustível |
| 456 | 6197 Fiscalização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo |
| 457 | 6596 Autorização das Atividades Integrantes da Indústria do Petróleo e Gás Natural |
| | 15. Transportes |
| 39 | 0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal |
| 458 | 10IL Adequação de Rodovias Federais |
| 459 | 1D40 Recuperação de Trechos Rodoviários - KM 0,0 - divisa DF/GO - na BR-040 - no Distrito Federal |
| 460 | 1D41 Recuperação de Trechos Rodoviários - Divisa DF/GO - Divisa GO/MG - na BR-040 - no Estado de Goiás |
| 461 | 1D43 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa MA/TO - WANDERLÂNDIA NA BR-226 - no Estado do Tocantins |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 462 | 1D60 Recuperação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/ES - Divisa ES/RJ - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo |
| 463 | 1E81 Restauração de Trechos Rodoviários na BR-259 no Estado do Espírito Santo |
| 464 | 1E96 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa GO/BA - ENTR. BR-242 - na BR-020/BA |
| 465 | 1E97 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa PI/CE - FORTALEZA - na BR-020/CE |
| 466 | 1E98 Recuperação de Trechos Rodoviários - BRASÍLIA - divisa DF/GO na BR-020/GO |
| 467 | 1E99 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa DF/GO - divisa GO/BA - na BR-020/GO |
| 468 | 1F71 Recuperação de Rodovias |
| 469 | 1F77 Recuperação de Trechos Rodoviários - Entroncamento BR-116/120 (Leopoldina) - Acesso a Lima Duarte - na BR-267 - no Estado de Minas Gerais |
| 470 | 1F78 Recuperação de Trechos Rodoviários - Entroncamento BR-342 (Araçuaí) - Divisa MG/RJ - na BR-120 - no Estado de Minas Gerais |
| 471 | 1F85 Recuperação Emergencial na BR-116 no Estado de São Paulo |
| 472 | 1J54 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa TO/MA - divisa MA/PA - na BR-010 - no Estado do Maranhão |
| 473 | 1J55 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa PA/MA - ENTR. BR-226/343 divisa MA/PI - na BR-316 - no Estado do Maranhão |
| 474 | 1J56 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa MA/PA - ENTR. BR-308/316 - na BR-010 - no Estado do Pará |
| 475 | 1J57 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-010/308 - divisa PA/MA - na BR-316 - no Estado do Pará |
| 476 | 1K10 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SE/BA - divisa BA/ES - na BR-101 - no Estado da Bahia |
| 477 | 1K11 Recuperação de Trechos Rodoviários - entroncamento BR-230/316 - divisa PI/CE - na BR-020 - no Estado do Piauí |
| 478 | 1K12 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa AL/SE - divisa SE/BA - na BR-101 - no Estado de Sergipe |
| 479 | 1K13 Recuperação de Trechos Rodoviários - entroncamento BR-101 (MANILHA) - entroncamento BR-116 (SANTA GUILHERMINA) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 480 | 1K14 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa PE/AL - divisa AL/SE - na BR-101 - no Estado de Alagoas |
| 481 | 1K15 Recuperação de Trechos Rodoviários - BERTOLÍNEA - divisa PI/BA - na BR-135 - no Estado do Piauí |
| 482 | 1K16 Recuperação de Trechos Rodoviários - UNIÃO DA VITÓRIA - divisa PR/SC - na BR-153 - no Estado do Paraná |
| 483 | 1K18 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa CE/RN - NATAL - na BR-304 - no Estado do Rio Grande do Norte |
| 484 | 1K20 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa MA/PI - divisa PI/PE - na BR-316 - no Estado do Piauí |
| 485 | 1K21 Recuperação de Trechos Rodoviários - entroncamento DF-295 (DIV GO/DF) - entroncamento DF-001 (EPCT) - na BR-251 - no Distrito Federal |
| 486 | 2324 Sinalização Rodoviária |
| 487 | 2325 Operação do Sistema de Pesagem de Veículos |
| 488 | 2834 Restauração de Rodovias Federais |
| 489 | 2841 Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias |
| 490 | 3E01 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-230/316 - divisa PI/CE - na BR-020/PI |
| 491 | 3E02 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-135 - JUIZ DE FORA - na BR-040/MG |
| 492 | 3E03 Recuperação de Trechos Rodoviários - CATALÃO - DIV. GO/MG - na BR-050/GO |
| 493 | 3E04 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIV. GO/MG - UBERLÂNDIA - na BR-050/MG |
| 494 | 3E05 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BA-306 (P/ CHORROCHO) - divisa BA/MG - na BR-116/BA |
| 495 | 3E06 Recuperação de Trechos Rodoviários - FORTALEZA - divisa PE/CE - na BR-116/CE |
| 496 | 3E07 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa BA/MG - divisa MG/RJ - na BR-116/MG |
| 497 | 3E08 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa CE/PB - divisa PB/CE - na BR-116/PB |
| 498 | 3E09 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa CE/PE - divisa PE/BA - na BR-116/PE |
| 499 | 3E10 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SP/PR - divisa PR/SC - na BR-116/PR |
| 500 | 3E11 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SC/RS - JAGUARÃO - na BR-116/RS |
| 501 | 3E12 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa TO/GO - divisa GO/MG - na BR-153/GO |
| 502 | 3E13 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa GO/MG - divisa MG/SP - na BR-153/MG |
| 503 | 3E14 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SP/PR - ENTR. BR-272 (P/ JAPIRA) - na BR-153/PR |
| 504 | 3E15 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SC/RS - ACEGUÁ - na BR-153/RS |
| 505 | 3E16 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa MG/SP - divisa SP/PR - na BR-153/SP |
| 506 | 3E17 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa PA/TO - divisa TO/GO - na BR-153/TO |
| 507 | 3E18 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa MT/GO - ENTR. BR-060 (A)/364 - na BR-158/GO |
| 508 | 3E19 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa GO/MS - TRÊS LAGOAS - na BR-158/MS |
| 509 | 3E20 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-080/242 - divisa MT/GO - na BR-158/MT |
| 510 | 3E21 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SC/RS - FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI - na BR-158/RS |
| 511 | 3E22 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-282 - divisa SC/RS - na BR-158/SC |
| 512 | 3E23 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA PR/MS - DIVISA MS/MT - NA BR-163/MS |
| 513 | 3E24 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA MS/MT - SANTA HELENA - NA BR-163/MT |
| 514 | 3E25 Recuperação de Trechos Rodoviários - MAL RONDON - ENTR. BR-272 - NA BR-163/PR |
| 515 | 3E26 Recuperação de Trechos Rodoviários - S. MIGUEL DO OESTE - DIVISA SC/PR - NA BR-163/SC |
| 516 | 3E27 Recuperação de Trechos Rodoviários - FORTALEZA - DIVISA CE/PI, NA BR-222/CE |
| 517 | 3E28 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA CE/PI - PIRIPIRI - NA BR-222/CE |
| 518 | 3E29 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-153 - DIV. MA/PA - NA BR-222/MA |
| 519 | 3E30 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. TO-280 - ENTR. BR-153 (GURUPI) - NA BR-242/TO |
| 520 | 3E31 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-116 - ENTR. BA-460 - NA BR-242/BA |
| 521 | 3E32 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-116 - ENTR. BR-365 - NA BR-25/MG |
| 522 | 3E33 Recuperação de Trechos Rodoviários - VITÓRIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262/ES |
| 523 | 3E34 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA ES/MG - DIVISA MG/SP - NA BR-262/MG |
| 524 | 3E35 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA SP/MS - CORUMBÁ - NA BR-262/MS |
| 525 | 3E37 Recuperação de Trechos Rodoviários - PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL - CANOINHAS - NA BR-280/SC |
| 526 | 3E38 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-407 - SALVADOR - NA BR-324/BA |
| 527 | 3E39 Recuperação de Trechos Rodoviários - PIRIPIRI - TERESINA - NA BR-343/PI |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 528 | 3E40 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA MG/GO - DIVISA GO/MT - NA BR-364/GO |
| 529 | 3E41 Recuperação de Trechos Rodoviários - CÁ CERES - DIV. MT/RO - NA BR-174/MT |
| 530 | 3E42 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA MT/RO - DIVISA RO/AC - NA BR-364/RO |
| 531 | 3E43 Recuperação de Trechos Rodoviários - DIVISA GO/MT - DIVISA MT/RO - NA BR-364/174/MT |
| 532 | 3E44 Recuperação de Trechos Rodoviários - MONTES CLAROS - DIVISA MG/GO - NA BR-365/MG |
| 533 | 3E45 Recuperação de Trechos Rodoviários - ENTR. BR-290 - ENTR. BR-158/287 - NA BR-392/RS |
| 534 | 3E46 Recuperação de Trechos Rodoviários - POÇOS DE CALDAS - DIVISA MS/SP - NA BR-459/MG |
| 535 | 4399 Serviço de Manutenção Terceirizada de Rodovias |
| 536 | 4400 Recuperação de Obras de Arte Especiais |
| 537 | 5E09 Restauração de Trecho Rodoviário - CAXAMBU - LEOPOLDINA - NA BR-267 - no Estado de Minas Gerais |
| 538 | 6097 Obras Rodoviárias Emergenciais |
| 539 | 7E81 Restauração do Trecho Entroncamento BR-262 - DIVINÓPOLIS - OLIVEIRA - ENTRONCAMENTO BR-381(E ACESSO NORTE) - NA BR-494 - no Estado de Minas Gerais |
| 540 | 7F05 Restauração de Acessos Rodoviários - NA BR-156 - no Estado do Amapá |
| 541 | 7F31 Recuperação de Pontes em Rodovias Federais |
| 40 | 0237 Corredor Araguaia-Tocantins |
| 542 | 106B Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso |
| 543 | 106F Construção de Trechos Rodoviários NA BR-308 no Estado do Maranhão |
| 544 | 106G Adequação de Trechos Rodoviários na BR-316 no Estado do Pará |
| 545 | 107O Ampliação e Recuperação do Porto de Itaqui |
| 546 | 10CA Ampliação do Terminal do Porto de Alcântara |
| 547 | 10DL Construção de Trechos Rodoviários no Estado de Goiás |
| 548 | 10DM Adequação de Contornos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás |
| 549 | 10DT Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado do Tocantins |
| 550 | 10DU Adequação de Travessias Urbanas em Rodovias Federais no Estado do Tocantins |
| 551 | 10DV Construção de Rodovias Federais no Estado do Tocantins |
| 552 | 10IH Adequação de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás |
| 553 | 10KK Construção de Contornos Rodoviários no Distrito Federal |
| 554 | 10KM Construção de Contornos Rodoviários no Estado de Goiás |
| 555 | 10KO Construção de Eclusa na Usina Hidrelétrica de Peixe-Angical no Rio Tocantins |
| 556 | 10KS Construção de Plataforma Multimodal no Estado do Tocantins |
| 557 | 10KY Construção de Pontes na BR-080 no Estado de Goiás |
| 558 | 10LK Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado do Tocantins |
| 559 | 10LN Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado de Goiás |
| 560 | 10LO Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado do Mato Grosso |
| 561 | 10LR Construção de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado do Goiás |
| 562 | 10LY Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado do Tocantins |
| 563 | 10LZ Construção de Trechos Rodoviários na BR-242 no Estado do Tocantins |
| 564 | 10ML Construção de Trechos Rodoviários na BR-414 no Estado de Goiás |
| 565 | 10MN Construção de Trechos Rodoviários na BR-422 no Estado do Par |
| 566 | 10ND Construção de Viadutos na BR-060 no Estado de Goiás |
| 567 | 10NH Construção do Terminal Offshore na Ilha dos Guarás no Arquipélago do Marajó |
| 568 | 10NO Implantação da Hidrovia da Ilha de Marajó (PA) |
| 569 | 10NP Implantação de Balizamento no Rio Tocantins no Estado do Tocantins |
| 570 | 10OG Melhoramentos da Hidrovia Araguaia-Tocantins |
| 571 | 11V8 Construção de Trechos Rodoviários na BR-010 no Estado de Tocantins |
| 572 | 11VA Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso |
| 573 | 1238 Construção de Trecho Rodoviário - Cocalzinho - Niquelândia - na BR-414 - no Estado de Goiás |
| 574 | 1244 Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado do Tocantins |
| 575 | 1310 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás |
| 576 | 1364 Construção de Trechos Rodoviários NA BR-242 no Estado do Mato Grosso |
| 577 | 1547 Construção da Eclusa de Lajeado no Estado do Tocantins |
| 578 | 1C81 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/MT - na BR-070 - no Estado de Goiás |
| 579 | 1E52 Construção de Cais em Municípios do Estado do Maranhão |
| 580 | 1E67 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Maranhão |
| 581 | 1E72 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Pará |
| 582 | 1E83 Construção de Trechos Rodoviários na BR-422 no Estado do Pará |
| 583 | 1F75 Construção de Trechos Rodoviários - Entroncamento GO-174 (Aparecida do Rio Claro) - Divisa GO/MT (Aragarças) - na BR-070 - no Estado de Goiás |
| 584 | 1F79 Adequação de Trechos Rodoviários - Entroncamento BR-010/380 - Entroncamento PA-402 (Ananindeua) - na BR-316 - no Estado do Pará |
| 585 | 1F81 Adequação de Travessia Urbana em Araguaína - na BR-153 - no Estado do Tocantins |
| 586 | 1F82 Recuperação de Ponte sobre o Estreito dos Mosquitos - na BR-135 - no Estado do Maranhão |
| 587 | 1K26 Recuperação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui - no Estado do Maranhão |
| 588 | 1K56 Dragagem dos Berços 100 a 103 e da retroárea dos Berços 100 e 101 no Porto de Itaqui - no Estado do Maranhão |
| 589 | 2336 Operação do Trecho Ferroviário Estreito - Pequiá - MA (Carajás) - no Estado do Maranhão |
| 590 | 3768 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás |
| 591 | 3E99 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Jataí - nas BRs 060/158/364 - no Estado de Goiás |
| 592 | 5750 Construção das Eclusas de Tucuruí - no Tocantins - no Estado do Pará |
| 593 | 5E15 Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga -na BR-242 - No Estado do Tocantins |
| 594 | 5E16 Construção de Pontes na BR-235 - No Estado do Tocantins |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 595 | 5E37 Implantação de Hidrovia no Estado do Mato Grosso |
| 596 | 5E39 Adequação de Trecho Rodoviário - Brasília - Águas Lindas de Goiás - na BR-070 - no Estado de Goiás |
| 597 | 5E48 Adequação de Trechos Rodoviários - na BR-450 - No Distrito Federal |
| 598 | 5E49 Adequação de Trechos Rodoviários - Taguatinga - Brazlândia - na BR-080 - No Distrito Federal |
| 599 | 5E50 Construção de Ponte - no Município de Imperatriz - no Estado do Maranhão |
| 600 | 5E57 Adequação de Trechos Rodoviários - No Estado de Goiás |
| 601 | 5E83 Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins |
| 602 | 5E85 Construção de Trechos Rodoviários na BR-080/414 no Estado de Goiás |
| 603 | 7136 Construção da Ferrovia Norte-Sul |
| 604 | 7218 Construção de Trechos Rodoviários NA BR-070 no Estado de Goiás |
| 605 | 7224 Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado de Tocantins |
| 606 | 7228 Construção de Ponte sobre o Estreito dos Mosquitos - na BR-135 - no Estado do Maranhão |
| 607 | 7232 Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal |
| 608 | 7443 Construção de Trechos Rodoviários NA BR-308 no Estado do Pará |
| 609 | 7542 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Distrito Federal |
| 610 | 7560 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-070 no Estado de Goiás |
| 611 | 7E57 Construção de Anéis Rodoviários - no Município de Araguaína - na BR-153 - no Estado de Tocantins |
| 612 | 7E63 Construção de Viadutos - no Município de Goiânia (km 501,8 - 502,0) na BR-153 - no Estado de Goiás |
| 613 | 7E65 Construção de Trechos Rodoviários - Divisa DF/GO - Cristalina - Divisa GO/MG - na BR-050 - no Estado de Goiás |
| 614 | 7E79 Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - São Miguel do Araguaia - na BR-080 - no Estado de Goiás |
| 615 | 7E80 Construção de Trechos Rodoviários no Estado de Goiás |
| 616 | 7F00 Adequação de Travessias Urbanas - na BR-153 - no Estado de Tocantins |
| 617 | 7F01 Construção de Anéis Rodoviários - na BR-010 - no Estado de Tocantins |
| 618 | 7F16 Adequação de Trechos Rodoviários no Distrito Federal |
| 619 | 7F21 Construção do Berço 100, Alargamento do Cais Sul e Ampliação do Porto de Itaqui - no Estado do Maranhão |
| 620 | 7F22 Construção de Ponte - no Município de Imperatriz - na BR-010 - no Estado do Maranhão |
| 621 | 7F23 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Divisa MT/GO - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso |
| 622 | 7F28 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento km 0 - Santa Isabel - Castanhal - Santa Maria - Cachoeira do Piraf - Divisa PA/MA - na BR-316 - no Estado do Pará |
| 623 | 7F34 Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Anápolis - no Estado de Goiás |
| 41 | 0238 Corredor Fronteira Norte |
| 624 | 109K Recuperação do Porto de Santana no Estado do Amapá |
| 625 | 10JL Ampliação da Infra-Estrutura Portuária no Estado do Amapá |
| 626 | 10JQ Ampliação do Trapiche Eliezer Levy no Estado do Amapá |
| 627 | 10JZ Construção de Anéis Rodoviários na BR-174 no Estado de Roraima |
| 628 | 10LE Construção de Porto em Macapá (AP) |
| 629 | 10LU Construção de Trechos Rodoviários na BR-210 no Estado do Amapá |
| 630 | 10MO Construção de Trechos Rodoviários na BR-431 no Estado do Roraima |
| 631 | 10MP Construção de Trechos Rodoviários na BR-433 no Estado do Roraima |
| 632 | 10MZ Construção de Trechos Rodoviários na Região Norte |
| 633 | 10NF Construção do Porto de Santa Maria do Boiaçu no Estado de Roraima |
| 634 | 10NX Implantação de Terminal Portuário em Manaus |
| 635 | 10OL Modernização do Porto de Santana |
| 636 | 10OR Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Amapá |
| 637 | 10OX Revitalização de Área Portuária no Estado do Amapá |
| 638 | 10OY Revitalização do Setor Comercial Portuário em Santana (AP) |
| 639 | 11XZ Construção de Trecho Rodoviário - São João da Balisa - Entre Rios - na BR-210 - no Estado de Roraima |
| 640 | 1210 Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Rondônia |
| 641 | 1408 Construção de Anéis Rodoviários na BR-364 no Estado do Acre |
| 642 | 1418 Construção de Trechos Rodoviários na BR-156 no Estado do Amapá |
| 643 | 1420 Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Acre |
| 644 | 1422 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Acre |
| 645 | 1428 Construção de Trechos Rodoviários na BR-317 no Estado do Amazonas |
| 646 | 1K38 Estudos e Projetos para Construção de Ponte sobre o Rio Oiapoque - Binacional - na BR-156 - no Estado do Amapá |
| 647 | 5E12 Construção de Trecho Rodoviário - Km 100 - Normandia - na BR-401 - No Estado de Roraima |
| 648 | 5E42 Construção de Terminais Fluviais - No Estado do Amapá |
| 649 | 5E43 Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Macapá - na BR-156 - No Estado do Amapá |
| 650 | 5E45 Construção de Portos - No Estado do Amapá |
| 651 | 5E58 Construção de Pontes e Obras de Arte Especiais - no Trecho Divisa PA/RR (km 0) - Entr. BR-174(A) / RR-170 (Novo Paraíso) - na BR-210 - No Estado de Roraima |
| 652 | 5E74 Melhoria das Condições de Navegação do Rio Caburi - no Município de Nhamundá - no Estado do Amazonas |
| 653 | 7242 Construção de Trechos Rodoviários na BR-432 no Estado de Roraima |
| 654 | 7456 Construção de Trechos Rodoviários na BR-401 no Estado de Roraima |
| 655 | 7457 Construção de Trechos Rodoviários na BR-210 no Estado de Roraima |
| 656 | 7461 Construção de Pontes na BR-156 no Estado do Amapá |
| 657 | 7462 Construção de Pontes na BR-317 no Estado do Acre |
| 658 | 7638 Construção da Ponte sobre o Rio Itacutú - na BR-401 - no Estado de Roraima |
| 659 | 7E95 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Boa Vista (Sul e Norte) (km 496,10 - km 524,10) - na BR-174 - no Estado de Roraima |
| 660 | 7E96 Construção de Trecho Rodoviário - Vila Central - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima |
| 661 | 7F02 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento AC-040 - Divisa AC/AM - na BR-317 - no Estado do Acre |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 662 | 7F03 Construção de Trechos Rodoviários - na BR-156 - no Estado do Amapá |
| 663 | 7F04 Construção de Trecho Rodoviário - na BR-210 (Perimetral Norte) - no Estado do Amapá |
| 664 | 7F41 Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Abunã - na BR-364 |
| 42 | 0230 Corredor Leste |
| 665 | 10BS Construção de Anéis Rodoviários na BR-393 no Estado do Rio de Janeiro |
| 666 | 10BX Construção de Contornos Rodoviários na BR-135 no Estado de Minas Gerais |
| 667 | 10CD Adequação de Acessos Rodoviários na BR-365 no Estado de Minas Gerais |
| 668 | 10CK Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo |
| 669 | 10CL Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo |
| 670 | 10CP Adequação Ferroviária no Estado do Rio de Janeiro |
| 671 | 10CQ Dragagem nos Portos do Estado do Rio de Janeiro |
| 672 | 10EA Adequação de Trechos Rodoviários na BR-020 no Distrito Federal |
| 673 | 10IF Adequação de Contornos Rodoviários na BR-040 no Estado de Minas Gerais |
| 674 | 10IG Adequação de Contornos Rodoviários no Estado de Espírito Santo |
| 675 | 10IQ Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo |
| 676 | 10IS Adequação de Trechos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais |
| 677 | 10JB Adequação de Trechos Rodoviários na BR-262 no Estado de Minas Gerais |
| 678 | 10JE Adequação de Trechos Rodoviários na BR-365 no Estado de Minas Gerais |
| 679 | 10JH Adequação Ferroviária no Estado de Minas Gerais |
| 680 | 10KC Construção de Contornos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais |
| 681 | 10KF Construção de Contornos Rodoviários na BR-259 no Estado do Espírito Santo |
| 682 | 10KI Construção de Contornos Rodoviários na BR-365 no Estado de Minas Gerais |
| 683 | 10KJ Construção de Contornos Rodoviários na BR-494 no Estado do Rio de Janeiro |
| 684 | 10KZ Construção de Pontes na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro |
| 685 | 10LJ Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Espírito Santo |
| 686 | 10LS Construção de Trechos Rodoviários na BR-154 no Estado de Minas Gerais |
| 687 | 10MA Construção de Trechos Rodoviários na BR-251 no Estado de Minas Gerais |
| 688 | 10MB Construção de Trechos Rodoviários na BR-259 no Estado de Minas Gerais |
| 689 | 10MH Construção de Trechos Rodoviários na BR-367 no Estado de Minas Gerais |
| 690 | 10MJ Construção de Trechos Rodoviários na BR-383 na Região Sudeste |
| 691 | 10MR Construção de Trechos Rodoviários na BR-447 no Estado do Espírito Santo |
| 692 | 10NC Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Rio de Janeiro |
| 693 | 10UB Construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro |
| 694 | 11H1 Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Barra Mansa - no Estado do Rio de Janeiro |
| 695 | 11X1 Adequação de Ramal Ferroviário no Estado de Minas Gerais |
| 696 | 11X6 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-458 no Estado de Minas Gerais |
| 697 | 11VF Construção de Acesso Rodoviário na BR-135 no Estado de Minas Gerais |
| 698 | 11VH Adequação de Trechos Rodoviários na BR-040 no Estado de Minas Gerais |
| 699 | 11VJ Construção de Contornos Rodoviários na BR-381 em Minas Gerais |
| 700 | 11VV Construção de Trechos Rodoviários na BR-356 no Estado de Minas Gerais |
| 701 | 11WB Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Cachoeiro de Itapemirim - na BR-482 - no Estado do Espírito Santo |
| 702 | 11WP Recuperação de Trecho Ferroviário - Pacobaíba Piabetá - no Estado do Rio de Janeiro |
| 703 | 11W7 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Colatina - na BR-259 - no Estado do Espírito Santo |
| 704 | 1B80 Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Juiz de Fora - no Estado de Minas Gerais |
| 705 | 1B81 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Campo Belo - no Estado de Minas Gerais |
| 706 | 1B97 Adequação de Trecho Rodoviário - Belo Horizonte - Divisa SP/MG - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais |
| 707 | 1B98 Adequação de Trecho Rodoviário - Governador Valadares - Belo Horizonte - na BR-381 - no Estado de Minas Gerais |
| 708 | 1D61 Adequação de Ramal Ferroviário - no Município de Patrocínio - no Estado de Minas Gerais |
| 709 | 1E43 Adequação de Contornos Rodoviários na BR-251 no Estado de Minas Gerais |
| 710 | 1E45 Construção de Contornos Rodoviários na BR-452 no Estado de Minas Gerais |
| 711 | 1E48 Construção de Anéis Rodoviários na BR-265 no Estado de Minas Gerais |
| 712 | 1E50 Adequação de Travessias Urbanas na BR-494 no Estado de Minas Gerais |
| 713 | 1E51 Construção de Trechos Rodoviários na BR- 474 no Estado de Minas Gerais |
| 714 | 1E53 Construção de Contornos Rodoviários na BR-265 no Estado de Minas Gerais |
| 715 | 1E65 Construção de Trechos Rodoviários na BR-484 no Estado do Espírito Santo |
| 716 | 1E66 Construção de Trechos Rodoviários na BR-393 no Estado do Espírito Santo |
| 717 | 1E64 Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo |
| 718 | 1E68 Construção de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Minas Gerais |
| 719 | 1E73 Construção de Acessos Rodoviários na BR-116 no Estado do Rio de Janeiro |
| 720 | 1E87 Construção de Trechos Rodoviários na BR-447 no Estado do Espírito Santo |
| 721 | 1E88 Construção de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo |
| 722 | 1K17 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 - Entroncamento BR-040 - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 723 | 1K22 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MG - Entroncamento BR-365 - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais |
| 724 | 1K23 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais |
| 725 | 1K79 Adequação de Travessia Urbana - no Município de Uberlândia - na BR-365/050/452 - no Estado de Minas Gerais |
| 726 | 1K80 Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso Sul Paraopeba - Entr. MG-424 (p/ Sete Lagoas) - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais |
| 727 | 12ER Adequação de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo |
| 728 | 12HP Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - no Município de Vespasiano - no Estado de Minas Gerais |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 729 | 12HR Construção de Passagem Superior sobre a Linha Férrea - no Município de Sarzedo - no Estado de Minas Gerais |
| 730 | 1304 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-050 no Estado de Minas Gerais |
| 731 | 1310 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás |
| 732 | 1336 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de Minas Gerais |
| 733 | 3318 Construção de Trechos Rodoviários na BR-352 no Estado de Minas Gerais |
| 734 | 3E49 Adequação de Acesso Rodoviário na BR-101 - Acesso ao Porto de Itaguaí - no Estado do Rio de Janeiro |
| 735 | 3E50 Adequação de Trecho Rodoviário - Entrada BR-101 (Manilha) - Entrada BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 736 | 5394 Eliminação de Pontos Críticos |
| 737 | 5789 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Volta Redonda - na BR-393 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 738 | 5E26 Construção de Anel Rodoviário - no Município de Araxá - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais |
| 739 | 5E27 Construção de Passagem Superior sobre Linha Férrea - no Município de Campos Altos - no Estado de Minas Gerais |
| 740 | 5E34 Adequação de Ramal Ferroviário - Perímetro Urbano de Macaé - no Estado do Rio de Janeiro |
| 741 | 5E67 Infra-estrutura Portuária - no Estado do Rio de Janeiro |
| 742 | 5E70 Adequação de Anel Rodoviário - Km 527 - Km 533 - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais |
| 743 | 7146 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais |
| 744 | 7150 Construção de Trechos Rodoviários na BR-342 no Estado do Espírito Santo |
| 745 | 7152 Construção de Trechos Rodoviários na BR-265 no Estado de Minas Gerais |
| 746 | 7154 Construção de Trechos Rodoviários na BR-146 no Estado de Minas Gerais |
| 747 | 7166 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-040 no Estado de Minas Gerais |
| 748 | 7516 Construção de Pontes na BR-352 no Estado de Minas Gerais |
| 749 | 7539 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais |
| 750 | 7544 Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro |
| 751 | 7630 Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro |
| 752 | 7E55 Construção de Viaduto sobre Linha Férrea no Município de Bálamo - no Estado de São Paulo |
| 753 | 7E58 Construção de Contornos Ferroviários - no Município de Macaé - no Estado do Rio de Janeiro |
| 754 | 7E59 Construção de Contornos Ferroviários - no Município de Rio Bonito - no Estado do Rio de Janeiro |
| 755 | 7E60 Construção do Porto de Macaé - no Município de Macaé - no Estado do Rio de Janeiro |
| 756 | 7E61 Construção de Acesso Rodoviário - ao Município de Tanguá - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 757 | 7E62 Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Forno no Município de Arraial do Cabo - no Estado do Rio de Janeiro |
| 758 | 7E64 Construção de Acesso Rodoviário - ao Município de Governador Valadares - na BR-116 - no Estado de Minas Gerais |
| 759 | 7E82 Adequação de Trecho Rodoviário - Patrocínio - Entroncamento BR-452 - Anel Rodoviário de Uberlândia - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais |
| 760 | 7E83 Adequação de Anel Rodoviário - no Município de Uberlândia - na BR-050 - no Estado de Minas Gerais |
| 761 | 7E84 Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais |
| 762 | 7E85 Construção de Trechos Rodoviários no Estado de Minas Gerais |
| 763 | 7E87 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153 - Divisa MG/GO - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais |
| 764 | 7E88 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-424 - Sete Lagoas - Entroncamento MG-420 - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais |
| 765 | 7F11 Implantação de Iluminação Pública em Trecho Rodoviário - Niterói - Manilha - Duques - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro |
| 766 | 7F12 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Macaé - no Estado do Rio de Janeiro |
| 767 | 7F18 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo |
| 768 | 7F19 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo |
| 769 | 7F20 Eliminação de Pontos Críticos no Estado do Espírito Santo |
| 770 | 7F36 Eliminação de Pontos Críticos no Estado do Rio de Janeiro |
| 43 | 0233 Corredor Mercosul |
| 771 | 10BR Construção de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina |
| 772 | 10BU Construção de Contornos Rodoviários na BR-470 no Estado de Santa Catarina |
| 773 | 10BV Melhoria da Segurança do Transporte Ferroviário no Estado de Santa Catarina |
| 774 | 10CJ Construção e Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande |
| 775 | 10CN Construção de Rodovias Federais no Estado do Paraná |
| 776 | 10DQ Adequação de Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina |
| 777 | 10DR Construção de Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina |
| 778 | 10EC CConstrução de Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul |
| 779 | 10EM Adequação de Travessias Urbanas na BR-285 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 780 | 10IL Adequação de Rodovias Federais |
| 781 | 10IM Adequação de Travessias Urbanas na BR-153 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 782 | 10IX Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Paraná |
| 783 | 10JJ Ampliação da Infra-Estrutura do Porto de Itaja |
| 784 | 10JK Ampliação da Infra-Estrutura Portuária do Porto de Laguna |
| 785 | 10JX Construção de Acessos a Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina |
| 786 | 10KQ Construção de Interligações de Rodovias Federais no Estado de Santa Catarina |
| 787 | 10KR Construção de Ligações Ferroviárias no Estado do Paraná |
| 788 | 10KW Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul |
| 789 | 10KX Construção de Pontes Internacionais sobre o Rio Uruguai |
| 790 | 10LC Construção de Pontes na BR-468 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 791 | 10LG Construção de Trechos e Obras de Arte em Rodovias Federais no Estado do Rio Grande do Sul |
| 792 | 10LT Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado de Santa Catarina |
| 793 | 10MC Construção de Trechos Rodoviários na BR-285 no Estado de Santa Catarina |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 794 | 10MI Construção de Trechos Rodoviários na BR-377 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 795 | 10MT Construção de Trechos Rodoviários na BR-468 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 796 | 10MU Construção de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 797 | 10MV Construção de Trechos Rodoviários na BR-475 no Estado de Santa Catarina |
| 798 | 10MX Construção de Trechos Rodoviários na BR-481 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 799 | 10MY Construção de Trechos Rodoviários na BR-487 no Estado do Paran |
| 800 | 10NK Dragagem de Aprofundamento do Calado da Hidrovia Porto Alegre - Rio Grande |
| 801 | 10OH Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Estado de Santa Catarina |
| 802 | 10ON Obras Complementares na BR-101 na Região Sul |
| 803 | 10OT Recuperação do Berço N° 2 e dos Molhes do Porto de Imbituba |
| 804 | 10OV Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo e das Estruturas do Cais no Porto de Imbituba |
| 805 | 10PB Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 806 | 10PC Construção da Ferrovia da Integração do Oeste Catarinense |
| 807 | 11VC Adequação de Contorno Rodoviário - Município de Curitiba (Leste) - na BR-116 - no Estado do Paraná |
| 808 | 11VQ Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101/376 no Estado de Santa Catarina |
| 809 | 11X9 Adequação de Ramal Ferroviário no Estado do Paraná |
| 810 | 11XB Prolongamento de Trecho de Rebaixamento da Linha Férrea - Município de Maringá/ PR - no Estado do Paraná |
| 811 | 11XC Recuperação dos Molhes de Abrigo do Porto de Imbituba - SC |
| 812 | 11XF Recuperação dos Molhes do Porto de Laguna - SC |
| 813 | 1208 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina |
| 814 | 1214 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-392 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 815 | 1228 Construção de Contornos Ferroviários no Estado do Paran |
| 816 | 1276 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA |
| 817 | 12BU Construção de Trecho Rodoviário na BR-158 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 818 | 12EU Construção de Trecho Rodoviário - Três Passos - Porto Soberbo - na BR-468 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 819 | 12GJ Construção de Ponte na BR-472 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 820 | 12GK Construção de Ponte na BR-277 no Estado do Paraná |
| 821 | 12GL Construção de Ponte na BR-116 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 822 | 12GM Recuperação de Ponte na BR-116 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 823 | 1C47 Adequação de Ramal Ferroviário - Perímetro Urbano de Curitiba - no Estado do Paraná |
| 824 | 1C48 Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Londrina - no Estado do Paraná |
| 825 | 1D44 Implantação do Sistema de Drenagem Pluvial no Porto de São Francisco do Sul |
| 826 | 1D62 Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - no Município de Paverama - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 827 | 1D63 Construção de Passagem Superior sobre a Linha Férrea - no Município de Piraquara - no Estado do Paraná |
| 828 | 1D64 Construção de Passagem Inferior sob a Linha Férrea - no Município de Santa Maria - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 829 | 1D68 Construção de Passagem Superior sobre Linha Férrea - no Município de Paranaguá - no Estado da Paraná |
| 830 | 1D70 Construção de Trecho Rodoviário - Ventania Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná |
| 831 | 1E78 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul |
| 832 | 1E84 Construção, Ampliação e Melhoria de Portos na Região Sul |
| 833 | 1F80 Recuperação de Ponte sobre o Rio Capivarí - na BR-116 - no Estado do Paraná |
| 834 | 1J53 Construção de Terminal Fluvial - no Município de São José do Norte - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 835 | 1K24 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Joinville - no Estado de Santa Catarina |
| 836 | 1K53 Obras Complementares no Trecho Rodoviário Entrocamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 837 | 1K54 Estudos, Projetos e Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Curitiba - no Estado do Paraná |
| 838 | 1K70 Recuperação do Berço 101 no Porto de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina |
| 839 | 1K71 Recuperação do Molhe Norte do Porto de Itajaí no Estado de Santa Catarina |
| 840 | 3436 Construção de Trechos Rodoviários na BR-272 no Estado do Paraná |
| 841 | 3730 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SP/PR - km 42,7/PR - na BR-116 no Estado do Paraná |
| 842 | 3766 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul |
| 843 | 3806 Construção de Acesso Rodoviário - Município de Joinville - na BR-101 no Estado de Santa Catarina |
| 844 | 3808 Construção de Ponte - Entr. SC-436 - Entr. SC-437 - Ponte sobre Canal Laranjeira - na BR-101 no Estado de Santa Catarina |
| 845 | 3E53 Construção de Pátio de Estacionamento no Terminal de Contêineres (TECON) do Porto de Rio Grande |
| 846 | 3E54 Derrocamento no Canal de Acesso ao Porto de Itajaí - SC |
| 847 | 3E55 Recuperação dos Molhes do Porto de Itajaí - SC |
| 848 | 3E56 Construção de Acesso Rodoviário na BR-101 no Estado de Santa Catarina - Ao Porto de Itajaí - SC |
| 849 | 3E57 Construção de Viaduto na BR-280 no Estado de Santa Catarina - Acesso ao Porto de São Francisco do Sul |
| 850 | 3E58 Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e junto ao Cais no Porto de Itajaí - no Estado de Santa Catarina |
| 851 | 3E59 Recuperação dos Berços 102 e 103 no Porto de São Francisco do Sul |
| 852 | 3E61 Derrocamento junto ao Canal de Acesso ao Porto de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina |
| 853 | 3E60 Recuperação e Modernização no Sistema Elétrico do Porto de São Francisco do Sul - SC |
| 854 | 4400 Recuperação de Obras de Arte Especiais |
| 855 | 5019 Ampliação dos Molhes e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso no Porto do Rio Grande |
| 856 | 5243 Ampliação da Infra-estrutura Portuária do Porto de Paranaguá |
| 857 | 5E14 Construção de Trechos Rodoviários - na BR-282 No Estado de Santa Catarina |
| 858 | 5E28 Construção de Trecho Ferroviário - Osório (RS) - Araquari (SC) (Ferrovia Litorânea) - Na Região Sul |
| 859 | 5E29 Recuperação de Portos no Estado de Santa Catarina |
| 860 | 5E30 Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Laguna (acesso à Praia do Sol) - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina |
| 861 | 5E53 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Foz do Iguaçu - BR-469 - No Estado do Paraná |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 862 | 5E54 Adequação de Travessia Urbana - Município de Cascavel - na BR-277 - no Estado do Paraná |
| 863 | 5E55 Construção de Trecho Rodoviário - Tavares - São José do Norte - na BR-101 - No Estado do Rio Grande do Sul |
| 864 | 5E75 Modernização e Adequação de Portos - No Estado de Santa Catarina |
| 865 | 6542 Elaboração de Estudos e Projetos |
| 866 | 7192 Construção de Trechos Rodoviários na BR-282 no Estado de Santa Catarina |
| 867 | 7198 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-280 no Estado de Santa Catarina |
| 868 | 7530 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-470 no Estado de Santa Catarina |
| 869 | 7555 Ampliação da Infra-estrutura do Porto de São Francisco do Sul |
| 870 | 7573 Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Paran |
| 871 | 7580 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul |
| 872 | 7583 Construção de Trechos Rodoviários no Estado de Santa Catarina |
| 873 | 7E56 Construção de Trecho Rodoviário - Goio Erê - Iporã - na BR-272 - no Estado do Paraná |
| 874 | 7E97 Construção de Pontes em Rodovias Federais sobre o rio Itajaí-Açu - no Estado de Santa Catarina |
| 875 | 7E98 Estudos e Projetos para a Construção da Ferrovia Litorânea no Estado de Santa Catarina |
| 876 | 7E99 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Santa Catarina |
| 877 | 7F09 Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Cruzeiro do Oeste - na BR-487 - no Estado do Paraná |
| 878 | 7F13 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS São José do Norte - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 879 | 7F14 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS Bom Jesus - Entroncamento BR-472/BR-287 - na BR-285 - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 880 | 7F15 Construção do Contorno Oeste - no Município de Cascavel - na BR-277 - no Estado do Paraná |
| 881 | 7F29 Construção de Trecho Rodoviário - Barracão - Lagoa Vermelha - Nova Prata - na BR-470 - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 882 | 7F35 Construção de Trecho Rodoviário - Três Passos Fronteira Brasil/Argentina - Na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul |
| 883 | 8599 Administração de Serviços Portuários |
| 44 | 0235 Corredor Nordeste |
| 884 | 105T Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Paraíba |
| 885 | 106C Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Rio Grande do Norte |
| 886 | 107O Ampliação e Recuperação do Porto de Itaquí |
| 887 | 10BT Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado do Piauí |
| 888 | 10BW Construção de Contornos Rodoviários na BR-122 no Estado do Ceará |
| 889 | 10CC Recuperação do Porto de Cabedelo |
| 890 | 10CG Construção de Trechos Rodoviários na BR-437 no Estado do Rio Grande do Norte |
| 891 | 10CO Construção e Pavimentação de Rodovias Federais no Estado do Piauí |
| 892 | 10DK Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Ceará |
| 893 | 10DP Adequação de Trechos Rodoviários na BR-104 no Estado de Pernambuco |
| 894 | 10DZ Modernização de Portos no Estado do Ceará |
| 895 | 10ET Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará |
| 896 | 10IN Adequação de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Cear |
| 897 | 10JA Adequação de Trechos Rodoviários na BR-222 no Estado do Cear |
| 898 | 10JC Adequação de Trechos Rodoviários na BR-304 no Estado do Rio Grande do Norte |
| 899 | 10JI Adequação de Pontes na BR-304 no Estado do Cear |
| 900 | 10JS Ampliação e Melhoramento da Infra-Estrutura do Porto de Recife |
| 901 | 10JU Complexo Portuário do Porto de Pecém |
| 902 | 10KV Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado do Piau |
| 903 | 10LP Construção de Trechos Rodoviários na BR-110 no Estado do Rio Grande do Norte |
| 904 | 10LQ Construção de Trechos Rodoviários na BR-122 no Estado do Cear |
| 905 | 10LV Construção de Trechos Rodoviários na BR-222 no Estado do Piau |
| 906 | 10LW Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Piau |
| 907 | 10LX Construção de Trechos Rodoviários na BR-226 no Estado do Cear |
| 908 | 10MF Construção de Trechos Rodoviários na BR-343 na Estado do Piau |
| 909 | 10MK Construção de Trechos Rodoviários na BR-407 no Estado do Piau |
| 910 | 10MQ Construção de Trechos Rodoviários na BR-437 na Região Nordeste |
| 911 | 10OQ Recuperação de Trechos Ferroviários na Região Nordeste |
| 912 | 10OS Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Rio Grande do Norte |
| 913 | 10OU Recuperação e Modernização dos Portos do Estado do Cear |
| 914 | 11UZ Construção de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Cruzeta - na BR-226 - no Estado do Ceará |
| 915 | 11VK Adequação de Trecho Rodoviário - Macaíba - Parnamirim - na BR-304 - no Estado do Rio Grande do Norte |
| 916 | 11XL Dragagem de Aprofundamento no Porto de Cabedelo - no Estado da Paraíba |
| 917 | 11XO Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Ceará |
| 918 | 12C2 Construção de Ponte sobre o Rio Piranhas - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte |
| 919 | 12EV Construção de Trecho Rodoviário - Divisa CE/PI - Altos - na BR-226 - no Estado do Piauí |
| 920 | 12GS Construção de Acesso Rodoviário na BR-104 no Estado de Alagoas |
| 921 | 12IA Adequação de Trecho Rodoviário - Porto de Itaquí - Pedrinhas - na BR-135 - no Estado do Maranhão |
| 922 | 1236 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado da Paraíba |
| 923 | 1492 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-232 no Estado de Pernambuco |
| 924 | 1558 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado do Cear |
| 925 | 1574 Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Piau |
| 926 | 1B83 Adequação de Trecho Rodoviário - Caruaru - São Caetano - na BR-232 - no Estado de Pernambuco |
| 927 | 1B86 Adequação de Trecho Rodoviário - Recife - Caruaru - na BR-232 - no Estado de Pernambuco |
| 928 | 1B99 Construção de Trecho Rodoviário - São Raimundo - Nonato - Picos - na BR-020 - no Estado do Piauí |
| 929 | 1D46 Construção do Cais 4 do Porto Interno de Suape |
| 930 | 1D71 Construção de Trecho Rodoviário - Floriania - Currais Novos - na BR-226 - no Estado do Rio Grande do Norte |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 931 | 1E41 Construção de Acessos Rodoviários no Estado da Paraíba |
| 932 | 1E42 Construção de Contornos Rodoviários no Estado da Paraíba |
| 933 | 1E49 Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 no Estado do Ceará |
| 934 | 1E54 Ampliação do Porto de Maceió |
| 935 | 1E55 Construção de Trechos Rodoviários na BR-416 no Estado de Alagoas |
| 936 | 1E56 Construção de Trechos Rodoviários na BR-424 no Estado de Alagoas |
| 937 | 1E58 Construção de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco |
| 938 | 1E71 Construção de Trechos Rodoviários no Estado da Paraíba |
| 939 | 1E74 Melhoramento da Infra-Estrutura Terrestre e Aquaviária do Porto de Recife |
| 940 | 1E76 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Rio Grande do Norte |
| 941 | 1E94 Modernização dos Portos do Ceará |
| 942 | 1F72 Desapropriações de Áreas para Construção da Ferrovia Transnordestina |
| 943 | 5311 Melhoramentos na Infra-estrutura Portuária do Porto de Suape |
| 944 | 5597 Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió |
| 945 | 5689 Recuperação dos Molhes de Proteção do Porto de Maceió - AL |
| 946 | 5E08 Construção de Trechos Rodoviários - no Estado de Alagoas |
| 947 | 5E10 Dragagem e Melhoramentos na Infra-estrutura do Porto de Suape |
| 948 | 5E31 Construção de Acesso Rodoviário - ao Distrito de Mata Verde (Município de Maribondo) - na BR-316 - no Estado de Alagoas |
| 949 | 5E32 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de São Miguel dos Campos - na BR-101 - no Estado de Alagoas |
| 950 | 5E38 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado da Paraíba |
| 951 | 5E47 Duplicação do Anel Viário de Fortaleza - no Estado do Ceará |
| 952 | 5E72 Construção de Trecho Rodoviário - Novo Lino - São José da Laje - na BR-416 - no Estado de Alagoas |
| 953 | 7204 Construção de Trechos Rodoviários na BR-330 no Estado do Piauí |
| 954 | 7214 Construção da Ferrovia Transnordestina |
| 955 | 7435 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Pernambuco |
| 956 | 7441 Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado do Piauí |
| 957 | 7624 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas |
| 958 | 7626 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Norte |
| 959 | 7E89 Melhoramento da Infra-Estrutura Portuária no Estado de Pernambuco |
| 960 | 7E90 Adequação de Trecho Rodoviário - Carpina - Entroncamento BR-232 - na BR-408 - no Estado de Pernambuco |
| 961 | 7E91 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 (Pão de Açúcar) - Entroncamento PE-149 (Agrestina) (km 19,8 - km 71,2) - na BR-104 - no Estado de Pernambuco |
| 962 | 7F07 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Ceará |
| 963 | 7F10 Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Piauí |
| 964 | 7F17 Modernização de Portos no Estado do Ceará |
| 45 | 0236 Corredor Oeste-Norte |
| 965 | 106B Construção de Trechos Rodoviários BR-158 no Estado do Mato Grosso |
| 966 | 106K Construção de Trechos Rodoviários na BR-421 no Estado de Rondônia |
| 967 | 10BQ Construção do Porto de Maués |
| 968 | 10BY Adequação de Trechos Rodoviários na BR-070 no Estado do Mato Grosso |
| 969 | 10BZ Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso |
| 970 | 10CI Construção de Anéis Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia |
| 971 | 10EK Construção do Porto Fluvial de Parintins |
| 972 | 10IW Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso |
| 973 | 10IY Adequação de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso |
| 974 | 10JT Ampliação e Melhorias da Infra-Estrutura do Porto de Porto Velho |
| 975 | 10KB Construção de Anéis Rodoviários no Estado do Mato Grosso |
| 976 | 10KH Construção de Contornos Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia |
| 977 | 10KT Construção de Ponte na BR-421 no Estado de Rondônia |
| 978 | 10KU Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado de Rondônia |
| 979 | 10LO Construção de Trechos Rodoviários na BR-080 no Estado do Mato Grosso |
| 980 | 10MN Construção de Trechos Rodoviários na BR-422 no Estado do Pará |
| 981 | 10NG Construção do Porto de Tabajara |
| 982 | 10UL Construção de Anéis Viários no Estado do Mato Grosso |
| 983 | 11Q3 Construção de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas |
| 984 | 11Q4 Construção de Terminais Fluviais no Estado de Rondônia |
| 985 | 11QM Ampliação de Terminais Fluviais no Estado do Amazonas |
| 986 | 11UW Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Pará |
| 987 | 1204 Construção de Pontes na BR-319 no Estado de Rondônia |
| 988 | 1210 Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Rondônia |
| 989 | 1246 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Rondônia |
| 990 | 1248 Construção de Trechos Rodoviários na BR-319 no Estado do Amazonas |
| 991 | 12EZ Melhoramento das Condições de Navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira |
| 992 | 12F1 Melhoramento das Condições de Navegabilidade no Rio Amazonas |
| 993 | 12GO Construção de Terminal Pesqueiro no Estado do Amazonas |
| 994 | 1A15 Construção de Anel Rodoviário - no Município de Ji Paraná - na BR-364 - no Estado de Rondônia |
| 995 | 1B61 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Tefé - no Estado do Amazonas |
| 996 | 1B71 Construção de Terminal Fluvial - em Cacau Pirera - no Estado do Amazonas |
| 997 | 1B85 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Novo Airão - no Estado do Amazonas |
| 998 | 1C93 Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 999 | 1C96 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Coari - no Estado do Amazonas |
| 1000 | 1C97 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Manaquiri - no Estado do Amazonas |
| 1001 | 1C98 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Uruará - no Estado do Amazonas |
| 1002 | 1C99 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Itacoatiara - no Estado do Amazonas |
| 1003 | 1D51 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas |
| 1004 | 1D52 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Eirunepé - no Estado do Amazonas |
| 1005 | 1D53 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Manacapuru - no Estado do Amazonas |
| 1006 | 1D54 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Manicoré - no Estado do Amazonas |
| 1007 | 1D55 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Maués - no Estado do Amazonas |
| 1008 | 1D56 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Nhamundá - no Estado do Amazonas |
| 1009 | 1D57 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Tabatinga - no Estado do Amazonas |
| 1010 | 1E39 Construção do Porto Cacaú Pereira em Iranduba - AM |
| 1011 | 1E40 Construção do Porto São Raimundo em Manaus - AM |
| 1012 | 1E46 Construção de Terminais Fluviais no Estado do Mato Grosso |
| 1013 | 1E47 Construção de Pontes na BR-425 no Estado de Rondônia |
| 1014 | 1E57 Construção do Porto de Rio Preto da Eva - AM |
| 1015 | 1E60 Construção de Trechos Rodoviários na BR- 307 no Estado do Amazonas |
| 1016 | 1E69 Construção de Contornos Rodoviários no Estado do Mato Grosso |
| 1017 | 1E70 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso |
| 1018 | 1E77 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Rondônia |
| 1019 | 1F76 Adequação de Trechos Rodoviários - São Vicente - Entroncamento MT-361 - na BR-364 - no Estado de Mato Grosso |
| 1020 | 1J49 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Santarém - no Estado do Pará |
| 1021 | 1J59 Construção de Trecho Rodoviário - Garantã do Norte - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso |
| 1022 | 1J60 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Entrada Base Aérea Cachimbo - na BR-163 - no Estado do Pará |
| 1023 | 1J62 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Autazes - no Estado do Amazonas |
| 1024 | 1J63 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Barcelos - no Estado do Amazonas |
| 1025 | 1J64 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Benjamin Constant - no Estado do Amazonas |
| 1026 | 1J65 Construção de terminal fluvial - no Município de Borba - no Estado do Amazonas |
| 1027 | 1J66 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Fonte Boa - no Estado do Amazonas |
| 1028 | 1J67 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Humaitá - no Estado do Amazonas |
| 1029 | 1J69 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Lábrea - no Estado do Amazonas |
| 1030 | 1J70 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Nova Olinda do Norte - no Estado do Amazonas |
| 1031 | 1J71 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Novo Aripuanã - no Estado do Amazonas |
| 1032 | 1J72 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Santa Isabel do Rio Negro - no Estado do Amazonas |
| 1033 | 1J73 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Santo Antônio do Içá - no Estado do Amazonas |
| 1034 | 1J74 Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Paulo de Olivença - no Estado do Amazonas |
| 1035 | 1J75 Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Sebastião do Uatumã - no Estado do Amazonas |
| 1036 | 1J76 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Tonantins - no Estado do Amazonas |
| 1037 | 1J77 Construção de Terminal Fluvial - no Município de Uruçurituba - no Estado do Amazonas |
| 1038 | 1J87 Construção de Trecho Rodoviário Entroncamento BR-230 (Rurópolis) - Tauari - na BR-163 - no Estado do Pará |
| 1039 | 1J88 Construção de Pontes - Divisa MT/PA - Santarém -na BR-163 - no Estado do Pará |
| 1040 | 1J89 Construção de Pontes - trecho Entr. BR-163/PA - Miriú tuba - na BR-230 - no Estado do Pará |
| 1041 | 1354 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso |
| 1042 | 1424 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso |
| 1043 | 1436 Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Amazonas |
| 1044 | 1490 Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Pará |
| 1045 | 1516 Construção de Trechos Rodoviários na BR-230 no Estado do Par |
| 1046 | 1576 Construção de Trechos Rodoviários na BR-174 no Estado do Mato Grosso |
| 1047 | 5E11 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Rondônia |
| 1048 | 5E35 Construção de Trecho Rodoviário - Vilhena Divisa RO/MT - na BR-174 - no Estado de Rondônia |
| 1049 | 5E36 Construção de Porto no Estado do Mato Grosso |
| 1050 | 5E46 Construção de Trechos Rodoviários - km 166 - km 370 - na BR-319 - No Estado do Amazonas |
| 1051 | 5E51 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Divisa MT/RO - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso |
| 1052 | 7420 Construção de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado de Mato Grosso |
| 1053 | 7460 Construção de Trechos Rodoviários na BR-429 no Estado de Rondônia |
| 1054 | 7E92 Construção de Anel Rodoviário - no Município de Ji-Paraná - na BR-364 - no Estado de Rondônia |
| 1055 | 7E93 Construção de Trecho Rodoviário - Presidente Médici - Costa Marques - na BR-429 - no Estado de Rondônia |
| 1056 | 7E94 Modernização do Porto de Porto Velho - RO |
| 1057 | 7F06 Construção de Portos no Estado do Amazonas |
| 1058 | 7F24 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso |
| 1059 | 7F42 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Costa Marques - na BR-429 - no Estado de Rondônia |
| 46 | 0229 Corredor São Francisco |
| 1060 | 105S Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado da Bahia |
| 1061 | 107Q Construção de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia |
| 1062 | 10IJ Adequação de Pontes na BR-407 na Região Nordeste |
| 1063 | 10IR Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado da Bahia |
| 1064 | 10KA Construção de Anéis Rodoviários no Estado da Bahia |
| 1065 | 10KL Construção de Contornos Rodoviários no Estado da Bahia |
| 1066 | 10LH Construção de Trechos Ferroviários no Estado da Bahia |
| 1067 | 10LL Construção de Trechos Rodoviários na BR-020 na Região Nordeste |
| 1068 | 10MD Construção de Trechos Rodoviários na BR-324 no Estado da Bahia |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 1069 | 10ME Construção de Trechos Rodoviários na BR-330 no Estado da Bahia |
| 1070 | 10MH Construção de Trechos Rodoviários na BR-367 no Estado de Minas Gerais |
| 1071 | 10NA Construção de Trechos Rodoviários no Estado da Bahia |
| 1072 | 10NI Construção do Terminal Portuário Turístico de Salvador |
| 1073 | 10OD Implantação e Melhoria de Transportes Ferroviários no Estado da Bahia |
| 1074 | 10OI Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Aratu |
| 1075 | 10OJ Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Ilhéus |
| 1076 | 10OK Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária no Porto de Salvador |
| 1077 | 10OO Obras Complementares na Hidrovia do São Francisco |
| 1078 | 11V2 Alargamento da Ponte sobre o Rio São Francisco na BR-407 - no Estado de Pernambuco |
| 1079 | 11V3 Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Montes Claros - na BR-135 - no Estado de Minas Gerais |
| 1080 | 11VM Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória da Conquista - na BR-116 - no Estado da Bahia |
| 1081 | 11X5 Adequação de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia |
| 1082 | 11WG Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Santo Amaro - no Estado da Bahia |
| 1083 | 11WI Construção de Passagem Superior sobre Linha Férrea - no Município de Alagoinhas - no Estado da Bahia |
| 1084 | 11WY Adequação de Contorno Ferroviário - no Município de Montes Claros - no Estado de Minas Gerais |
| 1085 | 1212 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Sergipe |
| 1086 | 1226 Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia |
| 1087 | 12EQ Construção de Acesso Rodoviário - no Município de Ubaitaba - na BR-101 - no Estado da Bahia |
| 1088 | 1332 CONSTRUÇÃO DE PONTES NA BR-030 NO ESTADO DA BAHIA |
| 1089 | 1A00 Construção de Acesso Ferroviário no Estado da Bahia |
| 1090 | 1B94 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Barreiras - na BR-135 - no Estado da Bahia |
| 1091 | 1C08 Adequação de Contorno Ferroviário - no Município de Candeias - no Estado da Bahia |
| 1092 | 1C09 Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia |
| 1093 | 1F74 Construção de Trechos Rodoviários - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia |
| 1094 | 1K19 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-235 - Pedra Branca - na BR-101 - no Estado do Sergipe |
| 1095 | 1K25 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Camaçari - no Estado da Bahia |
| 1096 | 2326 Operação das Linhas de Navegação do Rio São Francisco |
| 1097 | 2869 Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias |
| 1098 | 5859 Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio São Francisco |
| 1099 | 5E33 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Minas Gerais |
| 1100 | 5E41 Construção de Contornos Ferroviários - no Estado da Bahia |
| 1101 | 7144 Construção de Trechos Rodoviários na BR-135 no Estado da Bahia |
| 1102 | 7146 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais |
| 1103 | 7459 Construção de Trechos Rodoviários na BR-235 no Estado da Bahia |
| 1104 | 7474 Construção de Trechos Rodoviários na BR-418 no Estado da Bahia |
| 1105 | 7E76 Construção de Trecho Rodoviário - Juazeiro - Divisa BA/SE - na BR-235 - no Estado da Bahia |
| 1106 | 7E77 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia |
| 47 | 0232 Corredor Sudoeste |
| 1107 | 106Q Recuperação de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1108 | 107P Construção de Trechos Ferroviários no Estado do Mato Grosso |
| 1109 | 10CB Modernização do Porto de Ladário |
| 1110 | 10EO Construção de Pontes no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1111 | 10II Adequação de Hidrovias na Região Centro-Oeste |
| 1112 | 10IK Adequação de Portos no Rio Paraguai no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1113 | 10IO Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás |
| 1114 | 10IP Adequação de Trechos Rodoviários na BR-060 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1115 | 10IV Adequação de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado de Goiás |
| 1116 | 10IZ Adequação de Trechos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1117 | 10JD Adequação de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Goiás |
| 1118 | 10JG Adequação de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1119 | 10JY Construção de Acessos Rodoviários na BR-060 no Estado de Goiás |
| 1120 | 10KE Construção de Contornos Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1121 | 10KN Construção de Contornos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1122 | 10LI Construção de Trechos Ferroviários no Estado de Goiás |
| 1123 | 10MG Construção de Trechos Rodoviários na BR-359 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1124 | 10MM Construção de Trechos Rodoviários na BR-419 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1125 | 10NB Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1126 | 10NV Adequação de Trechos Rodoviários na BR-452 no Estado de Goiás |
| 1127 | 10NW Implantação de Terminal Intermodal com Porto Fluvial no Estado de Goiás |
| 1128 | 11SH Construção de Anéis Rodoviários na BR-262 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1129 | 11VT Construção de Anéis Rodoviários na BR-376 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1130 | 11XY Construção de Trecho Rodoviário na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1131 | 12ET Adequação de Travessias Urbanas na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1132 | 12ES Recuperação de Ponte - Maurício Joppert/ Rio Paraná - na BR-267 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1133 | 1C54 Construção de Trecho Rodoviário - Três Lagoas - Selvíria - na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1134 | 1C55 Construção de Ponte Rodoferroviária Sobre o Rio Paraná em Aparecida do Taboado |
| 1135 | 1E44 Construção de Anéis Rodoviários na BR-163 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1136 | 1E59 Construção de Anéis Rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1137 | 5E52 Construção de Terminal Intermodal - no Município de Campo Grande - no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1138 | 7176 Construção de Trechos Rodoviários na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul |

| Programas/Ações | |
|------------------------------|--|
| 1139 | 7544 Construção de Contornos Rodoviários na BR-493 no Estado do Rio de Janeiro |
| 1140 | 7634 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-267 no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1141 | 7F25 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SP/MS - Entroncamento MS-195 (Porto Murtinho) - na BR-267 - no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1142 | 7F26 Construção de Contorno Ferroviário - no Município de Três Lagoas |
| 1143 | 7F46 Construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus Acessos - Ligação Castilho/SP - Três Lagoas/MS - BR 262/MS |
| 48 | 0231 Corredor Transmetropolitano |
| 1144 | 10CR Construção de Trechos Rodoviários na BR-497 no Estado de Minas Gerais |
| 1145 | 10DS Construção do Rodoanel Metropolitano no Estado de São Paulo |
| 1146 | 1D67 Construção de Passagem Superior sobre a Linha Férrea - no Município de Matão - no Estado de São Paulo |
| 1147 | 1D69 Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo |
| 1148 | 1J80 Obras Complementares em Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná - no Município de Rubinéia - No Estado de São Paulo |
| 1149 | 10EQ Construção do Tramo Sul do Ferroanel no Estado de São Paulo |
| 1150 | 10IT Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de Minas Gerais |
| 1151 | 10IU Adequação de Trechos Rodoviários na BR-153 no Estado de São Paulo |
| 1152 | 10KP Construção de Infra-Estrutura Portuária no Porto de Santos - Projeto Barnabé/Bagres |
| 1153 | 10LA Construção de Pontes na BR-154 no Estado de Minas Gerais |
| 1154 | 10LB Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Minas Gerais |
| 1155 | 10LS Construção de Trechos Rodoviários na BR-154 no Estado de Minas Gerais |
| 1156 | 10MS Construção de Trechos Rodoviários na BR-462 no Estado de Minas Gerais |
| 1157 | 10NZ Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Minas Gerais |
| 1158 | 10OP Obras de Melhoramentos na Hidrovia do Rio Paran |
| 1159 | 11XD Adequação de Ramal Ferroviário no Estado de São Paulo |
| 1160 | 11XK Construção de Viaduto sobre Linha Férrea no Município de Valentim Gentil - no Estado de São Paulo |
| 1161 | 11W3 Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Minas Gerais |
| 1162 | 11WD Construção de Ponte Ferroviária no Estado de São Paulo |
| 1163 | 12GC Construção de Pontes na BR-158 no Estado de São Paulo (LDO 2006) |
| 1164 | 1344 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-116 no Estado de São Paulo |
| 1165 | 1350 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-381 no Estado de São Paulo |
| 1166 | 1D65 Construção de Passagem Superior sobre a Linha Férrea - no Município de São José do Rio Preto - no Estado de São Paulo |
| 1167 | 1D67 Construção de Passagem Superior sobre a Linha Férrea - no Município de Matão - no Estado de São Paulo |
| 1168 | 1D69 Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo |
| 1169 | 1K86 Obras Emergenciais na Ponte Ferroviária sobre o Córrego Campestre - no Município de Lins - no Estado de São Paulo |
| 1170 | 1K89 Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-497 - Entroncamento BR-461 - na BR-364 - no Estado de Minas Gerais |
| 1171 | 5E59 Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de São Paulo |
| 1172 | 5E40 Adequação de Contorno Ferroviário - no Município de Ourinhos - No Estado de São Paulo |
| 1173 | 5E86 Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Jales - no Estado de São Paulo |
| 1174 | 7414 Obras Complementares na Hidrovia Tietê-Paraná no Estado de São Paulo |
| 1175 | 7640 Construção do Rodoanel de São Paulo |
| 1176 | 7738 Construção do Tramo Norte do Ferroanel no Estado de São Paulo |
| 16. Recursos Hídricos | |
| 49 | 1036 Integração de Bacias Hidrográficas |
| 1177 | 101M Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraíba, Moxotó e Ipojuca (Eixo Leste) |
| 1178 | 101N Integração das Bacias dos Rios Jaguaribe/Poti/Longá, Acaraú/Coreaú, Mamanguape/Gramame/Apodi/Piranhas Açú no Nordeste Setentrional |
| 1179 | 12EO - Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (EIXOS NORTE E LESTE) |
| 1180 | 12EP Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste) |
| 1181 | 5900 Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) |
| 1182 | 5904 Estudo de Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Vaza-Barris, Itapecuru, Jacuípe e Contas (Eixo Sul) |
| 1183 | 5906 Estudo para Integração entre as Bacias do Rio Tocantins e São Francisco |
| 1184 | 5908 Estudo de Integração das Bacias dos Rios Tocantins e Paraíba com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Poti, Acaraú e Piranhas |
| 1185 | 5912 Estudo de Integração das Bacias do Rio Paraíba e Grande com a Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais |
| 50 | 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER |
| 1186 | 005G Apoio a Projetos de Futiltura Irrigada |
| 1187 | 0566 Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido |
| 1188 | 0582 Apoio a Projetos de Saneamento Integrado em Municípios com População de até 20 mil habitantes na Região do Semi-Árido |
| 1189 | 0772 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Microbacias do Semi-Árido |
| 1190 | 109N Construção de Pequenas Barragens na Mesorregião do Vale do JEQUITINHONHA / MUCURI |
| 1191 | 10HP Estudos e Projetos de Obras de Infra-estrutura Hídrica na Região do Semi-Árido |
| 1192 | 10HQ Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado no Semi-Árido |
| 1193 | 10HR Implantação de Pólo de Desenvolvimento na Região do Cariri |
| 1194 | 10HY Implantação de Sistema de Abastecimento de Água na Região do Semi-Árido do Estado do Espírito Santo |
| 1195 | 11TK Recuperação de Poços Públicos |
| 1196 | 1A16 Implantação do Sistema Adutor Estrela de Alagoas com 20 km no Estado de Alagoas (Proágua Semi-Árido) |
| 1197 | 2B19 Capacitação para Manutenção e Gestão de Pequenas Obras Hídricas de Caráter Comunitário |
| 1198 | 1852 Dessalinização de Água - Projeto Água Boa |
| 1199 | 3028 Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido |
| 1200 | 3774 Construção de Cisternas |
| 1201 | 4514 Capacitação para Realização de Pequenas Obras Hídricas de Caráter Comunitário |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 1202 | 4532 Fomento a Projetos Produtivos em Brejos da Barra |
| 1203 | 4650 Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo no Semi-Árido |
| 1204 | 4652 Capacitação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável no Semi-Árido |
| 1205 | 4654 Organização Social e da Gestão Participativa no Semi-Árido |
| 1206 | 4656 Manutenção de Pequenas Obras Hídricas Comunitárias |
| 1207 | 4885 Limpeza de Cacimbas, Poços, Bombas, Dutos e Produção de Água para quem tem Sede |
| 1208 | 5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste |
| 1209 | 5334 Implantação do Canal Arco-íris no Estado de Pernambuco |
| 1210 | 5336 Implantação do Canal do Sertão Pernambucano no Estado de Pernambuco |
| 1211 | 5340 Implantação do Canal Terra Nova no Estado de Pernambuco |
| 1212 | 5342 Capacitação para a Produção Alternativa de Alimentos para o Semi-Árido |
| 1213 | 5658 Implantação de Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) |
| 1214 | 5666 Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água de Pequenas Localidades de Acordo com o Padrão Central no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) |
| 1215 | 5670 Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Caetitê no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) |
| 1216 | 5676 Ampliação do Abastecimento de Água do Subsistema da Adutora do Feijão - 3ª Etapa - com 232 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) |
| 1217 | 5690 Ampliação do Sistema Ibiapaba e Implantação da Adutora Graça-Pacujá-Mucambo com 192 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1218 | 5782 Implantação de Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto em Diamantina no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido) |
| 1219 | 5804 Implantação da Adutora de Lavras da Mangabeira com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1220 | 5808 Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em São Francisco e Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido) |
| 1221 | 5812 Implantação do Sistema Adutor de Serra do Félix-Boqueirão do Cesário com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1222 | 5814 Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Araçaúá no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido) |
| 1223 | 5816 Sistema Adutor do Congo com 163 km no Estado da Paraíba (Proágua Semi-Árido) |
| 1224 | 5818 Implantação do Sistema Adutor de Pires Ferreira com 18 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1225 | 5822 Sistema Adutor Luís Gonzaga com 118 km no Estado de Pernambuco (Proágua Semi-Árido) |
| 1226 | 5824 Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1227 | 5828 Implantação do Sistema Adutor de Catunda com 2 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1228 | 5830 Implantação do Sistema Adutor do Garrincho com 184 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido) |
| 1229 | 5854 Construção da Barragem Arneiróz II no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1230 | 5874 Sistema Integrado de Saneamento Rural no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1231 | 5878 Sistema Adutor Serra de Santana - 2ª Etapa - com 205 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Semi-Árido) |
| 1232 | 5890 Implantação do Sistema Adutor de Catarina com 20 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1233 | 5892 Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Barra do Choça com Adutora de 21 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) |
| 1234 | 5894 Sistema Integrado Adutora do Piauitinga no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido) |
| 1235 | 5896 Ampliação, Recuperação e Automação dos Sistemas Integrados de Alto Sertão e Sertaneja no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido) |
| 1236 | 5898 Sistema Integrado Adutora do Agreste no Estado de Sergipe (Proágua Semi-Árido) |
| 1237 | 5928 Implantação do Sistema Adutor Gavião-Pecém com 55 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido) |
| 1238 | 5930 Implantação do Sistema Adutor de Bocaina com 60 km no Estado do Piauí (Proágua Semi-Árido) |
| 1239 | 5E60 Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios pela Transposição das Águas do Riacho Caçamba |
| 1240 | 6277 Produção de Microalgas como Alimento Alternativo para o Semi-Árido |
| 1241 | 6416 Estruturação e Organização de Arranjos Produtivos Locais |
| 1242 | 6424 - ESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS |
| 1243 | 7766 Implantação de Poços Públicos |
| 1244 | 8687 - Capacitação para Produção Alternativa de Alimentos para o Semi-Árido |
| 1245 | 8695 - Dessalinização de Água - ÁGUA DOCE |
| 51 | 0515 Proágua Infra-estrutura |
| 1246 | 101K Construção do Sistema Adutor Frei Damião com 435,5 km no Estado de Pernambuco |
| 1247 | 109H Construção de Barragens |
| 1248 | 109I Construção de Açudes |
| 1249 | 109J Construção de Adutoras |
| 1250 | 109N Construção de Pequenas Barragens na Mesoregião do VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI |
| 1251 | 109W Construção da Barragem BOQUEIRÃO - CABROBÓ - PE |
| 1252 | 109X Construção da Barragem CORURIBE - ESTADO DE ALAGOAS |
| 1253 | 109Y Construção da Barragem RIACHO FUNDO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ E WALL FERRAZ - ESTADO DO PIAUÍ |
| 1254 | 109Z Perfuração e Equipamento de Poços Públicos |
| 1255 | 10AA Construção da Barragem FRONTEIRA - CRATEÚS - CE |
| 1256 | 10AC Construção de Barragem NO RIO CALINDÓ - MANGA - MG |
| 1257 | 10AD Construção da Barragem DE TAQUARA - PACUJÁ - CE |
| 1258 | 10AE Construção do Açude BOQUEIRÃO - SOBRAL - CE |
| 1259 | 10AK Construção da Adutora BOCAINA - ESTADO DO PIAUÍ |
| 1260 | 10CT Construção da Adutora DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO - DELMIRO GOUVEIA - AL |
| 1261 | 10CU Construção da Adutora DO SEMI-ÁRIDO ALAGOANO - ESTADO DE ALAGOAS |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 1262 | 10CV Ações Complementares de Infra-Estrutura Hídrica |
| 1263 | 10CW Ações de Infra-Estrutura Hídrica |
| 1264 | 10CY Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica |
| 1265 | 10DA Construção da Adutora PIRAPAMA - ESTADO DE PERNAMBUCO |
| 1266 | 10DC Construção da Barragem OITICICA - CAICÓ - RN |
| 1267 | 10DH Ampliação do Sistema de Água do ALTO/BAIXO TIETÊ - ESTADO DE SÃO PAULO (AGUAPEI/PEIXE/REG. METROPOLITANA) |
| 1268 | 10DJ Ações de Combate à Seca |
| 1269 | 10ES Sistema Integrado de Abastecimento de Água PEDRO II/PIRIPIRI - ESTADO DO PIAUÍ |
| 1270 | 10GV Construção da Barragem de São Bento no Estado de Santa Catarina |
| 1271 | 10GW Construção da Barragem de Castelo do Piauí no Rio Poti em Castelo do Piauí - PI |
| 1272 | 10GX Construção da Adutora da Bacia do Rio Capivari no Estado de Goiás |
| 1273 | 10GY Construção da Barragem Gasparinho no Rio Varzea Barris em Coronel Sá - BA |
| 1274 | 10GZ Construção da Barragem do Careta no Estado da Bahia |
| 1275 | 10HA Construção da Barragem do Rio do Salto no Estado de Santa Catarina |
| 1276 | 10HB Estudos e Projetos da Barragem Santa Rosa de Lima - Montes Claros - MG |
| 1277 | 10HE Estudos e Projetos da Barragem do Careta no Estado da Bahia |
| 1278 | 10HG Construção da Adutora do Jenipapo no Estado do Piau |
| 1279 | 10HW Construção da Barragem de Santa Cruz dos Milagres com Sistema de Adutora no Estado do Piau |
| 1280 | 10HZ Construção da Adutora do Açude Caldeirão de Piripiri a Pedro II no Estado do Piau |
| 1281 | 11NI Construção da Barragem Figueiredo no Estado do Ceará |
| 1282 | 11NF Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia (Proágua Nacional) |
| 1283 | 11NP Obras Complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais |
| 1284 | 11NU Implantação do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km no Estado de Bahia (Proágua Nacional) |
| 1285 | 11OH Construção da Barragem Sanga Maria Ulghin no Estado do Rio Grande do Sul |
| 1286 | 11ON Construção da Adutora do Sudeste Piauiense com 147 Km no Estado do Piauí |
| 1287 | 11PO Construção dos Sistemas de Poços de Água Subterrânea |
| 1288 | 11P5 Construção da Adutora Guanambi com 60 km no Estado da Bahia |
| 1289 | 11RB Construção do Açude Público Itapebussu no Estado do Ceará |
| 1290 | 12EJ Construção do Canal do Piató com 8,1 Km de Extensão no Estado do Rio Grande do Norte |
| 1291 | 12F4 Construção da Barragem Piau no Estado do Piauí |
| 1292 | 1604 Construção da Barragem do Poço do Marruá no Estado do Piau |
| 1293 | 1672 Construção da Adutora de Santa Cruz com 90 km no Estado do Rio Grande do Norte |
| 1294 | 1674 Construção da Barragem na Bacia do Rio Poxim no Estado de Sergipe |
| 1295 | 1716 Construção da Adutora do Oeste com 721 km de extensão no Estado de Pernambuco |
| 1296 | 1851 Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica |
| 1297 | 1C27 Ampliação da Adutora São Bento com 12 km de extensão - Trecho Entre a Adutora Principal e a Cidade de Siderópolis no Estado de Santa Catarina |
| 1298 | 1C69 Implantação do Sistema Adutor Serra de Santana - 3ª etapa - com 50 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional) |
| 1299 | 1E07 Construção da Adutora São Mateus - Lagoa Grande - PE |
| 1300 | 1E08 Construção da Barragem Guarda-Mor - Januária - MG |
| 1301 | 1E10 Construção da Barragem Manguape - Alagoa Grande - PB |
| 1302 | 1E11 Construção da Barragem Itapebussú - Maranguape - CE |
| 1303 | 1E32 Construção da Barragem do Rio Arraías - Eixo 16 - - Propertins - Arraías - TO |
| 1304 | 1E34 Construção do Eixo de Integração da Barragem do Castanhão ao Açude Gavião - Estado do Ceará |
| 1305 | 1I60 Construção da Barragem Arroio Taquarembó na Bacia do Rio Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (Proágua Nacional) |
| 1306 | 1I60 Construção da Barragem Arroio Taquarembó na Bacia do Rio Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (Proágua Nacional) |
| 1307 | 1I59 Construção do Açude Missi no Estado do Ceará (Proágua Nacional) |
| 1308 | 1I61 Construção da Barragem Arroio Jaguarí na Bacia do Rio Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul (Proágua Nacional) |
| 1309 | 1I62 Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas (Proágua Nacional) |
| 1310 | 1I63 Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de água de Pedro Alexandre com 71 km no Estado da Bahia (Proágua Nacional) |
| 1311 | 1I64 Implantação do Sistema Adutor de Piau com 104 km no Estado do Piauí (Proágua Nacional) |
| 1312 | 1I65 Implantação da 2ª etapa do Sistema Adutor do Congo com 150 km no Estado da Paraíba (Proágua Nacional) |
| 1313 | 1I67 Implantação do Sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Janaúba, Mato Verde e Rio Pardo de Minas - Sistema Norte no Estado de Minas Gerais (Proágua Nacional) |
| 1314 | 1I68 Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas |
| 1315 | 1I80 Construção do Açude Riacho da Serra no Estado do Ceará (Proágua Nacional) |
| 1316 | 1K44 Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina (Proágua Nacional) |
| 1317 | 1K45 Implantação do Sistema Adutor de Ibareta com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Nacional) |
| 1318 | 1K46 Ampliação da Adutora Sal Limoeiro no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional) |
| 1319 | 1K47 Implantação do Sistema Adutor do Seridó com 35 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional) |
| 1320 | 1K48 Implantação das Estações de Tratamento de Lodo das ETAs de Barra do Choça e Planalto no Estado da Bahia (Proágua Nacional) |
| 1321 | 1K49 Ampliação do Sistema Adutor Tabocas/Piaças com 14 km no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional) |
| 1322 | 1K50 Ampliação do Sistema Adutor de Agrestina com 36 km no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional) |
| 1323 | 1K51 Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste com 285 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional) |

| Programas/Ações | |
|-----------------|---|
| 1324 | 2822 Manutenção e Conservação de Obras de Infra-estrutura Hídrica |
| 1325 | 2B89 Obras de Pequeno Vulto para Manutenção da Infra-estrutura Hídrica |
| 1326 | 2D06 Estruturação dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Proágua-Gestão) |
| 1327 | 3327 Construção da Barragem Vacaria no Estado de Minas Gerais |
| 1328 | 3393 Ampliação do Açude do Encanto no Estado do Rio Grande do Norte |
| 1329 | 3445 Construção da Barragem do Córrego João Leite no Estado de Goiás |
| 1330 | 3517 Construção do Açude Algodão II no Estado do Piau |
| 1331 | 3521 Construção da Barragem de São Pedro no Estado de Pernambuco |
| 1332 | 3536 Estudo de Infra-estrutura Hídrica do Empreendimento Canal de Xingó no Estado de Sergipe |
| 1333 | 3601 Construção do Complexo Castanhão no Estado do Cear |
| 1334 | 3631 Construção da Adutora Acauã com 55 km no Estado da Paraíba |
| 1335 | 3647 Construção da Adutora Jucazinho com 243 km de extensão no Estado de Pernambuco |
| 1336 | 3715 Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais |
| 1337 | 3729 Construção do Açude TINGUIS NO ESTADO DO PIAUÍ |
| 1338 | 3735 Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais |
| 1339 | 3743 Construção do Açude Estreito no Estado do Piau |
| 1340 | 3785 Construção do Açude Bujari no Estado do Rio Grande do Norte |
| 1341 | 4512 Operação e Manutenção de Barragens |
| 1342 | 4516 Cadastro da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste |
| 1343 | 5143 Construção da Adutora São Bento com 13 km no Estado de Santa Catarina |
| 1344 | 5145 Projeto Multilagos no Município de Campina Grande - PB |
| 1345 | 5254 Construção do Sistema de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira com 118 km no Estado de Alagoas |
| 1346 | 5256 Construção da Adutora do Italuís com 45 km no Estado do Maranhão |
| 1347 | 5308 Construção da Barragem Jequitaiá no Estado de Minas Gerais |
| 1348 | 5910 Construção da Adutora de São Francisco com 42,5 km no Estado de Sergipe |
| 1349 | 5924 Construção da Barragem do Peão no Estado de Minas Gerais |
| 1350 | 5E19 Construção da Barragem SANTA ANTONIETA |
| 1351 | 5E20 Construção da Barragem DE SÍTIO NOVO |
| 1352 | 5E62 Construção de Sistema de Abastecimento de Água do BAIXO TIETÊ (ETA DO RIO TIETÊ) |
| 1353 | 5E64 Construção do Sistema Adutor do ITAPECURU - ITALUÍS II |
| 1354 | 7764 Estudo para Implantação de Sistemas de Reservatórios para Fins Múltiplos nas Bacias dos Rios das Velhas, Uruçua e Paracatu no Estado de Minas Gerais |
| 1355 | 7E72 Construção da Adutora da Serra Negra |
| 1356 | 7E73 Construção da Barragem Tabatinga |
| 1357 | 7E74 Construção da Adutora do Córrego João Leite |
| 52 | 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada |
| 1358 | 10AB Implantação do Projeto de Irrigação SACO-CURTUME - SAO JOÃO DO PIAUÍ - PI |
| 1359 | 10BC Implantação de Projetos de Irrigação |
| 1360 | 10DE Implantação do Perímetro de Irrigação SANTA CRUZ/APODI - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE |
| 1361 | 10DF Implantação das Obras de Irrigação do EMPREENDIMENTO XINGÓ - ESTADO DE SERGIPE |
| 1362 | 10DI Implantação do Projeto de Irrigação RIO FORMOSO - ESTADO DO TOCANTINS (TERCEIRA ETAPA) |
| 1363 | 10ER Implantação do Projeto de Irrigação SAMPAIO - ESTADO DO TOCANTINS |
| 1364 | 10GE Estudos para Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis do Aquífero Jandira no Estado do Rio Grande do Norte |
| 1365 | 10GF Implantação do Perímetro de Irrigação Bacia dos Rios Paraíba e Mamanguape com 10.000 ha no Estado da Paraíba |
| 1366 | 10GG Implantação de Projeto de Irrigação Água Doce do Norte no Estado do Espírito Santo |
| 1367 | 10GH Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Corrente - 1º Etapa no Estado de Goiás |
| 1368 | 10GI Implantação de Projeto de Irrigação Divino São Lourenço no Estado do Espírito Santo |
| 1369 | 10GJ Implantação de Projeto de Irrigação Dores do Rio Preto no Estado do Espírito Santo |
| 1370 | 10GK Implantação de Projeto de Irrigação Mantenópolis no Estado do Espírito Santo |
| 1371 | 10GL Implantação de Projeto de Irrigação Mucambo/Cuscuzeiro no Estado da Bahia |
| 1372 | 10GM Implantação de Projeto de Irrigação Rio Caririnha/Riacho Pituba no Estado da Bahia |
| 1373 | 10GN Implantação de Projetos de Irrigação Braço Sul/Guarantã do Norte com 82 ha no Estado de Mato Grosso |
| 1374 | 10GO Implantação de Projeto de Irrigação Vale do Iuiu no Estado da Bahia |
| 1375 | 10GP Implantação do Perímetro de Irrigação do Jenipapo no Estado do Piau |
| 1376 | 10GQ Implantação do Projeto de Irrigação Cruz das Almas no Estado da Bahia |
| 1377 | 10GR Implantação do Projeto de Irrigação Campo Alegre - 1ª Etapa com 4.520 ha no Estado de Goiás |
| 1378 | 10GS Implantação de Projetos de Irrigação em Áreas do Assentamento Itamarati - Ponta Porã - MS |
| 1379 | 10GT Implantação do Projeto de Irrigação Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina |
| 1380 | 10HC Estudos para Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Itaim no Estado do Piau |
| 1381 | 10HD Estudos para Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Uruçui Preto no Estado do Piau |
| 1382 | 11RR Implantação do Perímetro de Irrigação de Colônia com 200 ha no Estado do Piauí |
| 1383 | 11RU Implantação do Perímetro de Irrigação de Jenipapo com 200 ha no Estado do Piauí (LDO 2006) |
| 1384 | 12F3 Obras Complementares do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodí com 5.393 ha no Estado do Ceará |
| 1385 | 1606 Implantação do Perímetro de Irrigação Pinar com 2.120 ha no Estado do Mato Grosso |
| 1386 | 1608 Implantação do Perímetro de Irrigação Três Barras com 1.456 ha no Estado de Goiás |
| 1387 | 1622 Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curitiba com 3.150 ha no Estado de Sergipe |
| 1388 | 1654 Implantação do Perímetro de Irrigação Canal do Sertão Alagoano com 40.000 ha no Estado de Alagoas |
| 1389 | 1656 Implantação do Perímetro de Irrigação Corumbá - 1ª etapa - com 200 ha no Estado do Mato Grosso do Sul |
| 1390 | 1666 Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Bálsamo - 1ª Etapa - com 700 ha no Estado de Alagoas |
| 1391 | 1670 Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582 ha no Estado do Tocantins |
| 1392 | 1686 Implantação do Perímetro de Irrigação Marituba com 3.136 ha no Estado de Alagoas |

| Programas/Ações | |
|-----------------|--|
| 1393 | 1692 Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre com 31.305 ha no Estado da Bahia |
| 1394 | 1698 Implantação do Projeto-Piloto de Irrigação Santa Rosa com 40 ha no Estado do Piau |
| 1395 | 1702 Implantação do Projeto-Piloto de Irrigação Marrecas com 20 ha no Estado do Piau |
| 1396 | 1708 Implantação do Perímetro de Irrigação Várzea do Flores com 1.720 ha no Estado do Maranhão |
| 1397 | 1720 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense com 4.406 ha no Estado do Maranhão |
| 1398 | 1736 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú - 1ª Etapa - com 8.816 ha no Estado do Cear |
| 1399 | 1744 Implantação do Perímetro de Irrigação Jaguaribe-Apodi com 5.393 ha no Estado do Cear |
| 1400 | 1746 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª Etapa - com 10.700 há no Estado do Cear |
| 1401 | 1750 Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte com 3.225 ha no Estado do Cear |
| 1402 | 1754 Construção do Canal Adutor Sistema Curema-Mãe D'Água no Estado da Paraíba |
| 1403 | 1E33 Implantação do Projeto de Irrigação Rio Formoso - Estado do Tocantins (LDO 2006) |
| 1404 | 1E90 Implantação do Projeto de Irrigação Assentamento Braço Sul - Guarantã do Norte - MT |
| 1405 | 1E91 Implantação do Projeto de Irrigação Gleba Liberdade - Matupá - MT |
| 1406 | 1H37 Implantação do Projeto de Irrigação de INCRA/Marrecas II com 200 ha no Estado do Piau |
| 1407 | 2C85 Operação e Manutenção de Perímetros Públicos de Irrigação |
| 1408 | 3770 Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia com 10.790 ha no Estado de Goiás |
| 1409 | 3778 Implantação de Projetos de Irrigação de 900 há em Áreas de Assentamento de Nova Venécia no Estado do Espírito Santo |
| 1410 | 5242 Implantação do Perímetro de Irrigação Piau com 2.000 ha no Estado de Alagoas |
| 1411 | 5244 Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio - 1ª Etapa - com 1.435 ha no Estado do Tocantins |
| 1412 | 5246 Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa com 5.100 ha no Estado da Paraíba |
| 1413 | 5248 Construção da Adutora Serra da Batateira com 18,8 km no Estado da Bahia |
| 1414 | 5250 Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal |
| 1415 | 5252 Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás |
| 1416 | 5260 Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal com 7.862 ha no Estado de Pernambuco |
| 1417 | 5262 Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha no Estado do Piau |
| 1418 | 5264 Implantação do Perímetro de Irrigação Piancó com 4.205 ha no Estado da Paraíba |
| 1419 | 5266 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos com 8.007 ha no Estado do Piau |
| 1420 | 5268 Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de São Bernardo com 5.542 ha no Estado do Maranhão |
| 1421 | 5314 Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê com 59.375 ha no Estado da Bahia |
| 1422 | 5316 Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal Sobradinho com 27.930 ha no Estado de Pernambuco |
| 1423 | 5320 Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba – 1ª Etapa - com 4.678 ha no Estado de Minas Gerais |
| 1424 | 5322 Implantação do Perímetro de Irrigação Jaíba – 3ª Etapa - com 12.000 ha no Estado de Minas Gerais |
| 1425 | 5672 Implantação do Perímetro de Irrigação Javaés - 1ª Etapa - com 30.000 ha no Estado do Tocantins |
| 1426 | 5902 Implantação do Perímetro de Irrigação Bananeiras com 400 ha no Estado de Alagoas |
| 1427 | 5932 Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000 ha no Estado do Tocantins |
| 1428 | 5E22 Construção da Barragem do RIO MANOEL ALVES - EIXO L - PROPERTINS |
| 1429 | 5E63 - Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola DE PEDRO AFONSO |
| 1430 | 5E79 Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão com 1.000 ha no Estado de Roraima |

APÊNDICE C – Relação das ações e as respectivas alterações de produtos

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|---|--|-------------------------------------|---|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 2032 Sistema Informatizado de Análise de Dados sobre Comércio Exterior - ALICE | Sistema mantido | Sistema implantado (LOA 2005) | MANTIDA - as metas físicas permaneceram invariáveis em cada exercício |
| 2664 Capacitação de Técnicos em Negociações Internacionais de Comércio | Técnico capacitado | Servidor ou Técnico Capacitado | MANTIDA - as metas físicas permaneceram invariáveis em cada exercício |
| 2736 Portal do Exportador | Sistema mantido | portal mantido | MANTIDA - as metas físicas permaneceram invariáveis em cada exercício |
| 0507 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos | Aluno matriculado | aluno beneficiado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 4474 Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária | Trabalhador rural alfabetizado | trabalhador rural escolarizado | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 6873 Fomento à Leitura e Acesso às Bibliotecas por Jovens e Adultos | Publicação disponibilizada | Material de leitura disponibilizado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 0081 Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos | Aluno matriculado | aluno beneficiado | MANTIDA - prevista apenas em 2004, com o mesmo produto do PPA inicial |
| 09CW Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública | Área Modernizada/ Recuperada (m ²) | escola apoiada | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 0946 Apoio à Educação Fundamental no Campo | Aluno beneficiado | escola atendida | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 0969 Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental | Orgão/entidade apoiada | aluno apoiado | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 4022 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB | Sistema educacional avaliado | avaliação realizada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 4042 Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica | Aluno beneficiado (milhar) | aluno beneficiado (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 6292 Avaliação Nacional das Condições da Educação Básica - ACEB | Instituição avaliada | escola avaliada | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 0914 Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Médio | Professor atendido | professor formado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 0966 Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental | Professor capacitado | professor formado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 0973 Apoio à Capacitação de Professores da Educação Infantil | Professor capacitado | professor formado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 8007 Fomento à Rede de Pesquisa e ao Desenvolvimento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental | Pesquisa realizada | profissional beneficiado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 8379 Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados da Educação Infantil | Professor formado | professor matriculado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 0906 Atenção à Saúde da População nos Municípios habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados habilitados em Gestão Plena/Avançada | Pessoa atendida | atendimento realizado. | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 0907 Atenção à Saúde da População nos Municípios Não-Habilitados em Gestão Plena do Sistema e nos Estados Não-Habilitados em Gestão Plena/Avançada | Pessoa atendida | atendimento realizado. | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 4324 Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil | Pessoa atendida | atendimento realizado. | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais | Pessoa atendida | atendimento realizado | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|---|------------------------------|---|--|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 6217 Atenção à Saúde nos Hospitais da Rede Pública Federal | Pessoa atendida | atendimento realizado. | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 6839 Fomento ao Desenvolvimento da Gestão, Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde | Ente federativo apoiado | procedimentos regulados | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 0442 Incentivo Financeiro para a Expansão e a Consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos Municípios com População Superior a 100 mil Habitantes | Equipe instituída | município beneficiado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 6838 Atenção à Saúde Bucal | População coberta (milhar) | LOA 2005: pessoa beneficiada | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 4368 Promoção da Oferta e da Cobertura dos Serviços de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos no Sistema Único de Saúde | População coberta (milhar) | LOA 2004: População coberta (unidade) E paciente atendido Revisão PPA: pessoa atendida | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 6145 Fomento à Produção Farmacêutica e Insumos Estratégicos | Projeto apoiado | laboratório apoiado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores dos recursos financeiros em cada exercício |
| 7660 Instalação de Farmácias Populares | Farmácia instalada | farmácia implantada | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 0800 Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes | Projeto apoiado | município atendido | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 6458 Sistema de Informação em Gestão Ambiental Urbana | Acesso realizado | Em 2004: acesso cadastrado | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 86AA - Capacitação de Agentes para a Gestão Ambiental de Resíduos Urbanos | Município Capacitado | projeto apoiado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 0859 Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos | Pessoa beneficiada | Área indenizada (ha) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 0060 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza | Família atendida (milhar) | Família atendida (unidade) | MANTIDA - para efeito de comparação, as metas em milhar foram transformadas em unidade |
| 6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único | Registro mantido | cadastro válido, | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 6524 Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda | Agente financeiro remunerado | LOA 2005, LDO 2006: Família atendida (milhar) Revisão PPA: benefício mantido (milhar) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 0359 Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003) | Agricultor beneficiado | agricultor segurado | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 4260 Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares | Produtor assistido | Agricultor familiar assistido | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 4448 Capacitação de Agricultores Familiares | Agricultor capacitado | pessoa capacitada | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 4296 Implantação de Projetos de Assentamento Rural | Família assentada | Família beneficiada | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 2373 Capacitação de Executores do Crédito Fundiário | Agente capacitado | Pessoa capacitada | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4320 Fomento à Agroindustrialização, à Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias | Projeto apoiado | família beneficiada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 5158 Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária | Assentamento emancipado | Família em Assentamento Consolidado | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 4952 Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho - SINAPAD | Sistema mantido (Tbyte) | LOAs 2004, 2005: sistema mantido | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|--|--|---|---|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 0803 Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4122 Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4123 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4124 Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Freqüência | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4125 Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4126 Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4128 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral | Pesquisa realizada | Processo/técnica desenvolvido | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4132 Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia | Pesquisa realizada | Informação disseminada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 4139 Pesquisa e Desenvolvimento no Laboratório Nacional de Computação Científica | Pesquisa realizada | Artigo publicado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4174 Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST | Pesquisa realizada | Evento realizado | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 4186 Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Pesquisas Renato Archer | Pesquisa realizada | Processo/técnica desenvolvido | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 4661 Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas | Pesquisa realizada | Projeto apoiado | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 2026 Concessão de Registro de Marca | Marca decidida | Decisões de Marcas | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 2027 Concessão de Patentes | Patente decidida | Decisões de Patentes | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 2029 Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia | Contrato averbado | Processo analisado | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 2760 Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual | Evento realizado | Pessoa atendida | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 6481 Disseminação de Informações Tecnológicas | Consulta atendida | Consulta realizada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 11T7 Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos | Instalação implantada | Terminal implantado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 12BI Implantação de Rede para Recondicionamento e Doação de Computadores | Equipamento de Informática Distribuído | Centro de recondicionamento implantado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 2137 Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares | Estoque fiscalizado (t) | Estoque fiscalizado (Ton) | MANTIDA - alteração apenas na escrita da unidade |
| 2138 Aquisição de Produtos para Comercialização | Produto adquirido (t) | Produto adquirido (Ton) | MANTIDA - alteração apenas na escrita da unidade |
| 2829 Administração da Rede Própria de Armazéns | Unidade armazenadora administrada | Unidade Armazenadora Recuperada e Modernizada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 2B83 Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar - PAA | Agricultor beneficiado | Agricultor familiar beneficiado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 4702 Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras | Cadastro atualizado | Unidade Armazenadora Cadastrada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|---|---|---|---|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 4710 Organização dos Micro e Pequenos Varejistas | Unidade de varejo atendida | Unidade de Varejo Organizada | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 109T Implantação de Central de Negócios | Projeto apoiado | a definir (LOA 2004) | MANTIDA - as metas físicas permaneceram invariáveis em cada exercício |
| 2374 Apoio à Instalação de Micro, Pequenas e Médias Empresas | Projeto apoiado | Projeto fomentado | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 6670 Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte | Consórcio de empresas apoiado | Arranjo Produtivo Local Apoiado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 2943 Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamentos | Autorização concedida | Vistoria realizada | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 6074 Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais | Brigada mantida | Área controlada (hectare) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 6307 Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas | Propriedade fiscalizada | Operação realizada | MANTIDA - alteração irrelevante nos valores das metas físicas em cada exercício |
| 6329 Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais | Área monitorada (ha) | Área monitorada (km²) | EXCLUÍDA - sem meta física no PPA inicial |
| 6857 Produção e Veiculação de Programas de Educação Ambiental | Programa Veiculado (hora) | Informação difundida | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 2379 Gestão do Acervo de Informações sobre Bacias Sedimentares Brasileiras e da Indústria do Petróleo e Gás Natural | Sistema mantido | Informação armazenada (Gbyte) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 3E11 Recuperação de Trechos Rodoviários - divisa SC/RS - JAGUARÃO - na BR-116/RS | Trecho recuperado (km) | LOA 2005: Trecho restaurado (km) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 10DM Adequação de Contornos Rodoviários na BR-153 no Estado de Goiás | Trecho adequado (km) | Obra executada (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 109K Recuperação do Porto de Santana no Estado do Amapá | Obra executada (% de execução física) | LOA 2004: Instalação portuária recuperada (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1210 Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Rondônia | Ponte construída (m) | LOA 2004 Ponte construída (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 7461 Construção de Pontes na BR-156 no Estado do Amapá | Ponte construída (% de execução física) | Obra executada (% de execução física) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 7462 Construção de Pontes na BR-317 no Estado do Acre | Ponte construída (% de execução física) | Obra executada (% de execução física) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 10MH Construção de Trechos Rodoviários na BR-367 no Estado de Minas Gerais | Trecho pavimentado (km) | sem produto | MANTIDA - prevista apenas no PPA inicial |
| 10UB Construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro | Trecho pavimentado (km) | Trecho construído (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 11X6 Adequação de Trechos Rodoviários na BR-458 no Estado de Minas Gerais | Trecho pavimentado (km) | Trecho adequado (km) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 12ER Adequação de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado do Espírito Santo | Trecho pavimentado (km) | Trecho adequado (km) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 7516 Construção de Pontes na BR-352 no Estado de Minas Gerais | Ponte construída (m) | Ponte construída (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 7630 Duplicação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro | Trecho duplicado (km) | Trecho pavimentado (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 10BR Construção de Contornos Rodoviários na BR-101 no Estado de Santa Catarina | Trecho pavimentado (km) | Trecho construído (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 10BU Construção de Contornos Rodoviários na BR-470 no Estado de Santa Catarina | Trecho pavimentado (km) | Trecho construído (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 10EM Adequação de Travessias Urbanas na BR-285 no Estado do Rio Grande do Sul | Travessia adequada (km) | Travessia adequada (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|---|--|--|---|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 3E58 Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e junto ao Cais no Porto de Itajaí - no Estado de Santa Catarina | Obra executada (% de execução física) | Dragagem realizada (mil m³) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 3E61 Derrocamento junto ao Canal de Acesso ao Porto de São Francisco do Sul - no Estado de Santa Catarina | Obra executada (% de execução física) | Derrocagem realizada (m³) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 1204 Construção de Pontes na BR-319 no Estado de Rondônia | Ponte construída (m) | Obra executada (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1210 Construção de Pontes na BR-364 no Estado de Rondônia | Ponte construída (m) | Ponte construída (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1E46 Construção de Terminais Fluviais no Estado do Mato Grosso | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 1226 Construção de Contornos Ferroviários no Estado da Bahia | Contorno construído (km) | Obra executada (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 1332 CONSTRUÇÃO DE PONTES NA BR-030 NO ESTADO DA BAHIA | Ponte construída (m) | Obra executada (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 7146 Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais | Contorno construído (km) | Trecho construído (km) | MANTIDA - não houve alteração na unidade de medida |
| 10CB Modernização do Porto de Ladário | Obra executada (% de execução física) | LOA 2004: Instalação portuária melhorada (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 10EO Construção de Pontes no Estado do Mato Grosso do Sul | Ponte construída (m) | Ponte construída (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 11SH Construção de Anéis Rodoviários na BR-262 no Estado do Mato Grosso do Sul | Trecho construído km | Trecho pavimentado (km) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 12ET Adequação de Travessias Urbanas na BR-158 no Estado do Mato Grosso do Sul | Trecho adequado (km) | Travessia adequada (km) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 5E52 Construção de Terminal Intermodal - no Município de Campo Grande - no Estado do Mato Grosso do Sul | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 10NZ Construção de Trechos Rodoviários na BR-364 no Estado de Minas Gerais | Trecho pavimentado (km) | sem produto | MANTIDA - prevista apenas no PPA inicial |
| 5E86 Adequação de Ramal Ferroviário - no Perímetro Urbano de Jales - no Estado de São Paulo | Trecho adequado (km) | Obra executada (% de execução física) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 5906 Estudo para Integração entre as Bacias do Rio Tocantins e São Francisco | Projeto executado (% de execução física) | estudo realizado | MANTIDA - prevista apenas na LOA 2004, com o mesmo produto do PPA inicial |
| 0772 Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Miicrobacias do Semi-Árido | Projeto apoiado | Família beneficiada | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 8695 - Dessalinização de Água - ÁGUA DOCE | Poço dessalinizado | Sistema implantado | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 109H Construção de Barragens | Obra executada | LOA 2004: % de execução física | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 109I Construção de Açudes | Obra executada | LOA 2004: % de execução física | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 109J Construção de Adutoras | Obra executada | LOA 2004: % de execução física | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 109N Construção de Pequenas Barragens na Mesoregião do VALE DO JEQUITINHONHA / MUCURI | Obra executada | LOA 2004: obra realizada | MANTIDA - considerada apenas mudança de nomenclatura |
| 11PO Construção dos Sistemas de Poços de Água Subterrânea | Poço implantado % de execução física | Poço implantado (unidade) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |

| Ações | Produtos | | Situação/Justificativa |
|--|--|---|---|
| | PPA inicial | PPA final | |
| 1674 Construção da Barragem na Bacia do Rio Poxim no Estado de Sergipe | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1851 Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica | Obra executada (unidade) | LOA 2004: Obra executada (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1E32 Construção da Barragem do Rio Arraias - Eixo 16 - - Propertins - Arraias - TO | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 5256 Construção da Adutora do Italuís com 45 km no Estado do Maranhão | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 10BC Implantação de Projetos de Irrigação | Projeto apoiado | LOA 2004 e LDO 2005: Projeto executado (% de execução física) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 10GR Implantação do Projeto de Irrigação Campo Alegre - 1º Etapa com 4.520 ha no Estado de Goiás | Projeto executado (% de execução física) | Projeto executado (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 1E33 Implantação do Projeto de Irrigação Rio Formoso - Estado do Tocantins (LDO 2006) | Obra executada (% de execução física) | Obra executada (unidade) | EXCLUÍDA - prevista apenas no PPA final |
| 5250 Implantação do Perímetro de Irrigação Rio Preto com 7.600 ha no Distrito Federal | Projeto executado (% de execução física) | Projeto executado (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 5262 Implantação do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha no Estado do Piau | Projeto executado (% de execução física) | Projeto executado (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |
| 5902 Implantação do Perímetro de Irrigação Bananeiras com 400 ha no Estado de Alagoas | Projeto executado (% de execução física) | Projeto executado (unidade) | EXCLUÍDA - produtos alterados incompatíveis |